



INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



Curso de segundo ciclo de estudos em
Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Dissertação de Mestrado

Relações entre Crianças e Jovens em Instituições de Acolhimento

Aluno

Raquel Azaruja Batista Neves do Carmo

Orientador

Professora Doutora Maria José das Dores Martins

Portalegre

2013

Agradecimentos

A realização desta Dissertação de Mestrado só foi possível graças à colaboração e ao contributo, de forma direta ou indireta, de várias pessoas e instituições, às quais gostaria de exprimir algumas palavras de agradecimento e profundo reconhecimento, em particular:

À Professora Doutora Maria José D. Martins, pela disponibilidade manifestada para orientar este trabalho e pela partilha de conhecimento.

Às crianças e jovens que aceitaram ser entrevistados, e se mostraram disponíveis para responder a todas as questões.

Aos diretores das três instituições, a todos os técnicos e outras pessoas que proporcionaram o contacto com as crianças e jovens, sem os quais não seria possível a realização deste trabalho.

Aos meus pais, à minha irmã e ao meu sobrinho João Maria pelo seu amor, preocupação e pelas muitas coisas que fizeram por mim.

Às minhas amigas, em especial à Teresa, que pacientemente me ouviu falar sobre a investigação e que sempre teve uma ideia para partilhar, uma sugestão para dar ou uma palavra de incentivo para dizer.

Às minhas colegas de trabalho, em especial à Dr.^a Vânia Pereira pela paciência demonstrada durante o decorrer da investigação, pelas sugestões e pela partilha de conhecimento.

Às minhas colegas de mestrado, Marli, Vânia e Ana pela sua amizade, reflexão e perseverança que proporcionaram.

Ao João pelo apoio incondicional, compreensão nos momentos de maior indisponibilidade, e por estar sempre presente.

Resumo

O presente estudo teve como principais objetivos: conhecer a frequência e os tipos de condutas de agressão e vitimação manifestados numa amostra de adolescentes acolhidos em lar; saber qual a relação entre a integração social no grupo de pares e vários padrões de comportamento social em contexto institucional de acolhimento permanente; e por fim, conhecer as representações das crianças e jovens acolhidas em lar sobre a instituição que os acolhe, a escola, e os adultos e pares mais significativos na sua vida.

Participaram 56 crianças/jovens em risco, do sexo masculino e feminino, com idades compreendidas entre os 4 e os 21 anos de idade. Paralelamente, e para que fosse possível comparar os resultados obtidos neste estudo com uma amostra de adolescentes não institucionalizados, baseámo-nos nos resultados obtidos por Martins (2009a), no seu estudo com uma amostra de adolescentes em contexto escolar normativo.

Foi elaborada uma adaptação do Questionário de exclusão social e violência escolar (Martins, 2009a). Foi também aplicado uma adaptação da versão portuguesa do Questionário de nomeação de pares (Martins, 2009a), e por fim, aplicou-se uma adaptação da Entrevista de frases incompletas para crianças e adolescentes (Díaz-Aguado, Segura & Garcia, 1995).

Foi efetuada a análise estatística dos resultados relativos a todos os instrumentos de medida utilizados neste estudo, bem como a análise de conteúdo às respostas dadas por cada criança/ jovem à entrevista de frases incompletas.

A presente investigação colocou em evidência que os problemas de agressão e vitimação entre crianças e jovens estão presentes nos lares de acolhimento da região do Alentejo, e são superiores às frequências obtidas em escolas regulares, embora as crianças e adolescentes institucionalizados recorram mais aos diretores, aos técnicos e educadores dos lares, do que os adolescentes recorrem aos diretores e professores das escolas, quando se verificam este tipo de fenómenos.

Palavras-Chave: convivência entre crianças e jovens; instituições de acolhimento; agressão e vitimação.

Abstract

The present study had as main goals: to know how frequently and which kind of aggression and victimization behaviors could be saw in a sample of adolescents in residential care homes for children and young people; to know the relationship between social integration in the group of pairs and patterns of social behavior in the context of long term shelter, and finally to know the representations of children and adolescents in residential care homes about the their institution, their school, and about their significant adults and pairs.

56 children/youngsters participated, from both sexes, with age between 4 and 21 years old. At the same time, and so that it was possible to compare the results obtain in this study with a sample of non-institutionalized teenagers, we relied on the results obtained by Martins (2009a) in her study with a sample of teenagers in a normative school context.

It was elaborated an adaptation of a Questionnaire about social exclusion and scholar violence (Martins, 2009a). Was also applied an adaptation of the Portuguese version of the questionnaire about the nomination of pairs (Martins, 2009a), and, finally, applied an adaptation of a incomplete sentences' Interview for children and teenagers (Díaz-Aguado, Segura & Garcia, 1995).

Was made statistical analysis of the results related to all measuring instruments used in this study, as well as the analysis of the content of the answers given by each child / youngster to the incomplete sentences' Interview.

This research made evident that the problems of aggression and victimation among children and youngsters are present in children's residential care homes in Alentejo region, and are higher than the frequencies obtained in regular schools, although the institutionalized children and teenagers appeal more to the directors, technicians and residential care home's educators, than teenagers appeals to directors or teachers in regular schools, when take place this kind of incidents.

Keywords: acquaintanceship among children and youth; residential care homes for children and young people; aggression and victimation

Índice

Introdução	1
 PARTE I	
Fundamentação Teórica.....	3
 CAPÍTULO 1	
Comportamentos agressivos.....	3
1.1. Definição de conceitos-chave: violência, agressão e agressividade	3
1.2. Teorias explicativas da agressividade	4
1.3. Fatores desencadeadores ou associados à agressividade	5
1.4. Tipos de agressividade	7
1.5. Papéis de participação em condutas de agressividade	9
 CAPÍTULO 2	
A criança em risco e em perigo e o acolhimento institucional.....	12
2.1. A criança em risco e em perigo	12
2.1.1. Fatores de risco	15
2.1.1.1. Fatores de risco individuais	16
2.1.1.2. Fatores de risco familiares	16
2.1.1.3. Fatores de risco contextuais	17
2.1.2. Fatores de proteção	17
2.2. A Lei de proteção de crianças e jovens em perigo	18
2.3. O acolhimento institucional ou residencial	19
2.4. Lar de infância e juventude: uma resposta social	23
2.5. Caracterização das crianças e jovens em situação de acolhimento em 2012	24
 PARTE II	
Estudo Empírico	27
 CAPÍTULO 3	
Objetivos e questões de investigação	27
3.1. Objetivos	27

3.2. Questões de investigação	28
CAPÍTULO 4	
Metodologia	29
4.1. Participantes	29
4.2. Instrumentos	31
4.3. Procedimento	35
4.4. Análise Estatística	36
CAPÍTULO 5	
Resultados	37
5.1. Análise dos resultados do questionário de exclusão social e violência em lar de acolhimento prolongado	37
5.2. Análises dos resultados do questionário de nomeação de pares	56
5.3. Análise dos dados obtidos na entrevista de frases incompletas	66
CAPÍTULO 6	
Conclusões e discussão de resultados	85
Referências Bibliográficas	95
Anexos	101
Anexo I – Ficha de dados pessoais do jovem	101
Anexo II – Questionário de exclusão social e violência em lar de acolhimento prolongado	103
Anexo III – Questionário de nomeação de pares	110
Anexo IV – Entrevista de frases incompletas	114
Anexo V – Matriz sociométrica dos lares de acolhimento	118

Índice de figuras

Figura 1: Relações entre a participação no Bullying e o estatuto sociométrico	11
Figura 2: Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção em Situações de Risco e de Perigo	14

Índice de Tabelas

Tabela 1: Caracterização dos participantes quanto às idades	30
Tabela 2: Estatística descritiva de “como te sentes em diferentes lugares e situações” do QEV L	37
Tabela 3: Frequências das respostas aos 15 itens da escala da vítima do QEV L	39
Tabela 4: Frequências das respostas aos 15 itens da escala do agressor do QEV L ..	42
Tabela 5: Frequências das respostas aos 15 itens da escala do observador do QEV L	44
Tabela 6: Frequências das respostas aos 6 itens relativos às pessoas que ajudam as crianças/jovens em caso de envolvimento em situações de vitimação/agressão do QEV L	47
Tabela 7: Frequências das respostas aos 7 itens relativos às atitudes dos técnicos e educadores face a atitudes de agressão/vitimação do QEV L	49
Tabela 8: Condutas/ atitudes dos técnicos e educadores face a situações de agressão/vitimação no lar no QEV L	50
Tabela 9: Frequência das respostas aos 7 itens relativos às atitudes do próprio quando confrontado com uma situação de agressão/vitimação do QEV L ...	51
Tabela 10: Condutas/ atitudes da própria criança/jovem face a situações de agressão/vitimação no lar no QEV L	52
Tabela 11: Médias e desvios padrão nas três escalas do QEV L em função do género	54
Tabela 12: Médias e desvios padrão nas três escalas do QEV L em função da faixa etária	55
Tabela 13: Médias relativas às nomeações obtidas pelas crianças/jovens em alguns índices sociométricos e índices de atributos	56
Tabela 14: Percentagem dos índices sociométricos e atributos psicossociais percebidos pelas crianças/jovens do LIJ A	58
Tabela 15: Percentagem dos índices sociométricos e atributos psicossociais percebidos pelas crianças/jovens do LIJ B	60

Tabela 16: Percentagem dos índices sociométricos e atributos psicossociais percebidos pelas crianças/jovens do LIJ C	61
Tabela 17: Correlações (Sperman) entre as diferentes escalas do QEV, os índices sociométricos do QNP e os atributos psicossociais	63
Tabela 18: Percepção sobre a escola	67
Tabela 19: Percepção sobre o lar	67
Tabela 20: Percepção sobre os colegas da escola	68
Tabela 21: Percepção sobre os colegas do lar	68
Tabela 22: Percepção sobre os amigos	69
Tabela 23: Percepção sobre a escola	69
Tabela 24: Percepção sobre a escola	70
Tabela 25: Percepção sobre o lar	70
Tabela 26: Percepção sobre o lar	71
Tabela 27: “Uma coisa que queria dizer a um professor é...”	72
Tabela 28: “Uma coisa que queria dizer a um técnico/educador do lar é...”	72
Tabela 29: “O melhor que me podia acontecer”	73
Tabela 30: “Gostaria que os meus pais soubessem”	74
Tabela 31: Percepção sobre as suas características	74
Tabela 32: “Gostaria que...”	75
Tabela 33: Percepção sobre a opinião dos outros a seu respeito”	76
Tabela 34: Percepção sobre os seus sentimentos	76
Tabela 35: Percepção sobre os seus sentimentos	77
Tabela 36: Percepção sobre os seus sentimentos	77
Tabela 37: Percepção sobre os seus sentimentos	78
Tabela 38: Percepção sobre os seus sentimentos	79
Tabela 39: Percepção sobre si próprio	80
Tabela 40: Percepção sobre si próprio	80
Tabela 41: Percepção sobre o futuro	81
Tabela 42: Percepção sobre o último ano	82
Tabela 43: Percepção sobre o último ano	82
Tabela 44: Percepção sobre o último ano	83
Tabela 45: Percepção sobre o último ano	84

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Médias das perguntas relativas a “Como te sentes...”	38
--	----

Gráfico 2: Comportamentos relativos à experiência de ser vítima no lar	40
Gráfico 3: Comportamentos relativos à experiência de ser agressor no lar	43
Gráfico 4: Comportamentos relativos à experiência de ser observador no lar.....	46
Gráfico 5: Pessoas que ajudam as crianças/jovens ou com quem eles podem contar quando ocorrem situações de vitimação/agressão no lar	48
Gráfico 6: Comportamentos dos técnicos e educadores face a situações de vitimação/agressão no lar	50
Gráfico 7: Comportamentos da criança/jovem quando confrontada com situações de vitimação/agressão no lar	53
Gráfico 8: Percentagem de preferências e rejeições globais relativas às crianças/jovens acolhidas nos diferentes lares	57
Gráfico 9: Percentagem de preferências e rejeições globais relativas às crianças/jovens acolhidas nos diferentes lares	57
Gráfico 10: Percentagem de preferências e rejeições globais relativas às crianças/jovens acolhidas nos diferentes lares	57

Introdução

O fenómeno da violência entre pares tem vindo a ganhar maior dimensão, dada a sua crescente frequência assim como as diferentes, e cada vez mais graves, manifestações da mesma. Encontramos o seu eco em notícias televisivas ou jornalísticas, que relatam não só episódios de violência nas escolas, como também manifestam o desconforto decorrente e a crescente preocupação com a identificação das suas causas e/ou fatores associados.

Não se tratando de um fenómeno novo, é contudo um tema atual, objeto de reflexão e pesquisa. Acresce ainda o facto de se tratar de um tópico de grande preocupação e investigação nas últimas décadas, em diversos países (Smith & Brian, 2000, in Martins, 2009b).

Por sua vez, poucos estudos comparam a frequência e o tipo de maus tratos que ocorrem em contexto escolar com aqueles que acontecem em contexto de acolhimento institucional.

Deste modo, e o facto de atualmente desempenhar funções num lar de infância e juventude, despertou em mim a curiosidade de estudar a problemática dos comportamentos agressivos entre as crianças e jovens ali acolhidos, uma vez que me deparo diariamente, com uma escalada de agressividade entre aqueles jovens, onde, por vezes, tudo parece agressivo, desde o modo de brincar ao modo de pensar e agir.

Para a realização da presente investigação foram definidos três grandes objetivos: em primeiro lugar, obter dados que permitam conhecer a frequência e os tipos de condutas de agressão e vitimação manifestados numa amostra de adolescentes acolhidos em três lares da região do Alentejo; em segundo lugar, saber qual a relação entre a integração social no grupo de pares (através do estatuto sociométrico) e vários padrões de comportamento social, nomeadamente comportamentos pró-sociais, liderança, isolamento social e, em particular, agressão e vitimação (quer na perspetiva do próprio, quer na perspetiva dos pares); e por fim, em terceiro lugar, conhecer as representações das crianças/jovens acolhidas em lar sobre a instituição que os acolheu, a escola, os colegas, os amigos, os técnicos, os educadores e sobre si próprio.

Para conseguir cumprir os objetivos propostos, foi utilizada uma amostra constituída por 56 crianças/jovens em risco, do sexo masculino e feminino, com idades compreendidas entre os 4 e os 21 anos de idade, que se encontram com medida

aplicada de acolhimento em instituição, há mais de 6 meses. Paralelamente, e para que possamos comparar os resultados obtidos neste estudo com uma amostra de adolescentes não institucionalizados, iremos basear-nos nos resultados obtidos por Martins (2009a), no seu estudo com uma amostra de adolescentes em contexto escolar normativo.

Parece-nos pois, que um estudo desta natureza poderá contribuir não só para uma melhor compreensão do fenómeno de maus tratos entre crianças e jovens, como também para uma eventual prevenção do mesmo, de modo a promover uma boa convivência nas instituições, bem como uma melhoria do clima relacional entre os adolescentes ali acolhidos.

O presente trabalho é constituído por duas partes, numa primeira parte realiza-se a fundamentação teórica e numa segunda parte apresenta-se o estudo empírico. Após a introdução, apresentamos dois capítulos de fundamentação teórica, nos quais se sintetiza o atual estado de arte do tema que motiva o nosso estudo. No primeiro capítulo, clarificam-se e definem-se vários conceitos relacionados com os comportamentos agressivos, nomeadamente os conceitos de violência, agressão e agressividade. No segundo capítulo, desenvolve-se o tema do acolhimento Institucional, abordando os constructos de criança em risco e em perigo e da resposta social de lar de infância e juventude, assim como revendo sinteticamente a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em perigo.

Na segunda parte deste trabalho, referente ao estudo empírico, o terceiro capítulo é destinado à apresentação dos objetivos e das questões de investigação.

No quarto capítulo é descrita a metodologia desta investigação, onde é caracterizada a amostra utilizada, os instrumentos de medida aplicados e o procedimento utilizado para a recolha de dados. O quinto capítulo é dedicado à análise dos resultados do estudo, e no sexto capítulo serão discutidos os mesmos, com base na revisão de literatura efetuada. Por fim, serão apresentadas as referências bibliográficas.

I. Fundamentação Teórica

Capítulo 1 – Comportamentos agressivos

1.1 Definição de conceitos chave: violência, agressão e agressividade

Existe uma enorme falta de consenso na definição e distinção de conceitos que, facilmente são confundidos, mas que, ainda que possam estar interligados, não se sobrepõem.

O termo violência possui dois significados etimológicos distintos, um de origem grega indicando força e energia, e outro de origem latina exprimindo abuso de força e de poder (Bertão, 2004).

De acordo com Strecht (2004, p. 116), “a violência é uma expressão de agressividade primária não elaborada”. Em convergência com esta definição, Costa (2003, in Alexandre, 2006) considera a violência como o emprego deliberado da agressividade com fins de destruir, humilhar e fazer o outro sofrer, existindo sempre uma intencionalidade no ato violento.

Por sua vez, a agressão é qualquer forma de conduta que visa prejudicar ou ferir outra pessoa, física ou psicologicamente. Enquanto que, de acordo com Bertão (2004), a agressividade é um elemento protetor que possibilita a construção de um espaço interno, promovendo a diferenciação entre o eu e o outro, bem como a criação de vínculos.

Para Winnicott (2002) é através da agressividade que a criança descobre e redescobre o mundo. Na teoria deste autor, se o meio ambiente for seguro e confiável a agressividade é direcionada para a construção e criatividade se, por outro lado, o ambiente falhar na proteção da criança a agressividade é redirecionada para a destrutividade, e para a violência (Alexandre, 2006; Winnicott, 2002).

O conceito de agressividade afigura-se mais vasto do que o de agressão física ou verbal, uma vez que podem ser considerados agressivos uma série de comportamentos (Costa & Vale, 1998).

Deste modo, ao longo da presente investigação será utilizado o conceito de agressividade na sua subjetividade e extensão, incluindo o conceito de violência como a externalização da agressividade natural e inerente do indivíduo.

1.2 Teorias explicativas da agressividade

As teorias que procuram estudar e encontrar soluções para a agressividade podem dividir-se em duas grandes categorias: teorias ativas e teorias reativas. As teorias ativas explicam a origem da agressividade nos impulsos internos, isto é, consideram que a agressão é inata. Os defensores desta teoria não acreditam em soluções para este problema (Mackal, 1983; Pinto, 2001; Ramírez, 2001).

Por sua vez, as teorias reativas explicam a origem da agressividade no meio que envolve o indivíduo. Os defensores desta teoria acreditam na possibilidade de encontrar soluções para este problema.

Dentro das teorias ativas, Mackal (1983) apresenta ainda a teoria bioquímica, a teoria psicanalítica defendida por Freud e a teoria etológica defendida por Lorenz. De acordo com a teoria bioquímica, o comportamento agressivo produz-se por uma série de processos bioquímicos que têm lugar no interior do organismo, onde as hormonas desempenham um papel decisivo no desencadeamento da conduta agressiva do indivíduo (Mackal, 1983).

Por sua vez, para a teoria psicanalítica, a agressão é o resultado do “instinto de morte”, isto é, é através do instinto que se controla a agressão (Mackal, 1983). Esta teoria considera a agressividade como uma componente inata que leva o indivíduo a comportar-se com um certo grau de violência, não só contra os seus semelhantes, como também contra si mesmo (Ortega, 1994).

Quanto às teorias reativas, Mackal (1983) apresenta a teoria da frustração-agressão defendida por Berkowitz (1959, in Mackal 1983), e a teoria da aprendizagem social defendida por Bandura (1978, in Mackal 1983).

A teoria da frustração-agressão defende que a agressão resulta da interferência que produzem os acontecimentos ambientais nos objetivos do indivíduo. A agressão é consequência da frustração. De acordo com esta teoria, as frustrações causadas pelo meio produzem o “despertar” emocional, que por sua vez, proporciona a energia necessária para que se produza o comportamento agressivo (Mackal, 1983).

A teoria da aprendizagem social defende que o comportamento agressivo pode aprender-se por imitação ou observação da conduta de modelos agressivos (Mackal, 1983). A excessiva exposição a cenas de violência, que se difundem por vários meios, está relacionada com a quantidade de problemas de violência que ocorrem na sociedade atual (Ortega, 1994).

1.3 Fatores desencadeadores ou associados à agressividade

“A violência das crianças está intrinsecamente ligada à violência para com elas”
(Gulbenkian Foundation, 1995, p.32)

As causas do comportamento violento não podem ser identificadas. No entanto, podem ser identificados fatores que aumentam o risco da violência, através das inter-relações que se estabelecem com outros fatores de risco (Gulbenkian Foundation, 1995). A família é o fator fundamental, constituindo a primeira célula social de desenvolvimento e aprendizagem da criança. É no seio familiar que a criança estabelece as primeiras relações com o meio, e com as pessoas que a rodeiam, e adquire as primeiras aprendizagens. A formação do carácter e da personalidade da criança tem por base as referências e os valores que são transmitidos pelos pais. É a família que oferece “a maior das aventuras humanas, o perceber, o entender, o fazer e refazer, o criar e recriar, o construir e desmanchar” (Ramalho, 1997, p.258).

Smith e Sharp (1994) e Derbardieux (2002) consideram que uma fraca supervisão parental, a agressão parental e o conflito parental são fatores de risco associados à violência. A agressão e o conflito parental envolvem situações particularmente pesadas para quem tem menos recursos para resistir e escapar, como é o caso das crianças. A criança pode perceber que, por vezes, o poder físico é necessário para satisfazer algumas necessidades (Sani, 2002).

A rutura familiar é, também, um fator que possibilita desenvolver atitudes e ações agressivas nas crianças. Porém, um ambiente familiar onde as discussões são permanentes parece ser ainda mais prejudicial para elas (Gulbenkian Foundation, 1995). As interações pais-filhos podem influenciar o processo de aprendizagem de determinados comportamentos, pois a exposição a certas atitudes em casa, nomeadamente a punição física, pode criar na criança comportamentos com carácter agressivo, uma vez que no seu meio familiar a agressão constitui uma forma aceitável de resolver conflitos (Costa & Vale, 1998).

A escola pode, também, tornar-se um fator desencadeador da agressividade, pois representa uma nova etapa na vida da criança que envolve responsabilidade, regras, exigências, desempenho, resultados, e, se se mostrar à criança como um desafio ao qual ela não se sente preparada para responder, pode desencadear repostas comportamentais de agressividade e negação perante a escola (Costa & Vale, 1998).

Grande parte do tempo vivido pela criança contemporânea é passado na escola, onde se vão estabelecer novas relações com adultos e crianças, que irão influenciar a sua atitude em relação à violência e o seu envolvimento com ela.

A criança contemporânea dedica, ainda, grande parte do seu tempo livre à visualização de televisão (Serrano & Neto, 1997), onde frequentemente passam cenas de violência que podem influenciar a sua educação. O contexto no qual a criança vê essas cenas, e a presença ou ausência de um comentário crítico, que desaprova a violência, é provável que influencie a forma como a criança é afetada (Gulbenkian Foundation, 1995).

O desenvolvimento social da criança também se opera, em grande parte, através das interações que esta estabelece com os seus pares. As crianças que apresentam níveis mais altos de interação compensadoras e recíprocas com os seus colegas são vistas pelos outros como socialmente competentes (Díaz-Aguado, 1996). Por outro lado, crianças socialmente ineficientes apresentam com mais frequência comportamentos agressivos com os seus colegas, uma vez que, as crianças sem amigos têm muito menos oportunidades para desenvolver a sua competência social. A pressão ou a rejeição do grupo de pares pode estimular algumas formas de comportamento menos aceitáveis (Díaz-Aguado, 1996).

As características individuais da criança, como o nervosismo, ansiedade, pouca inteligência, fraco controlo do comportamento, e o estatuto social e económico da família, nomeadamente, baixo rendimento, pais muito novos, podem também estar associados a práticas comportamentais agressivas (Derbardieux, 2002; Smith & Sharp, 1994).

Tal como refere Serrano e Neto (1997, p. 206) “as crianças e jovens demonstram nas suas atitudes e comportamentos, as influências do meio social e familiar em que vivem”. De acordo com estes mesmos autores as características destes contextos de vida irão influenciar o processo de desenvolvimento da criança, na medida em que irá moldar a sua personalidade, interferindo na sua imagem pessoal, autodomínio e formas de participação em sociedade.

“Conviver com a violência aumenta o risco de a vir a exercer ou de converter-se numa sua vítima, especialmente quando a exposição se produz em momentos de especial vulnerabilidade como a infância e a adolescência” (Díaz-Aguado, 1996b, in Martins, 2009a, p. 45).

Parece-nos importante realçar que, apesar de realizarmos uma resenha, neste ponto, de fatores desencadeadores ou associados à agressividade, tal como têm sido

estudados por alguns autores, não pode existir uma leitura linear do comportamento de agressividade, dado que a maioria dos fatores internos ou externos à criança, representam uma matriz individual de risco e proteção, que num determinado lugar, ou num determinado momento, podem desencadear e/ou inibir respostas comportamentais agressivas. Por este motivo, a leitura dos comportamentos agressivos deve ser realizada, de preferência, no contexto da teoria sistémica e bio ecológica de Bronfenbrenner (1979, 1986) na qual são considerados as relações entre fatores individuais, familiares e contextuais nos micro-contextos onde a criança se desenvolve, para compreender e explicar a sua ação.

1.4 Tipos de agressividade

Dependendo da intencionalidade, diversos autores fazem distinção de dois tipos de agressividade: a agressividade instrumental ou proactiva e a agressividade reativa ou expressiva.

A agressividade proactiva ou instrumental é caracterizada pela falta de emoção, por um comportamento controlado, deliberado, centrado em objetivos externos (Coie & Dodge, 1998, in Martins, 2009a; Doron & Parot, 2001; Raimundo & Pinto, 2007). Este tipo de agressividade é utilizado como um instrumento para se alcançar um determinado objetivo, isto é, uma tentativa de obtenção de uma recompensa alheia à própria agressão. Os indivíduos que utilizam este tipo de violência tendem a justificá-la, dando-lhe uma aparência legítima.

Por outro lado, a agressividade reativa ou expressiva é uma forma de agressividade que surge como retaliação a uma suposta ofensa (Martins, 2009a; Raimundo & Pinto, 2007). Este tipo de agressividade aparenta ser uma reação defensiva ao bloqueio de objetivos, provocação ou frustração. É caracterizada como sendo uma explosão emocional, apresentando um nível de tensão e críspação elevados que ultrapassam a capacidade da pessoa para enfrentar o evento social de outra forma. A sequência temporal deste tipo de agressão consiste num acontecimento que provoca frustração, e depois raiva e ataque. (Coie & Dodge, 1998, in Martins, 2009a; Doron & Parot, 2001; Raimundo & Pinto, 2007).

A raiva é a emoção predominante na agressão reativa, enquanto que o prazer e a estimulação do ego são as emoções envolvidas na agressão proactiva (Martins, 2009a, p. 44).

Uma investigação de Dodge, Lochman, Harnish, Bates e Pettit (1997) citados por Martins (2007) veio confirmar a importância de diferenciar crianças e adolescentes agressores reativos de agressores proactivos. Os dados demonstravam que, estes dois tipos de agressores aparentavam apresentar histórias de desenvolvimento diferentes, apresentando os agressores reativos mais problemas do foro psiquiátrico (e.g., eram mais propensos a depressão, a distúrbios de hiperatividade e a défices de atenção), bem como demonstravam ter sido, mais provavelmente, expostos a violência e/ou abuso familiar que os agressores proactivos (Martins, 2007, p. 64).

Por outro lado, no que se refere aos agressores proactivos, os dados indicavam que eram um tipo de agressores menos frequente, que parecia desencadear condutas agressivas em resultado de ter adquirido crenças que reforçavam a ideia de que a agressão conduziria a consequências positivas para si próprios (Martins, 2007, p. 64).

Relativamente à natureza da agressividade Mielnik (1982, in Velez, 2010) descreve a agressividade normal e a anormal. A agressividade normal é considerada como algo natural na criança, sendo encarada como uma atitude adaptativa que se modifica ao longo do processo de desenvolvimento, variando na forma, objetivo e finalidade. Em contrapartida, a agressividade anormal estaria relacionada com crianças cuja agressividade é excessiva, resultado de uma má formação da personalidade humana, sobretudo nos primeiros anos de vida.

Tal como afirma Velez (2010), a complexidade da agressão tanto se manifesta na forma como se exprime, bem como no alvo a que se dirige. Na agressão quanto ao alvo é possível distinguir a agressão direta, a agressão deslocada e a auto agressão. Na agressão direta, o comportamento agressivo dirige-se à pessoa ou ao objeto que justifica a agressão, enquanto que na agressão deslocada, o sujeito dirige a agressão a um alvo que não é responsável pela causa que lhe deu origem. Por sua vez, na auto agressão, o sujeito desloca a agressão para si próprio.

Relativamente à forma de expressão, é possível distinguir entre agressão aberta, agressão dissimulada e a agressão inibida. Na agressão aberta, a ofensa é explícita, por violência física ou psicológica. No caso da agressão dissimulada, temos como exemplo o sarcasmo e o cinismo, que visam provocar o outro, feri-lo na sua autoestima, gerando ansiedade. Por fim, na agressão inibida o sujeito não manifesta agressão para com o outro, mas dirige-a contra si próprio (Velez, 2010).

Por outro lado Martins (2007) apresenta outro tipo de classificação de maus tratos entre pares, nomeadamente a agressão direta e física, a agressão direta e verbal e a agressão indireta e relacional (ou exclusão social).

A agressão direta e física inclui bater ou ameaçar fazê-lo, roubar ou estragar os objetos dos colegas, forçar comportamentos sexuais e obrigar os colegas a realizar tarefas contra a sua vontade. Por outro lado, a agressão direta e verbal inclui insultar, chamar nomes desagradáveis, bem como gozar ou fazer reparos racistas ou que evidenciam alguma deficiência ou defeito dos colegas. Por fim, a agressão indireta ou relacional, inclui excluir alguém do grupo de pares, espalhar boatos sobre os atributos dos colegas com vista a destruir a sua reputação, e de um modo geral manipular a vida social dos companheiros (Martins, 2007).

Como se pode verificar, existe uma série de formas e tipos de classificação agressividade, denotando-se a inexistência de consenso no que concerne à conceptualização da temática. Seja pela diversidade de construtos, que sendo utilizados frequentemente como sinónimos, representam significados distintos. Seja pelas teorias explicativas, mais internalizantes, e centradas no indivíduo, ou mais externalizantes, e centradas no meio, conclui-se uma dificuldade em objetivar conceitos e explicar a temática abordada no presente estudo. Apesar de se apresentar como um obstáculo aos investigadores, dado que pode conduzir a erros de desenho metodológico e de interpretação de resultados, desta dificuldade resulta a necessidade de se continuar a pesquisar sobre este tema que, cada vez mais, se torna tão dominador na atualidade, pela sua frequência e intensidade, e, portanto, uma área de elevado interesse empírico.

1.5 Papéis de participação em condutas de agressividade

Alguns autores (Salmivalli e colaboradores, 1996; 1998, in Martins 2007) identificaram os seguintes papéis de participação em condutas de agressividade:

- 1) A vítima passiva, onde se inserem geralmente crianças ou adolescentes que se encontram socialmente isolados, sem amigos, e que exibem baixa autoestima, problemas de saúde física e problemas de saúde mental, ansiedade, insegurança, medo dos agressores, vulnerabilidade, parecendo incapazes de se defender perante a intimidação, e são geralmente rejeitados pelo grupo de pares;

2) O agressor, papel mais frequente adotado por rapazes. O agressor típico é aquele que inicia o *bullying* e geralmente tem um papel de liderança num pequeno grupo de amigos, embora seja rejeitado pela maioria dos colegas (estatuto sociométrico controverso). O agressor gosta de dominar os outros, tem dificuldade em cumprir normas e em se relacionar com os adultos;

3) A vítima/agressora, ou vítima provocadora, onde se enquadram as crianças que são simultaneamente vítimas e agressores, mas a sua agressividade é de tipo reativo. As crianças e jovens que se encontram neste tipo de papel são irritantes e muito impulsivos, reagindo com agressão a qualquer tipo de provocação ou situação ambígua. São os mais impopulares e são mais rejeitados do que as vítimas passivas e do que os diferentes tipos de agressores. Com alguma frequência, as crianças/jovens que se enquadram neste tipo de papel, foram vítimas de maus-tratos na família (Coie, 2004, in Martins, 2007);

4) Os auxiliares das vítimas, papel onde é mais frequente encontrar raparigas. São as crianças/jovens que habitualmente defendem as vítimas e vão em seu auxílio, chamando um adulto, confortando a vítima ou conversando com os agressores no sentido de os dissuadir de intimidar. As crianças/jovens que se enquadram neste tipo de papel são, em geral, crianças/jovens bastante populares e com muitos amigos, que exibem manifestamente uma conduta pró-social;

5) Os assistentes e reforçadores dos agressores são aquelas crianças/jovens que apoiam e seguem passivamente os agressores líderes e os que riem e proporcionam audiência ao agressor. Estas crianças/jovens têm características idênticas às dos agressores mas menos atenuadas e, alguns deles, quando afastados do grupo de agressores diminuem o envolvimento nesse tipo de condutas;

6) Os não envolvidos, são todos aqueles que não se dão conta do que se passa, ou que sabem mas não se querem envolver. Este grupo inclui, geralmente uma percentagem de crianças/jovens superior à dos restantes grupos.

Deste modo, como é possível observar na Figura 1, “a maioria da investigação sugere que parece existir uma relação bastante consistente entre determinados padrões de comportamento social e o estatuto sociométrico de crianças e adolescentes” (Martins, 2007, p.57).

Papel no <i>bullying</i> ou agressão	Estatuto sociométrico
Auxiliador da vítima	Popular (muitas preferências e nenhuma rejeições)
Não envolvido e/ou observador imparcial	Médio (mais preferências que rejeições)
Vítima/agressora	Rejeitado (muitas rejeições e nenhuma preferência)
Agressor	Controverso (duas ou três preferências e muitas rejeições)
Vítima passiva	Rejeitado ou isolado

Figura 1. Relações entre a participação no Bullying e o estatuto sociométrico. Adaptado de: Martins, M. J. D. (2007). Violência interpessoal e maus tratos entre pares, em contexto escolar. *Revista de Educação*, XV, 2, p.57.

Capítulo 2 – A criança em risco e em perigo e o acolhimento Institucional

2.1 A criança em risco e em perigo

Ainda que a demarcação entre o conceito de perigo e o conceito de risco nem sempre seja totalmente estanque, a noção de risco diz respeito a um leque mais amplo e abrangente do que a noção de perigo, esta última tipificada por lei (Carvalho, 2013). O conceito de risco refere-se a inúmeras condições biológicas, psicológicas e/ou ambientais adversas associadas com o aumento de probabilidade do aparecimento de problemas cognitivos, sociais, afetivo-emocionais, comportamentais e físicos (Kopp, 1983, in Marujo, 1992; Kornberg e Caplan, 1980, in Marujo, 1992). Já o conceito de perigo refere-se à iminência de concretização de uma ameaça, que coloca a vida da criança em perigo ou a sua integridade física e/ou psicológica.

Desta forma, verifica-se que o perigo poderá ser definido como a ameaça iminente à existência de alguém, enquanto o risco abarca uma dimensão mais abrangente, sendo a probabilidade de um perigo que não ameaça no imediato a existência de alguém, embora se saiba que a sua persistência no tempo pode vir a ter consequências negativas no seu desenvolvimento e bem-estar (Instituto para o Desenvolvimento Social, 2000a). A diferença fundamental entre uma noção e outra decorre do perigo potencial que o risco acarreta em termos de concretização dos direitos da criança enquanto na aplicação da noção de perigo acresce o elevado grau de probabilidade de ocorrência (Carvalho, 2013).

“Como se depreende, a persistência ou agravamento de fatores de risco, em paralelo à ausência ou ineficácia de fatores de proteção na vida de uma criança poderão, em certas condições, associar-se ou conduzir a situações de perigo” (Carvalho, 2013, p. 10).

De acordo com o art.º 3.º, n.º2 da Lei n.º 147/99 – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em perigo (LPCJ), uma criança encontra-se em situação de perigo quando (Ramião, 2007, p.26):

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria”;
- b) “Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais”;
- c) “Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal”;

- d) “É obrigada a atividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento”;
- e) “Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou equilíbrio emocional”;
- f) “Assume comportamentos ou entrega-se a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação, ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto, se não oponha de modo adequado a remover a situação”.

A constatação de uma das situações de perigo, acima referidas, determina, e justifica, a intervenção judicial através da aplicação de medidas, de acordo com o superior interesse da criança, tal como previsto na LPCJ. A situação de risco pode não determinar a decisão judicial de aplicação de medida, mas justificar o acompanhamento técnico e a intervenção psicossocial e/ou educativa das entidades de primeira linha, com responsabilidade em matéria de infância e juventude, de forma a diminuir os fatores de risco e a potenciar o desenvolvimento de fatores de proteção na criança e nos microcontextos envolventes.

O Department of Health (2000) sintetizou uma matriz para facilitar a organização da informação a recolher durante o processo de avaliação, no sentido de melhorar o processo de tomada de decisão e a distinção entre risco e perigo, designada de Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção em Situações de Risco e de Perigo (Figura 2). Esta matriz decorre do modelo ecológico desenvolvido por Bronfenbrenner (1979, 1986), que defende que a realidade familiar, social, económica e cultural constituem um todo interdependente como um sistema, composto por diferentes subsistemas que se articulam entre si de forma dinâmica (microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema).

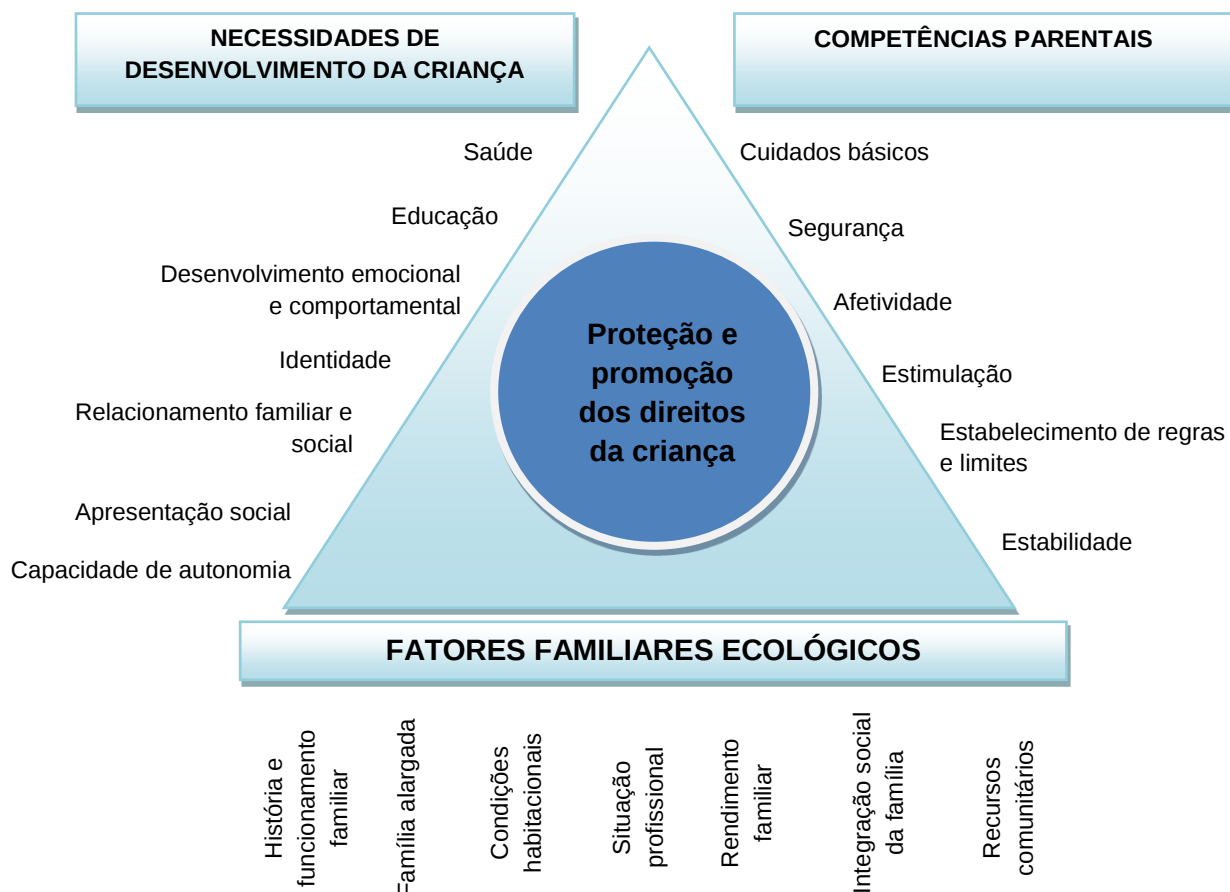


Figura 1. Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção em Situações de Risco e de Perigo. Adaptado de: Department of Health, Department for Education and Employment and the Home Office (2000). Framework for the Assessment of Children in Need and Their Families. London: The Stationery Office. p.17.

Nesta perspetiva, revela-se, então, importante, identificar características individuais da criança e dos pais, do sistema familiar e do contexto sociocultural, que podem constituir-se como fatores protetores, ou como fatores de risco, e precipitar situações de risco ou de perigo para a criança. Desta forma, a deteção de uma situação de perigo implica a identificação de um contexto através de determinados indicadores que, de algum modo, poderão despoletar, ou estar já subjacentes, a comportamentos que colocam em causa, no imediato, a segurança e o bem-estar da criança.

Sintetizando, a presença de uma situação de risco ou de perigo é percecionado como a expressão de uma disfunção no sistema pais-criança-ambiente, e não apenas como uma consequência direta de uma psicopatologia parental, e/ou de um elevado nível de stresse parental e/ou ambiental, e/ou de características individuais da criança

e/ou dos pais. Para uma melhor compreensão do Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção em Situações de Risco e de Perigo, e do que pode constituir-se como indicadores pertinentes de avaliação, em seguida sistematizamos e diferenciamos o que se constitui como fatores de risco e como fatores de proteção.

2.1.1 Fatores de Risco

Meises e Wasil (1990, in Marujo, 1992) propõem uma classificação tripartida dos tipos de risco: risco biológico, estabelecido e ambiental. Estes três tipos de risco não são mutuamente exclusivos, pois muitas vezes se sobrepõem (Breia, Almeida & Colôa, 2004).

O risco biológico refere-se a crianças que embora não apresentem à partida deficiência, correm o risco de ter o seu desenvolvimento comprometido (como por exemplo, crianças prematuras; crianças com baixo peso à nascença; crianças filhas de pais toxicodependentes) (Diaz & Resa, 1993). Trata-se, assim, de crianças com antecedentes pessoais e familiares ‘suspeitos’ que podem indicar futuros défices (Brown & Brown, 1993, in Bairrão, 1994). Na categoria de risco estabelecido, incluem-se as crianças que são diagnosticadas com perturbações médicas e para as quais as expectativas futuras de danos físicos e de desenvolvimento são conhecidas. Segundo Brown e Brown (1993, in Bairrão, 1994) aqui incluem-se as crianças com problemas físicos ou mentais graves que possam originar atrasos no desenvolvimento.

De acordo com Pereira (1996, in Costa, 1997), a criança que apresenta já um risco estabelecido inerente à própria deficiência, poderá vir a encontrar-se também em situação de risco ambiental, que se reflete no seu desenvolvimento.

Como exemplo deste tipo de risco podemos salientar os seguintes casos: crianças com síndrome de *Down*, anomalias cromossómicas, alterações sensoriais, microcefalias, paralisias cerebrais (Breia, Almeida & Colôa, 2004).

A categoria de risco ambiental é aquela onde se incluem as crianças em cuja história pessoal e familiar vamos encontrar ambientes familiares alterados ou problemas sociais graves que podem estruturar défices sobretudo de natureza psicológica (Brown & Brown, 1993, in Bairrão, 1994). São crianças consideradas genética e biologicamente sem problemas ou “normais” ao nascer, mas que, pela influência de determinados fatores ambientais, veem limitada a capacidade de a

criança tirar partido de experiências de aprendizagem e de desenvolvimento importantes (Marujo, 1992).

Apesar da tipologia do risco se revelar como importante para compreender os diferentes tipos de risco existentes, e, seguindo a matriz teórica do Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção em Situações de Risco e de Perigo, anteriormente apresentado, parece-nos mais útil distinguir os fatores de risco entre individuais, familiares e contextuais, e, posteriormente, os fatores de proteção serão distinguidos de igual forma, dado que, a nosso ver, só deste modo se poderá aceder a uma compreensão do sistema intrincado de interações entre sistemas, que podem determinar a classificação de criança em perigo.

2.1.1.1 Fatores de risco individuais

Os estudos realizados demonstram que existe uma série de fatores de ordem individual que podem afetar, negativamente, algumas pessoas na sua qualidade de educadores ou cuidadores. As características individuais podem impedir que o cuidador dê atenção, ajude, demonstre interesse ou perceba corretamente os sinais que a criança emite. Por outro lado, existem características individuais que dificultam uma interpretação correta das necessidades reais da criança e consequentemente uma resposta adequada às mesmas (CNPCJR & MSS, 2011).

Os fatores de risco individuais incluem assim características individuais das próprias crianças e características individuais dos pais, que podem desencadear situações de maus-tratos, isto é, fatores potencializadores.

2.1.1.2 Fatores de risco familiares

Os fatores de risco familiares podem diferenciar-se entre aqueles que estão mais diretamente ligados à interação familiar, mais especificamente à relação mãe/pai-filho, e aqueles que estão relacionados com a própria estrutura e composição familiar (CNPCJR & MSS, 2011). Como exemplo deste tipo de risco, podemos evidenciar os conflitos conjugais que podem dar origem a episódios de violência contra os filhos. É

importante salientar que a violência entre o casal funciona como modelo para a resolução dos conflitos da criança com os demais (CNPCJR & MSS, 2011).

2.1.1.3 Fatores de risco contextuais

Os contextos comunitários e extrafamiliares apresentam um papel importante no funcionamento familiar, chegando a converter-se numa fonte de stresse importante. A violência continua a ser a resposta mais frequente, quando o nível de stresse é elevado e a família necessita de recursos para lidar com a situação (CNPCJR & MSS, 2011). Contudo, também podem ocorrer outro tipo de respostas, nomeadamente a passividade, resignação ou o desenvolvimento de distúrbios psicológicos (Gracia & Musitu, 1993, in CNPCJR & MSS, 2011; Gabarino et al., 1996, in CNPCJR & MSS, 2011). Como exemplo de fatores de risco contextuais podemos destacar o desemprego, a pobreza ou os problemas laborais, uma vez que causam insegurança, irritabilidade e sentimentos de tristeza.

2.1.2 Fatores de Proteção

Tal como os fatores de risco, também os fatores de proteção podem ser considerados individualmente, no contexto familiar, e no contexto social.

Segundo Rutter (1990, in Anaut, 2005, p. 51):

“os fatores de proteção modificam a reação à situação que apresenta o risco, ao reduzir o efeito do risco e as reações negativas em cadeia. Assim, as investigações sobre os fatores de proteção mostram que a proteção resulta por um lado de variáveis genéticas e constitucionais, das disposições e características da personalidade, dos suportes do meio (familiar e extrafamiliar) mas também da disponibilidade, da acessibilidade e da qualidade dos suportes sociais”.

Desta forma, podemos considerar os fatores de proteção como as características individuais e ambientais que melhoram ou potenciam a resposta positiva do indivíduo a fatores de risco.

De acordo com Dunst (1985, in Corte Real, 1997), existe uma relação recíproca entre os fatores de risco e de proteção e o comportamento da criança e do agregado

familiar. Pois, quanto mais tempo uma criança estiver sujeita a fatores de risco, mais negativas serão as consequências e menor será a probabilidade de ultrapassar a variedade de fatores adversos, por outro lado, quanto mais tempo uma criança estiver sujeita a fatores de proteção, mais positivas serão as consequências e maior a probabilidade de ultrapassar esses mesmos fatores.

Tendo em consideração a necessidade de proteger as crianças sujeitas a fatores de risco, e garantir a promoção e desenvolvimento de fatores de proteção para o desenvolvimento do ser humano na sua infância, tem surgido, nacional e internacionalmente, legislação que promove o bem-estar e o desenvolvimento infantil, através da salvaguarda do cumprimento dos direitos da criança tal como consagrados na Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada em Portugal a 21 de Setembro de 1990. Em Portugal, a legislação atualmente em vigor que norteia a promoção e proteção dos direitos infantis é a Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, que passamos a explicar de seguida.

2.2 A lei de proteção de crianças e jovens em perigo

A legislação sobre crianças e jovens é, atualmente, diversificada no nosso país, sustentando-se em três pilares fundamentais: a promoção e proteção, a tutelar educativa e as responsabilidades parentais. Para o presente trabalho, iremos destacar a lei de proteção de crianças e jovens (LPCJ) – Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, que surge numa abordagem integrada dos direitos da criança, com o objetivo de garantir o seu bem-estar e desenvolvimento.

A LPCJ concretiza o papel do Estado no que diz respeito à proteção das crianças e dos jovens em perigo, bem como a promoção dos respetivos direitos (Gomes, 2010). Para além disso, esta lei, recorre à participação da comunidade e à sua responsabilização, através das várias instituições que interagem com a comunidade, nomeadamente as escolas, as instituições de solidariedade social, etc. É também nesta lei que se fundamenta a intervenção dos lares de infância e juventude.

Nos termos do artigo 4.º da referida Lei, destacam-se os seguintes princípios fundamentais: Interesse superior da criança e do jovem; Privacidade; Intervenção precoce; Intervenção mínima; Proporcionalidade e atualidade; Responsabilidade parental; Prevalência da família; Obrigatoriedade da informação; Audição obrigatória e participação e Subsidiariedade (Ramião, 2007).

A LPCJ no seu artigo 38.º refere que a aplicação das medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças e dos jovens em perigo é da competência exclusiva dos Tribunais e das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. São três os objetivos da aplicação destas medidas (artigo 34.º da LPCJ), nomeadamente, afastar o perigo; proporcionar as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral e ainda garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso (Ramião, 2007).

Com estes objetivos estão previstas várias medidas, aplicáveis no âmbito de um Processo de Promoção e Proteção. Estas medidas podem ser executadas em meio natural de vida ou em regime de colocação.

As medidas de promoção e proteção executadas em meio natural de vida são as seguintes: Apoio junto dos pais (art.º 39); Apoio junto de outro familiar (art.º 40º); confiança a pessoa idónea (art.º 43º) e Apoio para autonomia de vida (art.º45). Por outro lado, as medidas de promoção e proteção executadas em regime de colocação são as seguintes: Acolhimento familiar (art.º 46); Confiança a instituição com vista a futura adoção (art.38º) e acolhimento em instituição (art.º 50) (Ramião, 2007).

De seguida aprofundamos a última medida de promoção e proteção em regime de colocação citada, o acolhimento em instituição, também designado de acolhimento residencial.

2.3 O acolhimento institucional ou residencial

A problemática da institucionalização é um tema difícil de abordar, visto que cada instituição é um caso único, um local com identidade própria. De acordo com Alberto (2003), a instituição é um organismo vivo que se caracteriza e se compõe de seres com vivências, afetos, projetos, passados, presentes e futuros específicos.

A promoção de um sentimento de pertença começa na família continua na escola e não se extingue na idade adulta (Cordeiro, 1997, in Costa e Vale, 1998). Todavia, quando há a necessidade de retirar as crianças da sua família, que era o seu meio natural, por motivos de vária ordem (e.g. negligência, abuso físico, emocional, mau trato físico, emocional) e de as inserir em instituições, suspende-se o sentimento de pertença existente.

Para Alberto (2003), cada instituição é uma casa e uma família de “faz de conta”, onde residem crianças e adolescentes que sentem uma enorme necessidade de uma casa e de uma família “de verdade”, tal como todos os seus amigos têm.

A existência de instituições que acolhem crianças não é recurso recente, contudo os objetivos que as regem têm sofrido alterações nos últimos anos.

O acolhimento institucional em Portugal ainda é caracterizado por instituições de grandes dimensões, com uma média de 40 crianças acolhidas. Até à promulgação da Lei 147/99, grande parte das crianças acolhidas em Lar provinham de famílias numerosas sem recursos, que as colocavam no “colégio” para que recebessem educação, à qual não teriam acesso de outra forma. (Gomes, 2010). Durante muito tempo essas instituições serviam para garantir a sobrevivência física, atualmente a preocupação abrange a dimensão essencialmente educativa e protetora. São objetivos do acolhimento institucional, valorizar as capacidades individuais de cada criança/jovem, possibilitar-lhe uma melhor qualidade de vida e, desta forma, conseguir benefícios na sua vida.

Apesar da Lei 147/99, falar sempre em acolhimento institucional ou em instituição, considera-se que a denominação acolhimento residencial seria mais adequada à atual perspetiva que se configura para o acolhimento. Uma vez que o termo “institucional” tem um cariz histórico demasiado assistencialista e caritativo (Gomes, 2010).

Para Alberto (2003), qualquer instituição, pelas suas características, comporta consequências negativas a diversos níveis, sobretudo pela vivência subjetiva de afastamento e abandono das crianças relativamente à família e pelas atribuições de auto desvalorização que pode motivar. Como afirma Strecht (2001, p. 50) “a rejeição, a ausência, o vazio, são do mais difícil para uma criança poder digerir e transformar sozinha, ainda mais numa posição prévia de fragilidade”.

No estudo de Alexandre e Vieira (2004) sobre as relações de apego entre crianças institucionalizadas verificaram que, na ausência de um adulto significativo, as crianças criavam relações de apego entre si, ajudando-se mutuamente, consistindo numa importante fonte de resiliência.

De acordo com Strecht (2004), “estas crianças imaginam-se frequentemente culpadas de situações a que são de todo alheias”, o que nos remete para a culpabilidade sentida pelas mesmas. Esta culpabilidade influencia fortemente a sua autoimagem negativa, aumentando consequentemente a sua auto desvalorização (Alberto, 2003).

Apesar destas crianças se sentirem abandonadas, culpabilizam-se por isso e fantasiam a mudança da família. Tal como refere Strech (2004), estas crianças apresentam uma “função reparadora”, onde mantêm a ilusão de uma mudança mágica dos pais, achando na maioria das vezes que se tivessem em casa os pais melhoravam.

Outro sintoma bastante frequente nestas crianças são os comportamentos desviantes, marcados principalmente por furtos (Winnicott, 2002). De acordo com Strech (2004, p.73) trata-se de um “Síndrome de compensação”, uma vez que “tiram de fora para se encherem por dentro”.

A grande maioria das crianças/jovens que se encontram em acolhimento institucional sofreu algum tipo de maltrato ou negligência que poderá ter afetado em maior ou menor intensidade o seu desenvolvimento de acordo com diversos fatores de proteção, com a sua gravidade e duração, bem como, com a idade da criança (Zurita & del Valle, 2005). Como tal, é importante ter em conta que as instituições de acolhimento destinadas a crianças que foram separadas da sua família desempenham um papel importante, devendo contribuir para que os seus sentimentos de perda sejam o mais possível minimizados (Fernández del Valle & Fuertes, 1999, in Zurita e del Valle, 2005).

Todavia, a intervenção das instituições de acolhimento com o objetivo de afastar a criança/jovem do meio problemático, proporcionando-lhes as condições necessárias ao seu desenvolvimento e bem-estar, pode adicionar-lhes danos (Pracana & Santos, 2010). Ao longo dos anos, tem-se verificado o impacto negativo do acolhimento institucional através de estudos desenvolvidos nesta área, estudos esses que mostram que o acolhimento institucional tem efeitos negativos em diversas áreas de desenvolvimento como a intelectual, a comportamental, a física e a socioemocional (Zurita & del Valle, 2005). Durante o acolhimento institucional a criança/jovem sofre perdas a diversos níveis que afetam os seus sentimentos de pertença e de segurança (Zurita & del Valle, 2005). Contudo, as reações face a estas perdas divergem de criança para criança, em função de variáveis como a idade e a fase de desenvolvimento em que se encontram, a vinculação prévia aos pais, as experiências anteriores de separação, a perceção que se tem em relação às causas da separação, o temperamento e a personalidade da criança/jovem (Zurita & del Valle, 2005).

São vários os tipos de respostas sociais de acolhimento institucional destinadas a crianças e jovens em perigo que podemos encontrar em Portugal. De acordo com as

problemáticas de cada criança/jovem, pode definir-se, a intervenção mais adequada. Assim, de acordo com o artigo 49.º da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, o acolhimento em instituições visa:

“a colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitem a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral” (Diário da República, 1999, p. 6123).

Se nos focalizarmos no sistema nacional de acolhimento e acompanhamento de crianças e jovens em situação de perigo, verificamos que dele fazem parte três níveis distintos, em função das necessidades técnicas decorrentes da análise das problemáticas com que se lida: **o acolhimento de emergência** – que constitui aquilo a que designamos por Unidade de emergência; **o acolhimento temporário** – cujo objetivo é cumprido pelos centros de acolhimento temporários; **e o acolhimento de longa duração** – onde se situam os lares de infância e juventude. (Instituto para o Desenvolvimento Social, 2000b)

Unidade de emergência:

A unidade de emergência é uma resposta social que possibilita o acolhimento de emergência, por um período máximo de 48 horas, de uma criança ou jovem dos 0 aos 18 anos, que por uma situação grave não pode permanecer junto da família. Este tipo de acolhimento satisfaz as necessidades básicas da criança/jovem.

De acordo com a situação observada, a criança/jovem será encaminhada ou para a família ou para acolhimento institucional (Alves, 2007).

Centro de acolhimento temporário:

O centro de acolhimento temporário (CAT) é a resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças/jovens em perigo dos 0 aos 18 anos, de ambos os sexos, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção (Gomes, 2010).

Lar de infância e juventude:

O lar de infância e juventude (LIJ) é a resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças/jovens em perigo, de duração superior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção (Gomes, 2010).

2.4 Lar de infância e juventude: uma resposta social

Como já foi referido anteriormente, os lares de infância e juventude constituem uma das modalidades de acolhimento previstas na Lei 147/99, de 1 de Setembro. Destinam-se a acolher crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção (nº4 do art.º 50º, da LPCJ).

Os objetivos desta resposta social não são apenas assegurar alojamento. São também satisfazer as necessidades básicas, fornecendo condições o mais aproximado quanto possível a uma estrutura familiar, fornecendo à criança/jovem meios que contribuam para o seu desenvolvimento e valorização pessoal, profissional e social em cooperação com a comunidade, escola e família (Fernandes & Silva, 1996).

De acordo com Fernandes e Silva (1996) o lar de infância e juventude deve articular com as entidades competentes no âmbito da infância e juventude, com o objetivo de reintegrar a criança/jovem na sua família ou na comunidade de origem, no menor tempo possível, ou quando isto não for possível fomentar o acolhimento familiar ou a gradual autonomização do jovem.

Deste modo, para evitar a rutura com os laços familiares e a comunidade de origem, as crianças/jovens deverão ser acolhidas em lares que se situem na sua área de residência: a admissão neste tipo de resposta social deve ser objeto de cuidadosa reflexão, procurando-se sempre que o encaminhamento seja o mais concordante com a origem, natureza e desejos da criança.

É atribuído ao LIJ a responsabilização da prestação de cuidados de saúde e de alimentação, de forma a promover o desenvolvimento físico, cognitivo, psicológico e afetivo e o equilíbrio emocional das crianças/jovens acolhidas. É também responsabilidade da instituição substituir o papel dos progenitores enquanto encarregados de educação, responsabilizando-se pelas atividades educativas e

escolares, nunca deixando de ter em conta as características individuais de cada criança/jovem, nomeadamente a idade, o género, as origens sociais, a personalidade e a sua história de vida (Alves, 2007). Pretende-se também, garantir a recuperação física e psicológica das crianças/jovens que foram vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso (Carvalho, 2013).

O acolhimento institucional deve ser entendido não apenas como o suprimento estrito de uma falha ao nível do contexto parental, mas cada vez mais se percebe enquanto oportunidade de ganhos efetivos, tanto para a criança como para a família.

2.5 Caracterização das crianças e jovens em situação de acolhimento em 2012

Segundo o relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens - CASA 2012, são 8,557 as crianças e jovens que se encontravam efetivamente em situação de acolhimento em 2012, sendo que, destas, 6,268 iniciaram o acolhimento em anos anteriores e 2,289 iniciaram o acolhimento em 2012.

Os distritos do Porto, Lisboa e Braga registam os números mais elevados de crianças e jovens em situação de acolhimento, relativamente à distribuição por distrito e região autónoma. Em contrapartida, é nos distritos de Portalegre e Beja, que se verificam os números absolutos de crianças e jovens em situação de acolhimento mais reduzidos. Por sua vez, o distrito de Évora, distrito onde incide a presente investigação, registou no ano de 2012, 148 crianças e jovens em situação de acolhimento, enquanto que 54 cessaram o acolhimento (Instituto de Segurança Social, 2013).

De acordo com o mesmo relatório, aos adolescentes entre os 12 e os 17 anos corresponde a maior percentagem em situação de acolhimento (54,9%), sendo que se se incluírem os jovens com idades entre os 18 e os 20 anos passa a verificar-se um peso ainda maior - 66 % (5,636) contra 34 % na faixa etária dos 0 aos 11 anos (2,921).

De salientar que, comparativamente com o ano anterior, a faixa etária dos 15 aos 17 anos foi a única que sofreu um aumento (41 jovens).

Quanto à distribuição por sexo, verifica-se, no universo das crianças e jovens em situação de acolhimento, uma tendência de ligeiro predomínio do sexo masculino – 4,319 rapazes (50,5%) contra 4,238 raparigas (49,5%), sobretudo até aos 14 anos, tendência que se inverte a partir dos 15 anos.

No que se refere às características das crianças/Jovens acolhidas em lar, são várias as diversidades de problemáticas associadas às mesmas. Todas as crianças e jovens, independentemente do tipo de problemática apresentada (problemas de comportamento ou de saúde mental), se encontram abrangidas pela LPCJP (Instituto de Segurança Social, 2013).

Em comparação com o ano anterior (2011) houve um aumento de cerca de 1,5% no que se refere à prevalência de problemas de comportamento das crianças/ jovens (19,5%).

Os problemas de comportamento poderão ser classificados consoante o seu grau de gravidade, em termos do tipo de problema, da sua frequência e intensidade. No relatório CASA 2012, os problemas de comportamento foram divididos em três dimensões:

1. Comportamentos ligeiros - uso da mentira para evitar obrigações/responsabilidades; fugas breves e intimidações;
2. Comportamentos médios - pequenos furtos; destruição de propriedade sem grandes prejuízos e agressões físicas;
3. Comportamentos graves - roubos com confrontação com a vítima; utilização de armas brancas e destruição de propriedade com prejuízos consideráveis. (Instituto de Segurança Social, 2013)

Enquanto os comportamentos ligeiros estarão mais próximos do transtorno de oposição, os comportamentos graves já estarão mais aproximados a tendências antissociais. É de salientar que os problemas de comportamento poderão ser uma categorização psicopatológica algo artificial, pois na maioria das vezes albergam outras formas psicopatológicas, como a patologia *borderline*, depressões primárias ou ainda psicoses (Instituto de Segurança Social, 2013).

Apesar de um dos dados recolhidos do relatório CASA 2012 apontar para apenas 182 jovens com problemas de comportamento possuírem simultaneamente outro problema de saúde mental, onde se excluem as debilidades e as deficiências mentais, quer pela idade dos jovens, quer pelas eventuais dificuldades na formulação de diagnósticos nesta população, este número será na realidade certamente muito superior.

No que se refere à escolaridade, os dados do relatório CASA 2012 revelam um aumento do insucesso escolar na idade de mudança dos ciclos escolares: os 11 anos (23,3%) representam a transição do 1º ciclo para o 2º ciclo, os 13 anos (48,7%) a

mudança do 2º ciclo para o 3º ciclo, os 16 anos (67%) a passagem do 3º ciclo para o ensino secundário, os 19 anos e seguintes a falta de conclusão do ensino secundário.

Apenas 64 jovens entre os 16 e 20 anos completaram a escolaridade obrigatória e estão à procura de emprego (54 entre os 18 e 20 anos).

II. Estudo Empírico

3 - Objetivos e Questões de investigação

Este estudo pretende contribuir para o conhecimento e compreensão do fenómeno dos maus-tratos entre pares em contexto institucional em função de várias variáveis sociodemográficas (género, idade, nível de escolaridade) e psicossociais (integração social da instituição). Pretende-se assim aprofundar o conhecimento do fenómeno dos maus tratos entre pares em contexto institucional, analisando as suas relações com variáveis de natureza demográfica e psicossocial.

3.1 Objetivos

Para a realização do presente trabalho de investigação foram definidos, fundamentalmente, três grandes objetivos:

- Em primeiro lugar, obter dados que permitam conhecer a frequência e os tipos de condutas de agressão e vitimação manifestados numa amostra de adolescentes acolhidos em três lares da região do Alentejo;
- Em segundo lugar, saber qual a relação entre a integração social no grupo de pares (através do estatuto sociométrico) e vários padrões de comportamento social, nomeadamente comportamentos pró-sociais, liderança, isolamento social e, em particular, agressão e vitimação (quer na perspetiva do próprio, quer na perspetiva dos pares);
- Em terceiro lugar, conhecer as representações das crianças/jovens acolhidas em lar sobre: a instituição que os acolheu, a escola, os colegas, os amigos, os técnicos, os educadores e sobre si próprio.

3.2 Questões de investigação

Tendo em consideração os objetivos formulados e o conjunto de estudos realizados no âmbito desta temática, foram definidas as seguintes questões de investigação:

- Apresentarão os jovens em acolhimento institucional, um maior número de comportamentos agressivos comparativamente aos jovens não institucionalizados?
- Existirão diferenças significativas no comportamento dos jovens acolhidos nos diferentes lares?
- Haverá relação entre o comportamento agressivo, a experiência de vitimação e a integração social no lar de acolhimento?
- Que tipo de representações fazem as crianças e jovens acolhidos em lares de acolhimento, da escola, dos adultos e dos pares mais presentes no seu quotidiano?

4 – Metodologia

4.1 Participantes

Neste estudo foi utilizada uma amostra de conveniência constituída por 56 crianças/jovens, 16 do sexo masculino (28,6%) e 40 do sexo feminino (71,4%), com idades compreendidas entre os 4 e os 21 anos de idade ($M = 13,50$; $SD = 3,35$), que se encontram com medida aplicada de acolhimento em instituição, há mais de 6 meses, em 3 instituições de acolhimento.

As três instituições de acolhimento (lares de infância e juventude) situam-se no Alentejo, mais especificamente no distrito de Évora. Os três lares de infância e juventude dispõem, para além de um diretor técnico, de duas equipas: uma equipa técnica, e uma equipa educativa. Os elementos que compõem as equipas educativas, designados por educadores, não apresentam qualificação superior, sendo na sua maioria do sexo feminino. Paralelamente, os elementos que compõem a equipa técnica, designados por técnicos, todos eles possuem licenciatura na área das ciências sociais, na sua maioria psicólogos e assistentes Sociais.

A equipa técnica tem como principais funções: organizar os processos individuais de cada criança/jovem; acompanhar o desenvolvimento integral das crianças/jovens elaborando o projeto de vida, tendo em conta as suas potencialidades e preferências; fazer o despiste de situações especiais e garantir o encaminhamento adequado; fomentar a integração das crianças/jovens na comunidade, e promover contactos com as famílias. Por sua vez, a equipa educativa tem como principais funções garantir o atendimento necessário às crianças e jovens durante 24 horas, auxiliando-os em todas as suas rotinas diárias, garantindo a manutenção de higiene, alimentação, bem como todo o tipo de acompanhamento necessário (Instituto para o Desenvolvimento Social, 2000b).

A presente investigação é composta por dois estudos: um estudo mais alargado e quantitativo, que envolve os três lares de infância e juventude. E outro estudo mais restrito e por sua vez mais qualitativo, que envolve apenas um dos lares.

A amostra utilizada no segundo estudo, é constituída por 21 crianças/jovens da amostra atrás descrita. 11 Sujeitos do sexo masculino e 10 do sexo feminino, todos eles com idades compreendidas entre os 7 e os 20 anos de idade.

A distribuição por idades é apresentada na tabela 1.

Tabela 1. *Caracterização dos participantes quanto às idades*

Variáveis		N	%	M	DP
Sexo	Masculino	16	28.6		
	Feminino	40	71.4		
Idade	4	1	1.8	13.50	3.35
	7	1	1.8		
	8	2	3.6		
	9	1	1.8		
	10	3	5.4		
	11	8	14.3		
	12	6	10.7		
	13	6	10.7		
	14	7	12.5		
	15	7	12.5		
	16	3	5.4		
	17	3	5.4		
	18	5	8.9		
	19	1	1.8		
	20	1	1.8		
	21	1	1.8		
Tempo de acolhimento em anos	1	17	30.4	3.89	3.66
	2	12	21.4		
	3	7	12.5		
	4	3	5.4		
	5	2	3.6		
	6	4	7.1		
	7	4	7.1		
	8	1	1.8		
	10	1	1.8		
	11	3	5.4		
	13	1	1.8		

Variáveis		N	%	M	DP
18		1	1.8		
Lar de infância e juventude	LIJ A	30	53.6		
	LIJ B	19	33.9		
	LIJ C	7	12.5		

4.2 Instrumentos

A fim de se alcançarem os objetivos do presente estudo e verificarem as hipóteses atrás enunciadas, quatro instrumentos foram utilizados ao longo de toda a investigação, nomeadamente:

- Ficha de dados pessoais (FDP);
- Questionário de exclusão social e violência em lar de acolhimento prolongado (QEV);
- Questionário de nomeação de pares (QNP);
- Entrevista de frases incompletas.

Ficha de dados pessoais

A ficha de dados pessoais (FDP) foi construída propositadamente para este estudo, a fim de se obterem os dados relativos às variáveis independentes do mesmo (variáveis sociodemográficas, variáveis de institucionalização, tempo de permanência com a família). É uma ficha composta por 9 questões tais como a idade, a data de admissão, a idade aquando do acolhimento e a periodicidade das visitas à família. Os dados recolhidos nesta ficha permitiram-nos caracterizar a amostra, tal como se pode ver no início do capítulo da metodologia.

Com o objetivo de avaliar o envolvimento dos jovens acolhidos em lar em condutas de agressão/vitimação foi utilizada uma adaptação do *Cuestionario de Evaluación de la Violencia entre iguales en la Escuela y en el Ocio* (CEVEO), de Díaz-Aguado (2004), traduzido e adaptado para português com o nome de Questionário de Exclusão Social e Violência Escolar (QEVE) por Martins (2009a).

Para a presente investigação, foi elaborada uma adaptação do QEVE, tendo-lhe sido atribuído o nome de Questionário de exclusão social e violência em lar de acolhimento prolongado (QEVL). O instrumento original consiste num questionário de comportamentos referidos pelo próprio (“*self-report*”) sobre o tipo e grau de envolvimento do indivíduo em condutas agressivas em contexto escolar. (Martins, 2009a). Para o presente estudo considerou-se o contexto institucional mantendo-se no restante a mesma estrutura do questionário de Martins (2009a).

O questionário inicia-se com uma série de 12 itens (Bloco A), em que os adolescentes indicam como se sentem em determinados lugares e situações, bem como nos relacionamentos que estabelecem com pessoas significativas nas suas vidas (técnicos do lar, educadores do lar, amigos, colegas, professores), numa escala que pode ir de “muito mal” (1 ponto) a “muito bem” (7 pontos).

Em seguida os jovens são confrontados com três conjuntos de 15 itens cada um (Blocos B, C e D) que pretendem avaliar o tipo de envolvimento da criança ou adolescente nas situações de agressão. Aqui as alternativas de resposta são sempre quatro (1 = nunca, 2 = algumas vezes, 3 = muitas vezes, 4 = quase sempre).

Deste modo, o questionário envolve 3 escalas: a escala da vítima, a do agressor, e a do observador. Através das mesmas, é possível identificar os participantes que se situam nas várias escalas: vítima de exclusão social e agressão verbal, vítima de violência física com agressão menor, vítima de violência física com agressão grave, agressor de exclusão social e agressão verbal, agressor de violência física, observador de exclusão social e agressão verbal, observador de violência física com agressão menor e observador de violência física com agressão grave.

No entanto, é de salientar a existência ainda de um quarto grupo de jovens, o das vítimas - agressivas, que resulta de condutas simultaneamente ligadas à condição de agressor e de vítima.

Seguem-se ainda uma dimensão que avalia quem, do ponto de vista dos jovens, intervém e ajuda quando ocorrem situações de agressão (8 itens), uma outra

dimensão que avalia as atitudes dos educadores e técnicos do lar (tal como percebidas pelos adolescentes) relativamente a essas situações (7 itens) e ainda uma dimensão que pretende conhecer a atitude do próprio adolescente face a condutas de agressão perpetradas pelos colegas (7 itens).

Este questionário abarca assim num vasto leque de condutas que envolvem maus tratos entre pares e inclui itens que refletem os três tipos de agressão: indireto, verbal, e físico de diferente grau de gravidade (Martins, 2009a).

Questionário nomeação de pares - QNP

Para o presente estudo foi efetuada uma adaptação do questionário de nomeação de pares (QNP). Este questionário adaptado por Martins (2009a) de Dodge (1983) baseia-se no método das nomeações por parte dos pares e é composto por duas partes, uma é um questionário sociométrico, que consiste em pedir a cada criança/jovem que indique, os nomes de três colegas do lar com os quais gosta mais de interagir em duas situações diferentes: partilhar tarefas da casa ou do lar atribuídas pelos adultos e passar os tempos livres; e ainda que indique o nome de três colegas do lar com quem gosta menos de interagir, nas mesmas duas situações. A outra parte é um questionário de atributos psicossociais, em que são feitas 5 perguntas sobre quem apresenta determinados atributos psicossociais, nomeadamente, condutas agressivas, condutas pró-sociais, isolamento social, liderança e vitimação.

A aplicação do questionário de nomeação de pares permitiu obter indicadores relativos a índices sociométricos e a atributos psicossociais relativos a comportamento agressivo, conduta pró-social, isolamento social, liderança e condição de vítima seguindo o procedimento do estudo de Martins e Branquinho (2008).

Perry, Kusel e Perry (1988, in Seixas, 2006), realçam as vantagens dos instrumentos de nomeação de pares, salientando o facto dos pares se encontrarem provavelmente mais atentos a quem costuma agredir e ser vitimizado. Os dados recolhidos por um grupo de pares, diminui a influência de predisposições individuais/pessoais e aumenta a fidelidade dos resultados obtidos. Para além disso diminuem as hipóteses dos jovens, por lhes ser pedido que respondam sobre terceiros, não serem verdadeiros e darem respostas socialmente desejáveis (Seixas, 2006).

Crick e Grotpeter (1995, in Seixas 2006) defendem a utilização de instrumentos de nomeação pelos pares, considerando-os melhores informantes e salientando a vantagem adicional destes providenciarem múltiplas avaliações do comportamento, uma vez que a mesma criança/jovem é avaliada por todos os seus colegas, contrariamente a uma única avaliação, seja ela da própria criança/jovem, seja ela do professor (Seixas, 2006).

Como limitação, Solberg e Olweus (2003, in Seixas, 2006) alegam que os questionários de nomeação pelos pares não permitem uma estimativa da prevalência dos comportamentos de *bullying*, uma vez que não definem um período de tempo relativamente à ocorrência desses comportamentos.

O QNP foi aplicado a 53 crianças/jovens da amostra atrás descrita, contudo foram obtidos dados referentes a 56 crianças/jovens (total da amostra). Isto porque apesar de 3 crianças/jovens não terem capacidade cognitiva para responder ao questionário, os seus nomes foram referidos pelos restantes colegas e neste questionário o que se contabiliza são as nomeações efetuadas pelos pares.

Entrevista de frases incompletas

Para o presente estudo foi elaborada uma adaptação da Entrevista de frases incompletas para crianças e adolescentes de Diaz-Aguado, Segura e Garcia (1995).

A entrevista foi conduzida apenas a 21 crianças/jovens da amostra anteriormente descrita. 11 Sujeitos do sexo masculino e 10 do sexo feminino, todos eles com idades compreendidas entre os 7 e os 20 anos de idade.

Trata-se de uma entrevista composta por 28 frases incompletas, perante as quais cada criança/jovem deve responder a primeira coisa que lhe vier à cabeça. Consiste em avaliar a representação que as crianças/jovens têm de si mesmos e das relações que as rodeiam. Permite descrever também o modo como cada criança/jovem se representa a si próprio e aos outros através dos seguintes critérios: representação do lar e dos técnicos/educadores; representação da escola e dos professores; representação dos colegas e amigos, e por fim, a perceção do último ano no lar de acolhimento.

4.3 Procedimento

As direções técnicas dos três lares de infância e juventude anteriormente mencionados foram previamente contactadas no sentido de se obter autorização para a participação na investigação dos jovens ali acolhidos.

Após autorização, a aplicação dos questionários decorreu nas instalações de cada lar, sempre na mesma sequência, na presença da autora do estudo. Primeiro foi pedido aos diretores e/ou aos técnicos do lar, que preenchessem a ficha de dados pessoais, construída propositadamente para este estudo. De seguida, foi pedido aos jovens que preenchessem o questionário de exclusão social e violência em lar de acolhimento prolongado (adaptado para este estudo), e por fim o questionário de nomeação de pares (adaptado).

Para que se mantenha a confidencialidade dos dados recolhidos e, ao mesmo tempo se consiga cruzar a informação obtida através dos diferentes instrumentos, foi solicitada à direção de cada lar de infância e juventude, uma lista com os nomes dos jovens que irão participar no estudo. De seguida, foi atribuído um código a cada criança/jovem, que foi inscrito nos questionários que iriam responder. No momento da aplicação, os questionários foram distribuídos pelos jovens, após serem chamados um a um pelo próprio nome. Foi explicado a todos os jovens, que os dados obtidos são confidenciais, sendo os códigos apenas utilizados para se conseguir cruzar as informações obtidas nos questionários. Relativamente ao “questionário de nomeação de pares” foi explicado aos jovens que apesar de este questionário não ser anónimo, os resultados não serão divulgados com os nomes.

A aplicação dos questionários não teve tempo limite, sendo que cada criança/jovem demorou o tempo que necessitou. Durante a aplicação dos instrumentos, as crianças/jovens foram incentivadas a questionar a autora do estudo sobre as suas dúvidas, quer fosse na interpretação das questões, ortografia ou até mesmo dúvidas de vocabulário. As crianças/jovens demoraram em média 45 minutos a responder aos 2 questionários.

A investigação foi apresentada às crianças/jovens como sendo relativa a uma dissertação de mestrado realizada no âmbito do curso de mestrado de Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco.

4.4 Análise estatística

Foi efetuada a análise estatística dos resultados, através do programa SPSS (versão 20.0 para Windows), procurando respeitar a natureza mais quantitativa ou qualitativa das variáveis em estudo.

Numa primeira fase são apresentadas as frequências obtidas para cada um dos itens dos instrumentos; seguidos das médias e dos desvios-padrão relativos a todos os instrumentos de medida utilizados neste estudo. Posteriormente foram calculadas as correlações entre os diferentes instrumentos.

Por outro lado, será feita uma análise de conteúdo às respostas dadas por cada criança/ jovem à entrevista de frases incompletas.

5 – Resultados

5.1 Análise dos resultados do Questionário de Exclusão Social e Violência em lar de acolhimento Prolongado - QEVl

Sentimento das crianças/jovens em diferentes lugares e situações

Na tabela 2 está representada a descrição das respostas dadas pelas crianças/jovens aos primeiros 13 itens do questionário. Esses itens questionam as crianças/jovens sobre como se sentem em diferentes situações, e são apresentados de seguida em termos de valores mínimo, máximo, média e desvio padrão.

Tabela 2. Estatística descritiva de “Como te sentes em diferentes lugares e situações” do QEVl

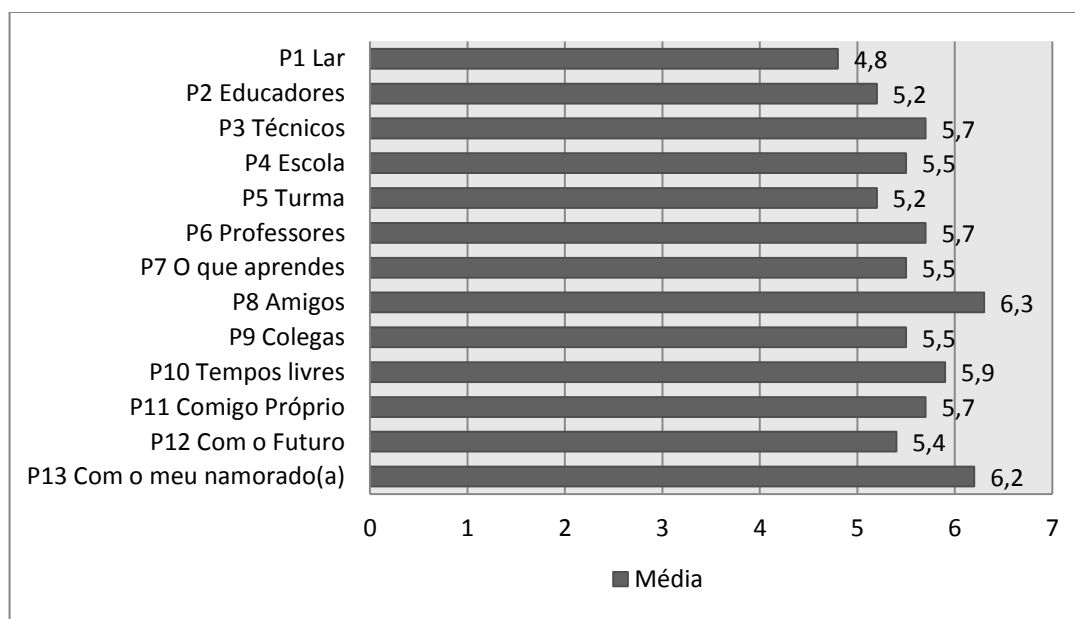
	Itens	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
p1	Lar	53	1	7	4,79	1,92
p2	Educadores	53	1	7	5,21	1,81
p3	Técnicos	52	1	7	5,71	1,71
p4	Escola	52	1	7	5,50	1,67
p5	Turma	52	1	7	5,21	2,24
p6	Professores	52	1	7	5,69	1,73
p7	Com o que aprendes	52	1	7	5,48	1,81
p8	Amigos	53	3	7	6,26	1,15
p9	Colegas	52	1	7	5,52	1,74
p10	Tempos livres	53	1	7	5,89	1,61
p11	Contigo	53	1	7	5,66	1,81
p12	Futuro	52	1	7	5,40	1,90
p13	Namorado(a)	19	1	7	6,16	1,89

Com base nos resultados apresentados na tabela 2, podemos afirmar que as crianças/jovens entrevistados se sentem relativamente bem com a maior parte das

peças e na maioria das situações, uma vez que todas as pontuações alcançadas se situam acima da média teórica que é 4.

As relações com o namorado/namorada e as relações com os amigos destacam-se como melhores que as restantes, enquanto que as pontuações nas situações relacionadas com o lar e os Educadores descem ligeiramente, contudo continuam a situar-se acima da média (gráfico 1). Por sua vez, se compararmos os nossos resultados, com os resultados do estudo realizado por Martins (2009a) com adolescentes em escola regular, é possível verificar que os adolescentes da amostra normativa parecem sentir-se muito bem na maioria das situações e com a maior parte das pessoas com as quais se relacionam, alcançando pontuações muito próximas do valor máximo, destacando-se as relações com os amigos, com a família e com os tempos livres (Martins, 2009a, p.330).

Gráfico 1 – Médias das perguntas relativas a “Como te sentes...”



Situações de vitimação no contexto do lar

A tabela 3 apresenta as frequências para cada uma das respostas dadas aos 15 itens da escala da vítima. Nessa tabela, estão representadas as distribuições de frequências das respostas dadas pelas crianças/jovens às diferentes situações de vitimação que ocorrem no lar.

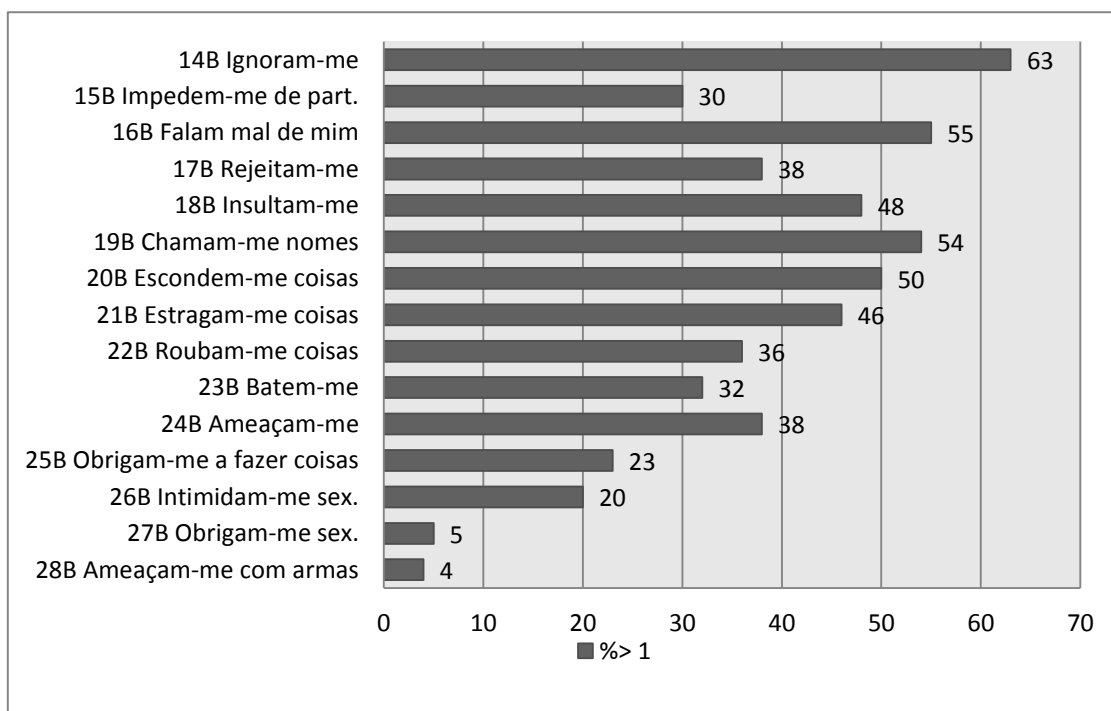
Tabela 3. *Frequências das respostas aos 15 itens da Escala da Vítima do QEVL*

Itens da Escala da Vítima		Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Quase sempre	Não responde	Total
14.B	Os meus colegas ignoram-me	18 (32,1%)	29 (51,8%)	6 (10,7%)	0 (0%)	3 (5,4%)	56 (100%)
15.B	Os meus colegas impedem-me de participar nas suas atividades	36 (64,3%)	12 (21,4%)	4 (7,1%)	1 (1,8%)	3 (5,4%)	56 (100%)
16.B	Os meus colegas falam mal de mim	22 (39,3%)	23 (41,1%)	5 (8,9%)	3 (5,4%)	3 (5,4%)	56 (100%)
17.B	Os meus colegas rejeitam-me	31 (55,4%)	18 (32,1%)	3 (5,4%)	0 (0%)	4 (7,1%)	56 (100%)
18.B	Os meus colegas insultam-me e gozam-me	26 (46,4%)	18 (32,1%)	5 (8,9%)	4 (7,1%)	3 (5,4%)	56 (100%)
19.B	Os meus colegas chamam-me nomes que me ofendem e ridicularizam	22 (39,3%)	17 (30,4%)	7 (12,5%)	6 (10,7%)	4 (7,1%)	56 (100%)
20.B	Os meus colegas escondem-me coisas	25 (44,6%)	16 (28,6%)	6 (10,7%)	6 (10,7%)	3 (5,4%)	56 (100%)
21.B	Os meus colegas estragam-me coisas	27 (48,2%)	21 (37,5%)	4 (7,1%)	1 (1,8%)	3 (5,4%)	56 (100%)
22.B	Os meus colegas roubam-me coisas	32 (57,1%)	10 (17,9%)	5 (8,9%)	5 (8,9%)	4 (7,1%)	56 (100%)
23.B	Os meus colegas batem-me	34 (60,7%)	12 (21,4%)	1 (1,8%)	5 (8,9%)	4 (7,1%)	56 (100%)
24.B	Os meus colegas ameaçam-me para me meter medo	31 (55,4%)	11 (19,6%)	7 (12,5%)	3 (5,4%)	4 (7,1%)	56 (100%)
25.B	Os meus colegas obrigam-me a fazer coisas que não quero com ameaças	39 (69,6%)	10 (17,9%)	2 (3,6%)	1 (1,8%)	4 (7,1%)	56 (100%)
26.B	Os meus colegas intimidam-me com frases ou insultos de carácter sexual	42 (75,0%)	10 (17,9%)	1 (1,8%)	0 (0%)	4 (7,1%)	56 (100%)

Itens da Escala da Vítima	Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Quase sempre	Não responde	Total
27.B Os meus colegas obrigam-me, através de ameaças, a ter comportamentos ou a participar em situações de carácter sexual, contra a minha vontade	49 (87,5%)	1 (1,8%)	0 (0%)	2 (3,6%)	4 (7,1%)	56 (100%)
28.B Os meus colegas ameaçam-me com armas	51 (91,1%)	1 (1,8%)	0 (0%)	1 (1,8%)	3 (5,4%)	00 (100%)

De seguida, seleccionaram-se as percentagens somadas relativas às alternativas de resposta “algumas vezes”; “muitas vezes” e “quase sempre”, tendo-se obtido o gráfico 2, que representa um resumo dos comportamentos relativos às experiências de vitimação no lar.

Gráfico 2 – Comportamentos relativos à experiência de ser vítima no lar (Algumas vezes, muitas vezes ou quase sempre)



Da análise da tabela 3 e do gráfico 2 podemos concluir que a grande maioria das crianças/jovens experienciaram diversas formas de vitimação. As situações de vitimação mais frequentes são: “p14, ignoram-me” (63%); “p16, falam mal de mim” (55%); “p19, chamam-me nomes que me ofendem e ridicularizam” (54%); “p20, escondem-me coisas” (50%); “p18, insultam-me” (48%); “p21, “estragam-me coisas” (46%). Contudo, há outras formas de vitimação que também apresentam valores elevados, nomeadamente: “p17, rejeitam-me” (38%); “p24, ameaçam-me” (38%); “p22, roubam-me coisas” (36%); “p23, batem-me” (32%); “p15, impedem-me de participar em atividades” (30%). Deste modo, podemos verificar que as situações de vitimação experienciadas pelas crianças/jovens estão associadas à exclusão social, à agressão verbal e à agressão física.

As situações de vitimação que apresentam valores mais baixos são: “p25, obrigam-me a fazer coisas que não quero com ameaças” (23%); “p26, intimidam-me com frases ou insultos de caráter sexual” (20%); “p27, obrigam-me, através de ameaças, a ter comportamentos ou a participar em situações de caráter sexual contra a minha vontade” (5%); “p28, ameaçam-me com armas” (4%), que mesmo assim apresentam frequências altas, uma vez que se trata de situações graves.

Por sua vez, se compararmos os nossos resultados, com os resultados do estudo realizado por Martins (2009a) com adolescentes em escola regular, é possível verificar que os adolescentes da amostra normativa apresentam percentagens inferiores em todos os registos de vitimação, à exceção da conduta “falam mal de mim” (Martins, 2009a, p.332).

Comportamentos de agressão no contexto do lar

Em seguida, a tabela 4 apresenta as frequências para cada uma das respostas dadas aos 15 itens da escala do agressor. Nessa tabela, estão representadas as distribuições de frequências das respostas dadas pelas crianças/jovens às diferentes situações referentes às condutas de agressão que ocorrem no lar.

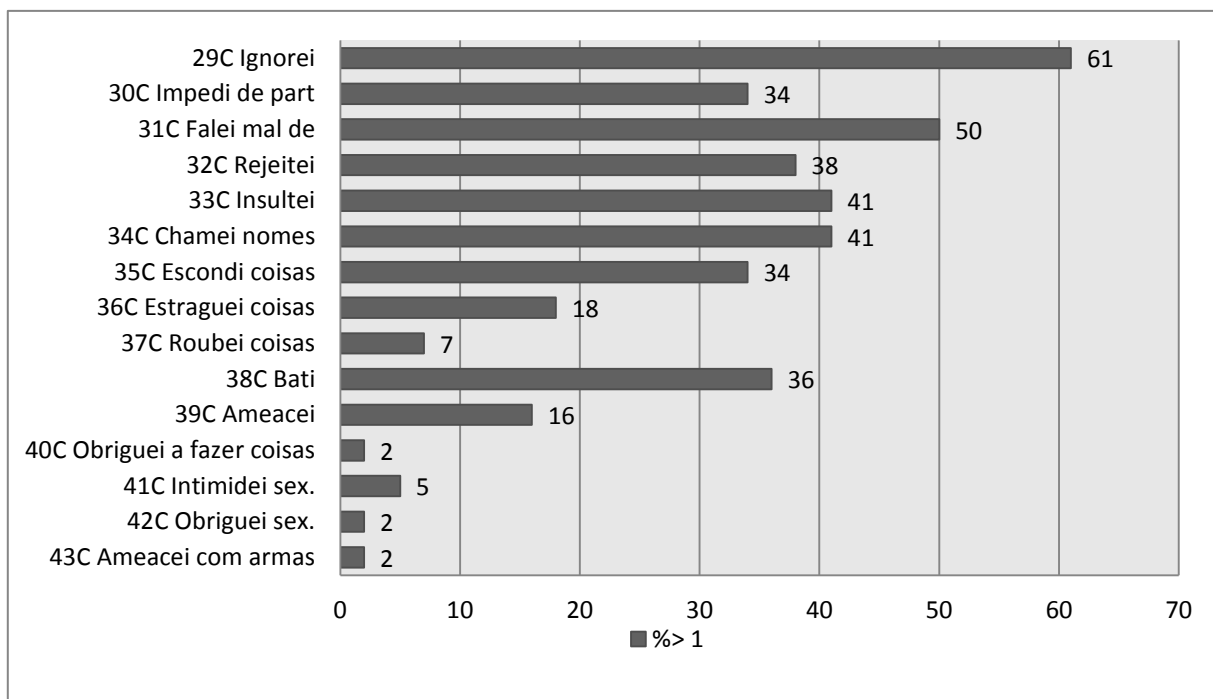
Tabela 4. *Frequências das respostas aos 15 itens da escala do agressor do QEV*

Itens da Escala do agressor		Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Quase sempre	Não responde	Total
29.C	Ignorei um colega	19 (33,9%)	27 (48,2%)	5 (8,9%)	2 (3,6%)	3 (5,4%)	56 (100%)
30.C	Impedi um colega de participar nas minhas atividades	34 (60,7%)	16 (28,6%)	3 (5,4%)	0 (0%)	3 (5,4%)	56 (100%)
31.C	Falei mal de um colega	24 (42,9%)	22 (39,3%)	3 (5,4%)	3 (5,4%)	4 (7,1%)	56 (100%)
32.C	Rejeitei um colega	31 (55,4%)	21 (37,5%)	0 (0%)	0 (0%)	4 (7,1%)	56 (100%)
33.C	Insultei e/ou gozei um colega	30 (53,6%)	22 (39,3%)	1 (1,8%)	0 (0%)	3 (5,4%)	56 (100%)
34.C	Chamei nomes que ofendem e ridicularizam a um colega	30 (53,6%)	21 (37,5%)	2 (3,6%)	0 (0%)	3 (5,4%)	56 (100%)
35.C	Escondi as coisas de um colega	33 (58,9%)	16 (28,6%)	3 (5,4%)	0 (0%)	4 (7,1%)	56 (100%)
36.C	Estraguei as coisas de um colega	43 (76,8%)	8 (14,3%)	2 (3,6%)	0 (0%)	3 (5,4%)	56 (100%)
37.C	Roubei as coisas de um colega	49 (87,5%)	3 (5,4%)	1 (1,8%)	0 (0%)	3 (5,4%)	56 (100%)
38.C	Bati num colega	31 (55,4%)	19 (33,9%)	1 (1,8%)	0 (0%)	5 (8,9%)	56 (100%)
39.C	Ameacei um colega para lhe meter medo	44 (78,6%)	8 (14,3%)	0 (0%)	1 (1,8%)	3 (5,4%)	56 (100%)
40.C	Obriguei, através de ameaças um colega a fazer coisas que não quer	52 (92,9%)	1 (1,8%)	0 (0%)	0 (0%)	3 (5,4%)	56 (100%)
41.C	Intimidei um colega com frases ou insultos de carácter sexual	50 (89,3%)	3 (5,4%)	0 (0%)	0 (0%)	3 (5,4%)	56 (100%)
42.C	Obriguei um colega a ter comportamentos ou	52 (92,9%)	0 (0%)	1 (1,8%)	0 (0%)	3 (5,4%)	56 (100%)

Itens da Escala do agressor	Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Quase sempre	Não responde	Total
a participar em situações de carácter sexual, contra a sua vontade						
43.C Ameacei um colega com armas	52 (92,9%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (1,8%)	3 (5,4%)	56 (100%)

De seguida, seleccionaram-se as percentagens relativas às alternativas de resposta “algumas vezes”; “muitas vezes” e “quase sempre”, tendo-se obtido o gráfico 3, que representa um resumo dos comportamentos relativos à agressão no lar.

Gráfico 3 – Comportamentos relativos à experiência de ser agressor no lar (Algumas vezes, muitas vezes ou quase sempre)



Como se pode observar na tabela 4 e no gráfico 3, as percentagens relativas às condutas agressivas no lar, são muito idênticas às percentagens relativas às condutas de vítima.

Após a comparação dos gráficos 2 e 3, pode constatar-se que as condutas “p30, impedi um colega de participar nas minhas atividades” e “p38, bati num colega” são superiores nos agressores por comparação às vítimas. Porém as condutas “p35, escondi coisas”, “p36, estraguei coisas”, “p37, roubei coisas”, “p39, ameacei”, “p40, obriguei, através de ameaças um colega a fazer coisas que não quer” e “p41, intimidei um colega com frases ou insultos de caráter sexual” são bastante inferiores nos agressores por comparação às vítimas, embora estejam presentes de forma expressiva.

As condutas mais frequentes entre os agressores foram as seguintes: “p29, ignorei” (61%); “p31, falei mal” (50%); “p33, insultei e/ou gozei” (41%); e “p34, chamei nomes que ofendem e ridicularizam” (41%). A conduta “p32, rejeitei um colega” apresenta a mesma percentagem tanto nos agressores como nas vítimas.

Se compararmos os nossos resultados, com os resultados do estudo realizado por Martins (2009a) com adolescentes em escola regular, é possível verificar que os adolescentes da amostra normativa apresentam percentagens inferiores em todos os registos de agressão, à exceção da conduta “falei mal” (Martins, 2009a, p.337).

Situação relativa à condição de observador de condutas de vitimação/agressão no lar

A tabela 5 apresenta as frequências para cada uma das respostas dadas aos 15 itens da escala do observador.

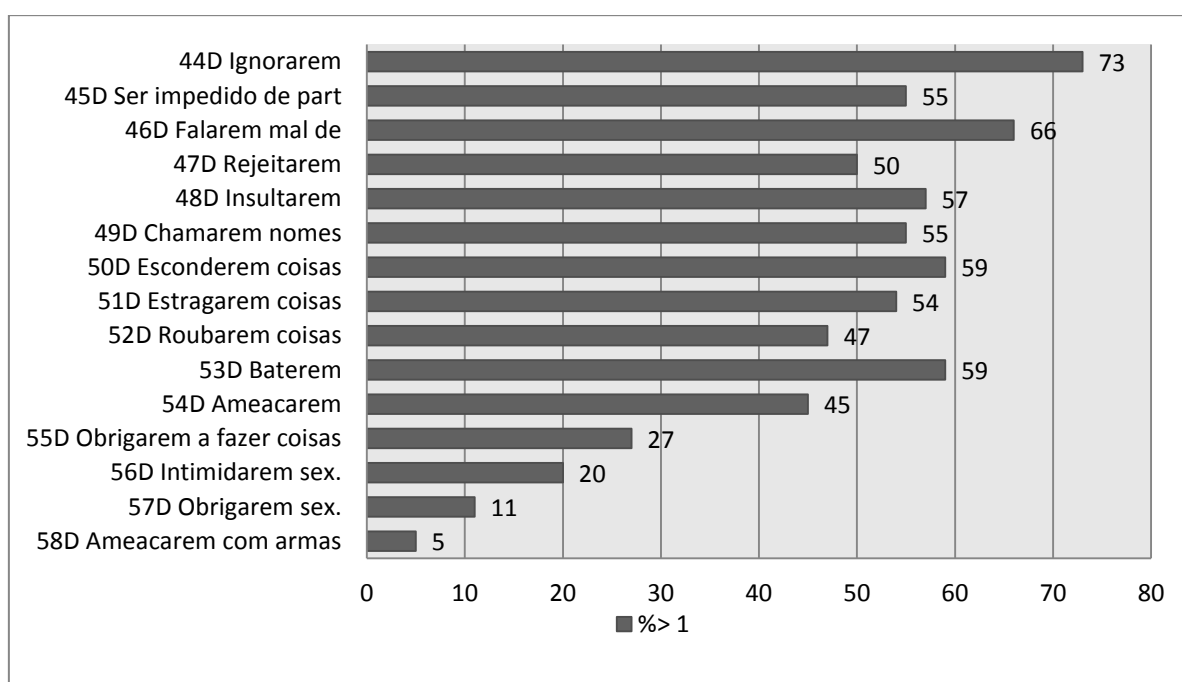
Tabela 5. *Frequências das respostas aos 15 itens da Escala do observador do QEVL*

Itens da Escala do observador		Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Quase sempre	Não responde	Total
44.D	Ignorarem um colega	12 (21,4%)	33 (58,9%)	7 (12,5%)	1 (1,8%)	3 (5,4%)	56 (100%)
45.D	Um colega ser impedido de participar em atividades	22 (39,3%)	26 (46,4%)	4 (7,1%)	1 (1,8%)	3 (5,4%)	56 (100%)
46.D	Falam mal de um	16	22	11	4	3	56

Itens da Escala do observador		Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Quase sempre	Não responde	Total
47.D	colega	(28,6%)	(39,3%)	(19,6%)	(7,1%)	(5,4%)	(100%)
	Rejeitarem um colega	24 (42,9%)	23 (41,1%)	2 (3,6%)	3 (5,4%)	4 (7,1%)	56 (100%)
48.D	Insultarem e gozarem um colega	21 (37,5%)	22 (39,3%)	6 (10,7%)	4 (7,1%)	3 (5,4%)	56 (100%)
49.D	Chamarem nomes que ofendem e ridicularizam a um colega	22 (39,3%)	20 (35,7%)	7 (12,5%)	4 (7,1%)	3 (5,4%)	56 (100%)
50.D	Escondem as coisas de um colega	20 (35,7%)	25 (44,6%)	4 (7,1%)	4 (7,1%)	3 (5,4%)	56 (100%)
51.D	Estragarem as coisas de um colega	23 (41,1%)	19 (33,9%)	7 (12,5%)	4 (7,1%)	3 (5,4%)	56 (100%)
52.D	Roubarem as coisas de um colega	27 (48,2%)	16 (28,6%)	7 (12,5%)	3 (5,4%)	3 (5,4%)	56 (100%)
53.D	Baterem num colega	20 (35,7%)	21 (37,5%)	9 (16,1%)	3 (5,4%)	3 (5,4%)	56 (100%)
54.D	Ameaçarem um colega para lhe meter medo	28 (50,0%)	17 (30,4%)	5 (8,9%)	3 (5,4%)	3 (5,4%)	56 (100%)
55.D	Obrigarem com ameaças um colega a fazer coisas que não quer	38 (67,9%)	9 (16,1%)	4 (7,1%)	2 (3,6%)	3 (5,4%)	56 (100%)
56.D	Intimidarem um colega com frases ou insultos de carácter sexual	42 (75,0%)	7 (12,5%)	3 (5,4%)	1 (1,8%)	3 (5,4%)	56 (100%)
57.D	Obrigarem um colega a ter comportamentos ou a participar em situações de carácter sexual, contra a sua vontade	47 (83,9%)	3 (5,4%)	3 (5,4%)	0 (0%)	3 (5,4%)	56 (100%)
58.D	Ameaçarem um colega com armas	50 (89,3%)	2 (3,6%)	0 (0%)	1 (1,8%)	3 (5,4%)	56 (100%)

De seguida, seleccionaram-se as percentagens relativas às alternativas de resposta “algumas vezes”; “muitas vezes” e “quase sempre”, tendo-se obtido o gráfico 4, que representa um resumo dos comportamentos relativos a ter observado vitimação/agressão no lar.

Gráfico 4 – Comportamentos relativos à experiência de observador de vitimação/agressão no lar (Algumas vezes, muitas vezes ou quase sempre)



Como se pode observar na tabela 5 e no gráfico 4, as percentagens relativas às condutas de observação de situações de vitimação/agressão no lar, são superiores às percentagens relativas às condutas de vítima e de agressor. As condutas mais referidas pelos observadores foram: “p44, ignorarem um colega” (73%); “p46, falarem mal de um colega” (66%); “p53, “baterem” (59%); “p50, esconderem coisas” (59%); “p48, insultarem” (57%) e “p49, chamarem nomes que ofendem e ridicularizam” (55%).

Por sua vez, se compararmos os nossos resultados, com os resultados do estudo realizado por Martins (2009a) com adolescentes em escola regular, é possível verificar que os adolescentes da amostra normativa apresentam percentagens inferiores em todos os registos de observação de situações de vitimação/ agressão, à exceção da

conduta “falarem mal” que apresenta percentagens semelhantes (Martins, 2009a, p.337).

O facto da percentagem de respostas na escala do observador, ser superior às percentagens relativas às escalas de vítima e de agressor, pode revelar que alguns agressores ou algumas vítimas esconderam a sua condição ou simplesmente não responderam por receio (Martins, 2009a).

Descrição das pessoas que ajudam a criança/jovem quando este se confronta com situações de vitimação/agressão no lar

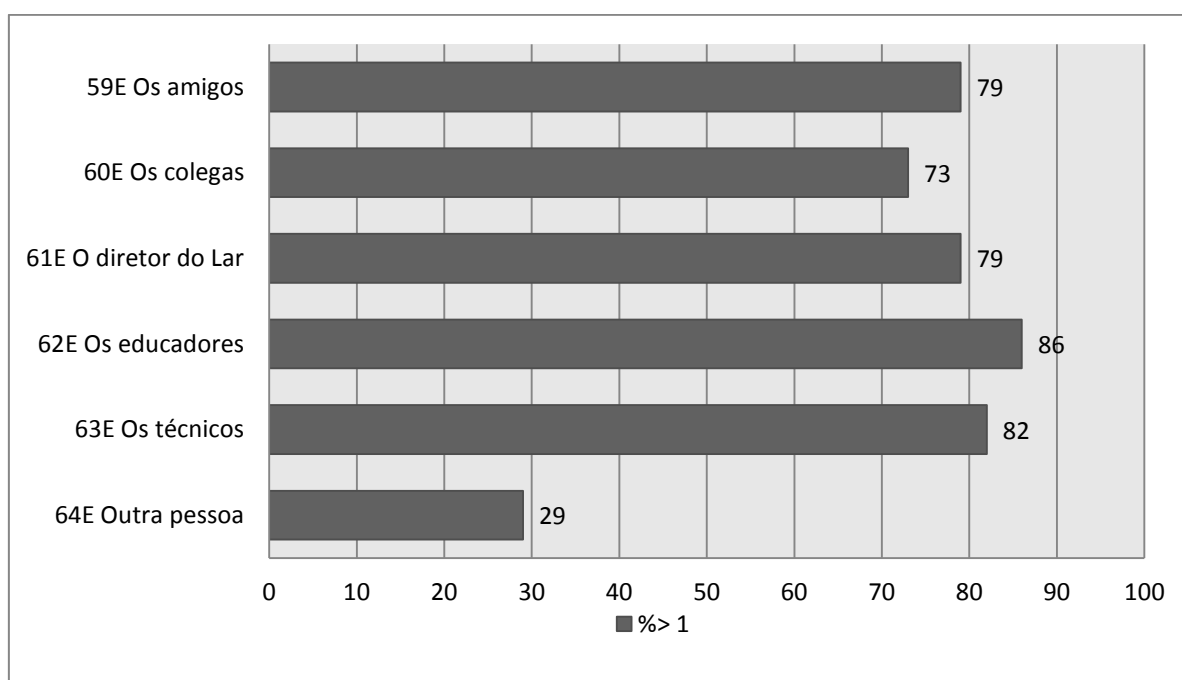
A tabela 6 apresenta as frequências para cada uma das respostas dadas aos 6 itens relativos às pessoas que ajudam a criança/jovem, ou a quem estes recorrem, em caso de envolvimento em situações de vitimação/agressão.

Tabela 6. *Frequências das respostas aos 6 itens relativos às pessoas que ajudam as crianças/jovens em caso de envolvimento em situações de vitimação/agressão do QEV*

	Itens	Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Quase sempre	Não responde	Total
59.E	Os amigos ou amigas	9 (16,1%)	25 (44,6%)	11 (19,6%)	8 (14,3%)	3 (5,4%)	56 (100%)
60.E	Os colegas	12 (21,4%)	23 (41,1%)	12 (21,4%)	6 (10,7%)	3 (5,4%)	56 (100%)
61.E	O diretor do Lar	9 (16,1%)	18 (32,1%)	14 (25,0%)	12 (21,4%)	3 (5,4%)	56 (100%)
62.E	Os educadores do Lar	5 (8,9%)	20 (35,7%)	14 (25,0%)	14 (25,0%)	3 (5,4%)	56 (100%)
63.E	Os técnicos do Lar	4 (7,1%)	19 (33,9%)	15 (26,8%)	12 (21,4%)	6 (10,7%)	56 (100%)
64.E	Outra pessoa	16 (28,6%)	3 (5,4%)	4 (7,1%)	9 (16,1%)	24 (42,9%)	56 (100%)

De seguida, seleccionaram-se as percentagens relativas às alternativas de resposta “algumas vezes”; “muitas vezes” e “quase sempre”, tendo-se obtido o gráfico 5, que representa a percentagem de pessoas que ajudam as crianças/jovens quando ocorrem situações de vitimação/agressão no lar.

Gráfico 5 – Pessoas que ajudam as crianças/jovens ou com quem eles podem contar quando ocorrem situações de vitimação/agressão no lar (Algumas vezes, muitas vezes ou quase sempre)



Como pode observar-se no gráfico 5, e também pela análise da tabela 6, as pessoas que mais ajudam e a quem as crianças/jovens mais recorrem quando ocorrem situações de vitimação/agressão no lar, são os educadores e os técnicos, seguidos do diretor do lar e dos amigos.

Por sua vez, se compararmos os nossos resultados, com os resultados do estudo realizado por Martins (2009a) com adolescentes em escola regular, é possível verificar que, quando ocorrem situações de vitimação/agressão, as crianças/jovens acolhidas em lar recorrem com maior frequência aos técnicos, educadores e diretor do lar, do que os adolescentes da amostra normativa recorrem aos pais, professores, e diretor de turma (Martins, 2009a, p.341).

Atitude dos técnicos e educadores perante situações de vitimação/agressão

A tabela 7 apresenta as frequências para cada uma das respostas dadas aos 7 itens que indagam qual a atitude dos técnicos e educadores do lar, quando são confrontados com situações de agressão/vitimação entre as crianças/jovens.

Tabela 7. *Frequências das respostas aos 7 itens relativos às atitudes dos técnicos e educadores face a situações de agressão/ vitimação do QEV*

	Itens	Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Quase sempre	Não responde	Total
65.F	Tentam ativamente prevenir esses problemas	5 (8,9%)	15 (26,8%)	16 (28,6%)	16 (28,6%)	4 (7,1%)	56 (100%)
66.F	Nem se dão conta	29 (51,8%)	18 (32,1%)	3 (5,4%)	2 (3,6%)	4 (7,1%)	56 (100%)
67.F	Não querem sequer saber, olham para outro lado	39 (69,6%)	10 (17,9%)	2 (3,6%)	1 (1,8%)	4 (7,1%)	56 (100%)
68.F	Não sabem impedirlos	22 (39,3%)	18 (32,1%)	4 (7,1%)	7 (12,5%)	5 (8,9%)	56 (100%)
69.F	Intervêm ativamente para resolver esses problemas	4 (7,1%)	18 (32,1%)	14 (25,0%)	14 (25,0%)	6 (10,7%)	56 (100%)
70.F	Atuam como mediadores para ajudar-nos a resolver problemas	6 (10,7%)	10 (17,9%)	20 (35,7%)	16 (29,6%)	4 (7,1%)	56 (100%)
71.F	Podemos contar com um técnico/educador quando alguém tenta abusar	4 (7,1%)	7 (12,5%)	14 (25,0%)	27 (48,2%)	4 (7,1%)	56 (100%)

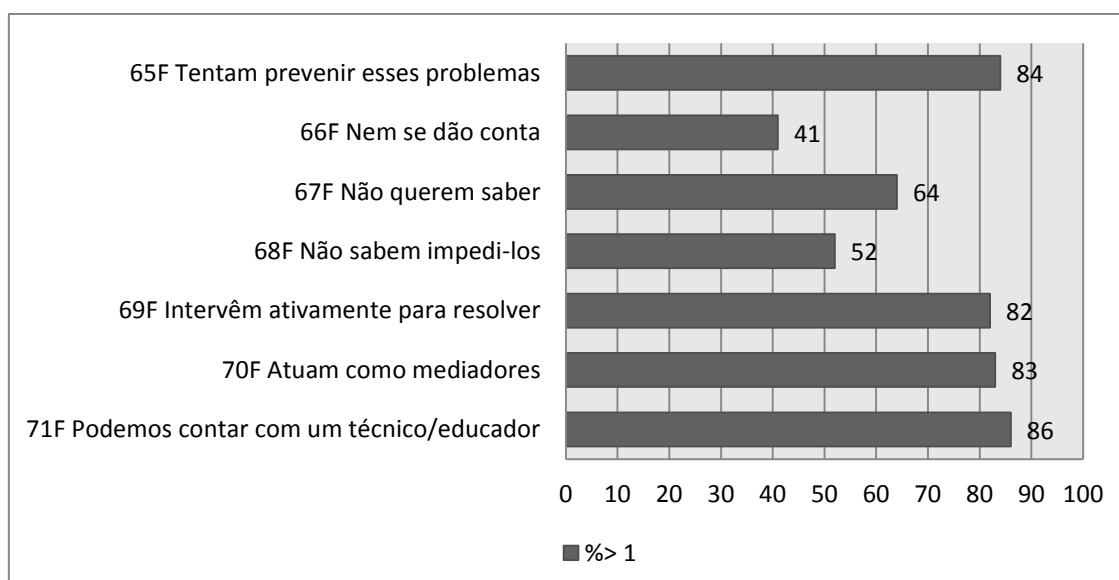
Em seguida apresenta-se a tabela 8 com as médias e os desvios padrão relativos às condutas/attitudes anteriores.

Tabela 8. *Condutas/ atitudes dos técnicos e educadores face a situações de agressão/vitimação no lar no QEVl*

	Itens	N	Média	Desvio Padrão
p65	Tentam prevenir esses problemas	52	2,83	,98
p66	Nem se dão conta	52	1,58	,78
p67	Não querem saber	52	1,33	,65
p68	Não sabem impedi-los	51	1,92	1,01
p69	Intervêm ativamente para resolver	50	2,76	,96
p70	Atuam como mediadores	52	2,88	,98
p71	Podemos contar com um técnico/educador	52	3,23	,96

De seguida, selecionaram-se as percentagens relativas às alternativas de resposta “algumas vezes”; “muitas vezes” e “quase sempre”, tendo-se obtido o gráfico 6, que representa as atitudes/comportamentos dos técnicos e educadores face a situações de vitimação/agressão no lar.

Gráfico 6 – *Comportamentos dos técnicos e educadores face a situações de vitimação/agressão no lar (Algumas vezes, muitas vezes ou quase sempre)*



Como se verifica nas tabelas 7 e 8, bem como no gráfico 6, a grande maioria das crianças/jovens (85,7%) considera que pode contar com um técnico e/ou educador quando alguém tenta abusar (p71).

As alternativas que obtêm pontuações médias mais elevadas são as seguintes: “p65, tentam prevenir esses problemas” (2,83); “p69, intervêm ativamente para resolver” (2,76); e “p70, atuam como mediadores” (2,88).

Ao invés, os itens que apresentam uma pontuação mais baixa são “p67, não querem saber” (1,33) e “p66, nem se dão conta”, o que indica que de acordo com a percepção da maioria das crianças/jovens, os técnicos e educadores estão preocupados em resolver o problema, podem é não saber como. (“p68, não sabem impedi-los” (1,92)).

Atitude ou comportamento das crianças/jovens face a situações de vitimação/agressão

A tabela 9 apresenta as frequências para cada uma das respostas dadas aos 7 itens correspondentes às ações que cada criança/jovem pode escolher, quando se encontra perante uma situação de agressão/vitimação.

Tabela 9. *Frequências das respostas aos 7 itens relativos às atitudes do próprio quando confrontado com uma situação de agressão/vitimação do QEV*

Itens	Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Quase sempre	Não responde	Total
72.G Tento resolver a situação se é um amigo meu	2 (3,6%)	19 (33,9%)	16 (28,6%)	16 (28,6%)	3 (5,4%)	56 (100%)
73.G Tento resolver a situação embora não seja meu amigo	15 (26,8%)	20 (35,7%)	9 (16,1%)	9 (16,1%)	3 (5,4%)	56 (100%)
74.G Peço ajuda a um técnico	9 (16,1%)	16 (28,6%)	10 (17,9%)	17 (30,4%)	4 (7,1%)	56 (100%)
75.G Peço ajuda a um educador	8 (14,3%)	20 (35,7%)	9 (16,1%)	15 (26,8%)	4 (7,1%)	56 (100%)
76.G Não faço nada, embora pense que	18 (32,1%)	27 (48,2%)	7 (12,5%)	0 (0%)	4 (7,1%)	56 (100%)

	Itens	Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Quase sempre	Não responde	Total
	deva fazê-lo						
77.G	Não faço nada, o problema não é meu	28 (50,0%)	15 (26,8%)	4 (7,1%)	5 (8,9%)	4 (7,1%)	56 (100%)
78.G	Meto-me com ele, juntamente com o resto do grupo	42 (75,0%)	7 (12,5%)	3 (5,4%)	0 (0%)	4 (7,1%)	56 (100%)

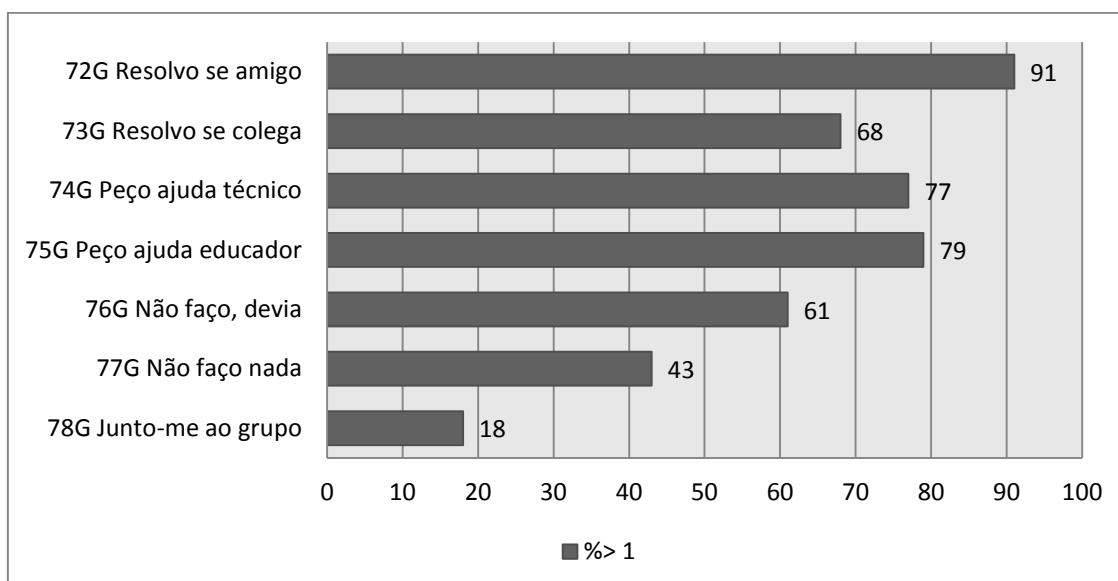
Em seguida apresenta-se a tabela 10 com as médias e os desvios padrão relativos às condutas/attitudes anteriores.

Tabela 10. *Condutas/ attitudes da própria criança/jovem face a situações de agressão/vitimação no lar no QEVl*

	Itens	N	Média	Desvio Padrão
p72	Tento resolver se é um amigo meu	53	2,87	,90
p73	Tento resolver a situação embora não seja meu amigo	53	2,23	1,01
p74	Peço ajuda a um técnico	52	2,67	1,12
p75	Peço ajuda a um educador	52	2,60	1,07
p76	Não faço nada, embora pense que deva fazê-lo	52	1,79	,67
p77	Não faço nada, o problema não é meu	52	1,73	,97
p78	Meto-me com ele, juntamente com o resto do grupo	52	1,25	,56

De seguida, selecionaram-se as percentagens relativas às alternativas de resposta “algumas vezes”, “muitas vezes” e “quase sempre”, tendo-se obtido o gráfico 7, que representa as attitudes/comportamentos das crianças/jovens face às situações de vitimação/agressão no lar.

Gráfico 7 – Comportamentos da criança/jovem quando confrontada com situações de vitimação/agressão no lar (Algumas vezes, muitas vezes ou quase sempre)



Como se verifica nas tabelas 9 e 10, bem como no gráfico 7, as tendências mais frequentes são: “p72, tento resolver a situação se é um amigo meu” (91% de respostas e média igual a 2,87); “p75, Peço ajuda a um educador” (79% de respostas e média igual a 2,60); “p74, Peço ajuda a um técnico” (77% de respostas e média igual a 2,67); e “p73, Tento resolver a situação embora não seja meu amigo” (68% de respostas e média igual a 2,23).

Por sua vez, mais de metade das crianças/jovens (61% e média igual a 1,79), admite não fazer nada, embora pense que deva fazê-lo (p76). Paralelamente, quase metade dos entrevistados (43% e média igual a 1,73) refere não fazer nada, pois o problema não é seu (p77).

A alternativa “p78, meto-me com ele, juntamente com o resto do grupo” foi a menos escolhida (18% de respostas e média igual a 1,25), no entanto está claramente presente e demonstra a existência do papel de cúmplice.

Por sua vez, se compararmos os nossos resultados, com os resultados do estudo realizado por Martins (2009a) com adolescentes em escola regular, é possível verificar que, parte dos resultados são similares, à exceção do dado “junto-me ao grupo”, que no caso da amostra normativa apresenta percentagens mais elevadas, e os dados “peço ajuda a um professor” e “peço ajuda a outra pessoa” que apresentam percentagens mais baixas na amostra normativa comparativamente às questões da

nossa investigação: “peço ajuda a um técnico” e “peço ajuda a um educador” (Martins, 2009a, p.345).

Em seguida analisou-se a fidelidade de cada uma das três subescalas do QEVL, em termos de consistência interna: da subescala da vítima, da subescala do agressor e da subescala do observador de vitimação/agressão, através do coeficiente alfa de Cronbach. Os alfas das três subescalas são elevados nomeadamente: 0,92 para a subescala da vítima; 0,81 para a subescala do agressor e 0,92 para a subescala do observador. Estes dados permitem-nos concluir que as subescalas do instrumento apresentam uma boa consistência interna, e portanto, uma elevada fidelidade.

De seguida iremos analisar as diferenças nas três escalas do QEVL (escala da vítima, escala do agressor e escala do observador), em função da faixa etária e do género.

A tabela 11 apresenta as estatísticas descritivas relativas às diferentes condutas de vitimação, agressão e observação em função do género (médias e desvios padrão).

Tabela 11. Médias e desvios padrão nas três escalas do QEVL em função do género

	Masculino		Feminino	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Escala da Vítima	28,73	11,25	21,22	6,18
Escala do agressor	20,54	4,84	19,45	3,91
Escala do Observador	29,85	9,28	23,38	7,49

A leitura da tabela 11 indica-nos que as médias obtidas pelos rapazes são superiores às das raparigas, em todas as condições (vítima, agressor, observador), e os desvios padrão tendem também a ser maiores nos rapazes do que nas raparigas. A diferença maior corresponde à escala da vítima apresentado uma média de 28,73 no

que se refere ao género masculino contra uma média de 21,22 no que se refere ao género feminino.

A aplicação do Teste T para amostras independentes revelou que as médias dos rapazes foram superiores às das raparigas nas 3 escalas, contudo apenas foram estatisticamente significativas as médias obtidas nas escalas da vítima e do observador.

Ao comparar estes resultados com os obtidos por Martins (2009a, p.362) verificou-se que as médias do presente estudo são mais elevadas. Por exemplo, no estudo de Martins (2009a, p.362) os rapazes apresentavam uma média de 18,47 na escala da vítima, e uma média de 17,95 na escala do agressor. Paralelamente no estudo da mesma autora, as raparigas apresentavam uma média de 17,8 na escala da vítima, e uma média de 17,29 na escala do agressor.

A tabela 12 apresenta as estatísticas descritivas relativas às diferentes condutas de vitimação, agressão e observação em função da faixa etária (médias e desvios padrão).

Tabela 12. Médias e desvios padrão nas três escalas do QEVL em função da faixa etária

	Crianças Até aos 11 anos		Adolescentes 12 aos 21 anos	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Escala da Vítima	28,50	9,25	22,17	7,81
Escala do agressor	20,14	5,81	19,67	3,90
Escala do Observador	29,43	6,99	24,31	8,42

A leitura da tabela 12 indica-nos que as médias obtidas pelas crianças são ligeiramente superiores às dos adolescentes, em todas as condições (vítima, agressor, observador), e os desvios padrão tendem também a ser maiores nas crianças do que nos adolescentes.

Os resultados apontam no sentido de uma diminuição da condição de vítima, agressor e observador à medida que se avança no grupo etário.

5.2 Análise dos resultados do Questionário de Nomeação de Pares – QNP

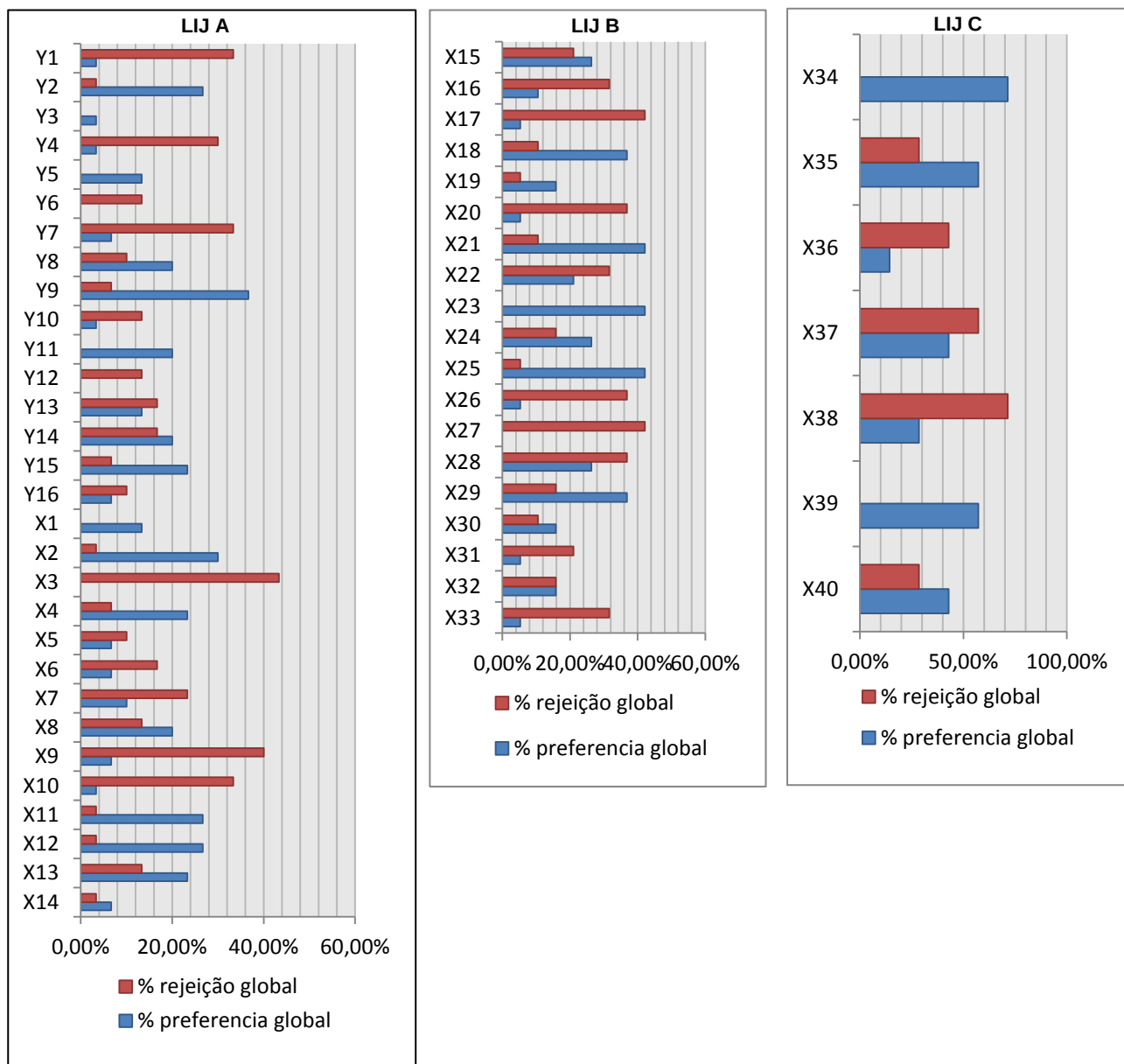
A tabela 13 apresenta as médias e os desvios padrão obtidos, por todas as crianças/jovens, no índice de preferências global, índice de rejeições global, bem como nos atributos psicossociais (condutas agressivas, condutas pró-sociais, isolamento social, liderança e vitimação).

Tabela 13. Médias relativas às nomeações obtidas pelas crianças/jovens em alguns índices sociométricos e índices de atributos

Itens e atributos	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
p1 Preferências no lar	56	,00	57,14	14,22	12,89
p2 Rejeições no lar	56	,00	57,14	13,93	13,34
p3 Preferências nos tempos livres	56	,00	71,43	13,55	13,80
p4 Rejeições nos tempos livres	56	,00	57,14	10,49	12,51
Índice preferências global	56	,00	71,43	19,68	16,39
Índice rejeições global	56	,00	71,43	19,10	16,24
p5 Agressão	56	,00	70,00	9,56	15,42
p6 Isolamento social	56	,00	100,00	8,80	15,47
p7 Liderança	56	,00	57,14	12,09	15,53
p8 Conduta pró-social	56	,00	71,43	19,67	18,98
p9 Vitimação	56	,00	36,67	5,89	9,97

Os gráficos 8, 9 e 10 representam a percentagem de preferências globais, e rejeições globais das crianças/jovens divididas por lares de acolhimento.

Gráficos 8, 9 e 10 – Percentagem de preferências e rejeições globais relativas às crianças/jovens acolhidas nos diferentes lares



Pela leitura dos gráficos 8, 9 e 10 podemos observar que não existem diferenças significativas entre os três lares. Em todos os lares existem crianças/jovens que se destacam dos restantes elementos do grupo pela elevada percentagem de preferência, bem como crianças/jovens que se destacam pela elevada percentagem de rejeição.

Tomando como exemplo o lar de infância e juventude A (gráfico 8), podemos verificar que o jovem X3 é claramente o mais rejeitado, não tendo sido eleito como preferido, por nenhum elemento do grupo. Ao invés a jovem Y9 é aquela que apresenta a maior percentagem de preferência, apesar de também ter sido rejeitada por uma parte do grupo, enquanto que a jovem Y11 foi a que obteve maior percentagem de preferência, sem que tenha sido rejeitada por nenhum elemento do grupo. Por sua vez, no lar de infância e juventude B (gráfico 9) podemos verificar que as preferências e rejeições estão equilibradas por todos os elementos, à exceção da jovem X27 que não foi eleita como preferida por nenhum elemento do grupo, e a jovem X23 que não foi rejeitada por nenhuma colega. Contrariamente aos dois Lares atrás descritos, como podemos verificar no lar de infância e juventude C (gráfico 10), nenhuma jovem é rejeitada sem que tenha sido eleita como preferida, sendo que as jovens X34 e X39 se destacam das restantes por não apresentarem nenhuma rejeição.

As tabelas 14, 15 e 16, apresentam as percentagens obtidas, por cada uma das crianças/jovens acolhidas nos diferentes lares de infância e juventude em cada um dos cinco atributos considerados, bem como os índices de preferências e rejeições. As crianças/jovens estão representadas por um código, em que a letra Y corresponde ao sexo masculino, e a letra X corresponde ao sexo feminino.

Tabela 14. *Percentagem dos índices sociométricos e atributos psicossociais percebidos pelas crianças/jovens do LIJ A (4 aos 20 anos)*

Atributos	Dados da Matriz sociométrica						
	Agressividade %	Isolamento %	Liderança %	Conduta pró-social %	Vitimização %	%	
						Nº de Preferências	Nº de Rejeições
Alunos							
Y1	70,00	0,00	10,00	10,00	0,00	3,33	33,33
Y2	0,00	0,00	0,00	16,67	0,00	26,67	3,33
Y3	0,00	3,33	0,00	0,00	0,00	3,33	0,00
Y4	26,67	0,00	26,67	0,00	0,00	3,33	30,00
Y5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,33	0,00
Y6	6,67	16,67	3,33	3,33	13,33	0,00	13,33
Y7	43,33	0,00	0,00	3,33	0,00	6,67	33,33

Atributos	Dados da Matriz sociométrica						
	Agressividade %	Isolamento %	Liderança %	Conduta pró-social %	Vitimação %	Nº de Preferências	Nº de Rejeições
Alunos							
Y8	0,00	0,00	6,67	10,00	0,00	20,00	10,00
Y9	0,00	3,33	13,33	16,67	0,00	36,67	6,67
Y10	16,67	0,00	26,67	3,33	3,33	3,33	13,33
Y11	0,00	0,00	0,00	13,33	0,00	20,00	0,00
Y12	3,33	26,67	0,00	0,00	26,67	0,00	13,33
Y13	10,00	3,33	6,67	13,33	26,67	13,33	16,67
Y14	0,00	3,33	0,00	3,33	0,00	20,00	16,67
Y15	0,00	0,00	6,67	6,67	6,67	23,33	6,67
Y16	0,00	6,67	10,00	6,67	36,67	6,67	10,00
X1	0,00	0,00	0,00	3,33	0,00	13,33	0,00
X2	0,00	3,33	0,00	6,67	3,33	30,00	3,33
X3	20,00	6,67	0,00	0,00	33,33	0,00	43,33
X4	0,00	10,00	0,00	23,33	0,00	23,33	6,67
X5	16,67	0,00	10,00	3,33	0,00	6,67	10,00
X6	10,00	6,67	10,00	10,00	13,33	6,67	16,67
X7	0,00	33,33	0,00	6,67	6,67	10,00	23,33
X8	0,00	0,00	0,00	6,67	0,00	20,00	13,33
X9	0,00	6,67	0,00	6,67	0,00	6,67	40,00
X10	36,67	0,00	3,33	3,33	0,00	3,33	33,33
X11	0,00	10,00	0,00	26,67	0,00	26,67	3,33
X12	0,00	6,67	0,00	10,00	0,00	26,67	3,33
X13	3,33	0,00	0,00	13,33	0,00	23,33	13,33
X14	0,00	0,00	6,67	6,67	3,33	6,67	3,33

A leitura da tabela 14 permite-nos efetuar uma análise dos padrões de comportamento social de cada uma das crianças/jovens, acolhidas no LIJ A. Das quais se destacam os seguintes casos:

- O jovem Y1 foi o mais nomeado no atributo relativo à agressividade (70%), tendo obtido também uma elevada percentagem de rejeições (33,33%).
- No que se refere ao atributo relativo à liderança, um dos jovens mais nomeados como líder, foi o Y4 com 26,67% de nomeações, contudo, este jovem obteve também uma elevada percentagem de rejeições (30%), e nomeações no atributo relativo à agressividade (26,67%).

- A jovem X11 foi a mais nomeada no atributo relativo à conduta pró-social (26,67%), tendo sido igualmente eleita por 26,67% no que concerne às preferências.
- O jovem Y16 foi o mais nomeado no atributo relativo à vitimação (36,67%), tendo sido rejeitado por 10% dos jovens.

Tabela 15. *Percentagem dos índices sociométricos e atributos psicossociais percebidos pelas crianças/jovens do LIJ B (11 aos 21 anos)*

Atributos	Agressividade %	Isolamento %	Liderança %	Conduta pró-social %	Vitimação %	Dados da Matriz sociométrica %	
						Nº de Preferências	Nº de Rejeições
Alunos							
X15	26,32	0,00	15,79	31,58	5,26	26,32	21,05
X16	0,00	0,00	0,00	15,79	5,26	10,53	31,58
X17	42,11	0,00	5,26	31,58	5,26	5,26	42,11
X18	5,26	10,53	31,58	31,58	0,00	36,84	10,53
X19	5,26	0,00	21,05	26,32	5,26	15,79	5,26
X20	5,26	21,05	0,00	10,53	31,58	5,26	36,84
X21	0,00	5,26	31,58	52,63	0,00	42,11	10,53
X22	5,26	0,00	15,79	21,05	10,53	21,05	31,58
X23	0,00	15,79	15,79	26,32	0,00	42,11	0,00
X24	5,26	0,00	10,53	42,11	0,00	26,32	15,79
X25	0,00	0,00	26,32	36,84	5,26	42,11	5,26
X26	0,00	31,58	0,00	10,53	10,53	5,26	36,84
X27	10,53	5,26	10,53	10,53	5,26	0,00	42,11
X28	0,00	15,79	5,26	10,53	31,58	26,32	36,84
X29	10,53	15,79	5,26	21,05	0,00	36,84	15,79
X30	0,00	10,53	5,26	26,32	5,26	15,79	10,53
X31	5,26	0,00	0,00	10,53	0,00	5,26	21,05
X32	26,32	0,00	36,84	36,84	0,00	15,79	15,79
X33	10,53	0,00	0,00	15,79	21,05	5,26	31,58

A leitura da tabela 15 permite-nos efetuar uma análise dos padrões de comportamento social de cada uma das crianças/jovens, acolhidas no LIJ B. Das quais se destacam os seguintes casos:

- A jovem X17 foi a mais nomeada no atributo relativo à agressividade (42,11%), tendo obtido a mesma percentagem no que se refere às rejeições (42,11%).

- No que se refere ao isolamento social, a jovem que obteve uma percentagem mais elevada foi a X26 (31,58%), sendo que também é rejeitada por 36,84% do grupo.
- No que se refere ao atributo relativo à liderança, uma das jovens mais nomeadas como líder, foi a X32 com 36,84% de nomeações, contudo, esta jovem obteve a mesma percentagem de nomeações no que se refere à conduta pró-social (36,84%).
- No que se refere ao atributo relativo à conduta pró-social, podemos verificar que a jovem X21, é aquela que apresenta uma maior percentagem de eleições neste atributo (52,63%), sendo paralelamente umas das jovens mais preferidas pelo grupo (42,11% de preferências).
- A jovem X28 foi uma das mais nomeadas no atributo relativo à vitimação (31,58%), tendo obtido uma grande percentagem de rejeições (36,84%).

Tabela 16. *Percentagem dos índices sociométricos e atributos psicossociais percebidos pelas crianças/jovens do LIJ C (11 aos 19 anos)*

Atributos	Agressividade %	Isolamento %	Liderança %	Conduta pró-social %	Vitimação %	Dados da Matriz sociométrica %	
						Nº de Preferências	Nº de Rejeições
Alunos							
X34	0,00	28,57	42,86	71,43	0,00	71,43	0,00
X35	42,86	14,29	42,86	57,14	0,00	57,14	28,57
X36	0,00	28,57	28,57	57,14	0,00	14,29	42,86
X37	42,86	14,29	42,86	57,14	14,29	42,86	57,14
X38	28,57	14,29	57,14	57,14	0,00	28,57	71,43
X39	0,00	14,29	57,14	71,43	0,00	57,14	0,00
X40	0,00	100,00	28,57	28,57	0,00	42,86	28,57

A leitura da tabela 16 permite-nos efetuar uma análise dos padrões de comportamento social de cada uma das crianças/jovens, acolhidas no LIJ C. Das quais se destacam os seguintes casos:

- A jovem X35 obteve uma elevada percentagem de nomeações no atributo relativo à agressividade (42,86%), contudo foi a segunda mais preferida pelo grupo (57,14%), tendo sido também rejeitada por mais de um quarto dos colegas.
- No que se refere ao isolamento social, uma das jovens que obteve a percentagem mais elevada foi a X34 (28,57%), sendo que foi a jovem que apresentou

a maior percentagem de preferências do grupo (71,43%), bem como a maior percentagem de nomeações no atributo relativo à conduta pró-social (71,43).

– No que se refere ao atributo relativo à liderança, uma das jovens mais nomeados como líder, foi a X39 com 57,14% de nomeações, contudo, esta jovem obteve a mesma percentagem de nomeações no que se refere às preferências.

– Relativamente ao atributo relativo à vitimação, podemos verificar que a jovem X37, foi a única que apresentou nomeações neste atributo (14,29%), apresentando paralelamente uma elevada percentagem de rejeições (57,14%) mas também de preferências (42,86%).

A tabela 17 apresenta os valores das correlações de *Spearman* obtidos entre as diferentes escalas do QEVL (escala do agressor, escala do observador e escala da vítima), os índices sociométricos do QNP (índice de preferências no Lar; índice de rejeições no Lar; índice de preferências nos tempos livres; índice de rejeições nos tempos livres; índice de preferências total e índice de rejeições total); e os atributos psicossociais (agressão; isolamento social; liderança; conduta pró-social e vitimação).

Tabela 17. Correlações (Sperman) entre as diferentes escalas do QEVL, os índices sociométricos do QNP e os atributos psicossociais

Índices	Escala da vítima	Escala do agressor	Escala do observador	Índice preferências no lar	Índice de rejeições no lar	Índice preferências nos tempos livres	Índice rejeições nos tempos livres	Índice preferências total	Índice rejeições total	Agressão	Isolamento Social	Liderança	Conduta pró-social	Vitimação
Escala da vítima	----													
Escala do agressor	,483**	----												
Escala do observador	,614**	,404**	----											
Índice preferências no lar	-,070	-,076	-,089	----										
Índice rejeições no lar	,034	,132	-,246	-,107	----									
Índice preferências nos tempos livres	-,088	-,164	,008	,630**	-,286*	----								
Índice rejeições nos tempos livres	,004	,105	-,181	-,326*	,654**	-,436**	----							
Índice preferências total	-,123	-,150	-,043	,910**	-,192	,817**	-,401**	----						
Índice rejeições total	,033	,101	-,265	-,256	,926**	-,410**	,828**	-,341*	----					
Agressão	-,280	-,017	-,373**	-,292*	,527**	-,298*	,646**	-,316*	,573**	----				
Isolamento Social	,030	-,081	-,056	,225	,195	,063	-,054	,226	,157	-,203	----			
Liderança	-,336*	,003	-,294*	,423**	,165	,277*	,026	,425**	,074	,285*	,139	----		
Conduta pró-social	-,324*	-,198	-,348*	,660**	,185	,539**	-,114	,699**	,048	,013	,243	,600**	----	
Vitimação	,359*	,166	,145	-,275*	,315*	-,347**	-,243	-,354**	,329*	,128	,174	-,094	-,151	----

** A correlação é significativa no nível 0,01

n = 56

* A correlação é significativa no nível 0,05

Os resultados da tabela 17 revelam que a escala da vítima do QEVl apresenta correlações positivas e significativas com a escala do agressor, com a escala do observador e com a vitimação tal como percebido pelos pares (dados do QNP), apresenta ainda correlações negativas com a liderança e com a conduta pró-social.

Desta forma, muitos dos jovens que se apresentam como vítimas são simultaneamente também agressores, como se pode verificar pela correlação (0,483). Estes mesmos jovens assistem frequentemente a situações de agressão, uma vez que a escala da vítima se correlaciona positivamente com a escala do observador (0,614). Por último, verifica-se que os jovens que se assumem como vítimas na escala de autorrelato, apresentam uma correlação positiva (0,359) com a vitimação no hetero relato, como era de esperar.

Por outro lado, os “jovens vítimas”, não se revelam como bons líderes (correlação negativa entre a escala da vítima e a liderança, -0,336), bem como, não demonstram ter uma boa conduta pró-social (correlação -0,324).

A escala do agressor, por sua vez, apresenta uma correlação positiva e significativa com a escala do observador. Assim, podemos concluir que os jovens que são agressores, assistem com frequência a situações de agressão (0,404).

Relativamente à escala do observador, verificam-se correlações negativas e significativas com a agressão, com a liderança e com a conduta pró-social. Os jovens que observam agressões, não se apresentam como agressores (-0,373), por outro lado não se revelam como bons líderes (-0,294), nem apresentam uma boa conduta pró-social (-0,348), visto as correlações entre essas variáveis serem negativas e estatisticamente significativas.

Quanto ao índice preferências no lar este apresenta correlações positivas e significativas com o índice preferências nos tempos livres, o índice preferências total, o índice liderança e com o índice conduta pró-social. Apresenta também correlações negativas e significativas com o índice rejeições nos tempos livres, o índice agressão e com o índice vitimação.

Como se pode verificar, os preferidos no lar, são os mais preferidos nos tempos livres (pois a correlação índice preferências no lar e índice preferências nos tempos livres é elevada 0,630), são ainda os mais preferidos no total (0,910). Os preferidos no lar, são também bons líderes (0,423) e apresentam uma boa conduta pró-social (0,660).

Por sua vez, os preferidos no lar sentem menos rejeições (ou são menos rejeitados) nos tempos livres (a correlação entre o índice preferências no lar e o índice

rejeições nos tempos livres é de -0,326). Apresentam-se como não agressores (-0,292) e não são vítimas (-0,275).

Relativamente ao índice rejeições no lar, este apresenta uma correlação negativa e significativa com o índice preferências nos tempos livres e correlações positivas e significativas com o índice rejeições nos tempos livres, índice rejeições total, índice agressão e índice vitimação.

Os rejeitados no lar são os menos preferidos nos tempos livres, bem como, os mais rejeitados nos tempos livres (a correlação entre índice de rejeições no lar e índice preferências nos tempos livres e o índice de rejeições nos tempos livres é de -0,286 e 0,654 respetivamente). Estes são ainda os mais rejeitados no total (0,926), apresentam-se como agressores (0,527) e por fim são mais vítimas (0,315).

Quanto ao índice preferências nos tempos livres, este apresenta correlações negativas e significativas com o índice rejeições nos tempos livres, índice rejeições total, índice agressão e índice vitimação, e apresenta correlações positivas e significativas com o índice preferências total, o índice liderança e o índice conduta pró-social.

Os mais preferidos nos tempos livres, são os menos rejeitados nos tempos livres (correlação de -0,436), bem como, os menos rejeitados no total (-0,410), não são considerados agressores (-0,293) apresentando-se por isso como menos vítimas (-0,347). Mediante os resultados, pode ainda referir-se que, os mais preferidos nos tempos livres, são os mais preferidos no total (0,817) sendo também melhores líderes (0,277) apresentando uma conduta pró-social mais elevada (0,539).

No que se refere ao índice de rejeições nos tempos livres, este apresenta uma correlação negativa e significativa com o índice preferências total, apresenta ainda correlações positivas e significativas com o índice rejeições total e índice agressão.

Os rejeitados nos tempos livres são os menos preferidos, logo os mais rejeitados e agressores, o que se pode verificar pelas correlações -0,401 para o índice preferências total, 0,828 para o índice de rejeições total e 0,646 para o índice agressão.

Relativamente ao índice de preferência total, este apresenta correlações negativas e significativas com o índice rejeições total, índice de agressão e índice vitimação, apresenta por outro lado, correlações positivas e significativas com o índice liderança e índice conduta pró-social.

Desta forma, os preferidos no total, são os menos rejeitados no total (-0,341), são considerados como não agressores (-0,316), e não são vítimas (-0,354). Por outro

lado, os mais preferidos no total, são aqueles que apresentam melhores condições para a liderança (0,425) e para uma melhor conduta pró-social (0,699).

O índice de rejeições total correlaciona-se positiva e significativamente com o índice agressão e com o índice vitimação. Assim os mais rejeitados são referenciados como agressores (0,573) sendo mais vítimas (0,329).

Comparativamente ao índice agressão este apresenta uma correlação positiva e significativa com o índice liderança. Uma possível explicação para este resultado será que os indivíduos mais agressivos são aqueles que melhor lideram. Líderes pela negativa. Resolvem tudo à “bruta” com agressividade.

Finalmente, o índice liderança correlaciona-se positiva e significativamente com o índice conduta pró-social. Este resultado mostra que aqueles que melhor lideram, são os que apresentam uma maior conduta pró-social. Líderes pela positiva.

5.3 Análise dos dados obtidos através da Entrevista de Frases Incompletas

Tal como foi referido anteriormente, foram entrevistados 21 crianças/jovens. 11 Sujeitos do sexo masculino e 10 do sexo feminino, todos eles com idades compreendidas entre os 7 e os 20 anos de idade.

A entrevista visava avaliar a representação que as crianças/jovens têm de si mesmos e das relações que as rodeiam. Permitia descrever também o modo como cada criança/jovem se representa a si próprio e aos outros através de diferentes critérios.

Trata-se de uma entrevista composta por 28 frases incompletas, perante as quais cada criança/jovem deve responder a primeira coisa que lhe vier à cabeça.

A tabela 18 apresenta a perceção que cada criança/jovem tem sobre a escola, onde é bem visível que a maioria das crianças/jovens entrevistados (52,38%) tem uma perceção positiva da escola, embora ainda cerca de um terço tenha uma perceção negativa.

Tabela 18. Percepção sobre a escola – “A escola para mim é...”

Categorias	Exemplos	Frequência
Negativo	“Uma treta”	7
	“Uma seca”	33,33%
	“Uma porcaria”	
	“Uma coisa má”	
Positivo	“Boa”	11
	“Muito fixe”	52,38%
	“Um local de aprendizagem”	
	“Alegria e felicidade”	
Neutro	“Um sítio onde estudamos”	3
	“Mais ou menos boa”	14,29%

Por sua vez, como se pode verificar na tabela 19, a maioria das crianças/jovens (57,14%) também revelou ter uma percepção positiva do Lar de acolhimento.

Tabela 19. Percepção sobre o lar – “O lar para mim é...”

Categorias	Exemplos	Frequência
Negativo	“Mau”	4
	“Uma seca”	19,05%
	“Um inferno”	
Positivo	“Uma salvação”	12
	“Bom”	57,14%
	“A minha casa”	
	“Uma segunda casa”	
Neutro	“Uma casa igual às outras”	5
	“Mais ou menos”	23,81%
	“Onde moro agora”	

A tabela 20 apresenta a percepção que cada criança/jovem tem sobre os colegas da escola, onde é bem visível que a maioria dos entrevistados (90,48%) tem uma percepção positiva dos seus colegas.

Tabela 20. Percepção sobre os colegas da escola – “*Os meus colegas da escola são...*”

Categorias	Exemplos	Frequência
Negativo	“Betinhos”	1 4,76%
Positivo	“Simpáticos” “Amigos” “Bons” “Brincalhões”	19 90,48%
Neutro	“Mais ou menos traquinas”	1 4,76%

Por sua vez, como se pode verificar na tabela 21, a maioria das crianças/jovens (85,71%) também revelou ter uma percepção positiva dos colegas do lar de acolhimento.

Tabela 21. Percepção sobre os colegas do lar – “*Os meus colegas do lar são...*”

Categorias	Exemplos	Frequência
Negativo	“Terríveis” “Bandidos”	2 9,52%
Positivo	“Simpáticos” “Amigos” “Brincalhões” “Bons” “Divertidos”	18 85,71%
Neutro	“Bons e maus”	1 4,76%

Como podemos verificar na Tabela 22 a maioria das crianças/jovens entrevistados (76,19%) faz referência a aspectos relacionados com o feitio e as características pessoais dos seus amigos, quando questionados sobre aquilo que mais gostam nos mesmos.

Tabela 22. Perceção sobre os amigos – “O que mais gosto nos meus amigos é...”

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência a aspetos relacionados com o feitio e características pessoais	“simpatia e diversão”	16
	“amizade”	76,19%
	“alegria”	
	“o estilo”	
Referência a aspetos relacionados com a relação que estabelecem	“a forma de brincar”	5
	“quando me ensinam o que eu não sei”	23,81%

Na tabela 23, podemos verificar que 42,86% das crianças/jovens entrevistados faz referência às aprendizagens, e 52,38% faz referência a aspetos relacionados com a boa convivência com os pares, quando questionados sobre aquilo que mais gostam na Escola.

Tabela 23. Perceção sobre a Escola – “O que mais gosto na escola é...”

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência às aprendizagens	“Aulas de francês”	9
	“Escrever”	42,86%
	“Aprender”	
Referência a aspetos relacionados com a boa convivência com os pares	“Intervalos”	11
	“Colegas”	52,38%
	“Conviver com os meus amigos”	
Referência a aspetos relacionados com a boa convivência com os Professores	“Professores”	1 4,76%

Paralelamente, quando questionados sobre o que menos gostam na Escola, a maioria das crianças/jovens entrevistados (71,43%) faz referência às aprendizagens (Tabela 24).

Tabela 24. Percepção sobre a Escola – “O que menos gosto na escola é...”

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência às aprendizagens	“Aulas de história”	15
	“Trabalhar”	71,43%
	“Os testes”	
Referência a aspetos relacionados com a má convivência com os pares	“Alguns colegas”	4
	“Quando os meus colegas gozam comigo”	19,05%
	“Andar à briga”	
Aspetos relacionados com a má convivência com os Professores	“Quando me põem de castigo”	2
	“Quando me chamam a atenção”	9,52%

Na tabela 25, podemos verificar que a maioria das crianças/jovens entrevistados (42,86%) faz referência a aspetos relacionados com a boa convivência com os pares, quando questionados sobre aquilo que mais gostam no lar de acolhimento.

Tabela 25. Percepção sobre o lar – “O que mais gosto no lar é...”

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência a aspetos relacionados com a boa convivência com os pares	“Brincar”	9
	“Os meus amigos”	42,86%
Referência a aspetos relacionados com a boa convivência com os técnicos/educadores	“As cozinheiras”	5
	“As técnicas”	23,81%
	“As funcionárias”	
Referência à estrutura física do lar	“A minha cama”	5
	“Sala da TV”	23,81%

Categorias	Exemplos	Frequência
	"O meu quarto"	
Outros	"Comer"	2
	"A minha irmã"	9,52%

Por outro lado, quando questionados sobre o que menos gostam no lar de acolhimento, 38,01% das crianças/jovens entrevistados faz referência a aspetos relacionados com a má convivência com os pares, 23,81% faz referência a aspetos relacionados com a má convivência com os técnicos/educadores, e 23,81% faz referência à estrutura física do lar (Tabela 26).

Tabela 26. Perceção sobre o lar – “O que menos gosto no lar é...”

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência a aspetos relacionados com a má convivência com os pares	"Os mais velhos que me fazem mal"	8
	"Os que gozam comigo e me batem"	38,01%
	"Jogar à apanhada"	
Referência a aspetos relacionados com má convivência com os técnicos/educadores	"Quando estou de castigo"	5
	"As senhoras da cozinha"	23,81%
	"Quando ralham comigo"	
	"Algumas educadoras"	
Referência à estrutura física do lar	"A cozinha"	5
	"A sala de estudo"	23,81%
	"A comida"	
	"O meu quarto"	
Outros	"Ter que estudar"	3
	"Ter que ir à missa"	14,29%
	"Não poder ir de férias"	

Na tabela 27, podemos verificar que 47,62% das crianças/jovens entrevistados faz referência a aspetos relacionados com as aulas, e 47,62% faz referência a aspetos relacionados com a vida pessoal do professor, quando lhe foi pedido que referissem uma coisa que queriam dizer a um professor.

Tabela 27. "Uma coisa que queria dizer a um professor é..."

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência a aspetos relacionados com as aulas	"Que explica bem a matéria"	10
	"Obrigado por me ensinar"	47,62%
	"Que gosto das fichas de avaliação"	
	"Que gostava de estar com mais atenção"	
	"Não gosto das aulas"	
Referência a aspetos relacionados com a vida pessoal do professor	"Se podia passar o fim-de-semana com ele"	10
	"Queria jogar playstation com ele"	47,62%
	"Que é muito gira"	
	"É muito simpática"	
	"Para mim é como uma irmã"	
Referência a aspetos relacionados com a vida pessoal da criança/jovem	"Que sou de Monte Trigo"	1
		4,76%

Quando foi pedido às crianças/jovens que referissem uma coisa que queriam dizer a um técnico ou educador do lar, a maioria (57,14%) das crianças/jovens entrevistados faz referência a aspetos relacionados com a relação que estabelece com o técnico/educador. (Tabela 28).

Tabela 28. "Uma coisa que queria dizer a um técnico/educador do lar é..."

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência a aspetos relacionados com o acolhimento da criança/jovem	"Gostava de ter visitas dos meus pais"	6
	"O lar é fixe"	28,57%
	"Gostava de me portar melhor"	
	"Gostava que o lar mudasse para melhor"	
	"Estou desejando sair daqui"	
	"Não gosto de estar no lar"	

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência a aspetos relacionados com a relação que estabelece com o técnico/educador	“Obrigado por tudo”	12
	“São as melhores do mundo”	57,14%
	“Que me tratam bem”	
	“Se me podia ajudar a ser mais adulto”	
	“Gosto muito dela”	
	“É uma boa conselheira”	
Outras	“É muito jeitosa”	3
	“Tenho uma namorada”	14,29%

Na tabela 29, podemos verificar que a maioria das crianças/jovens entrevistados (71,43%) faz referência a aspetos relacionados com a saída definitiva do lar de acolhimento, quando questionados sobre o melhor que lhes podia acontecer.

Tabela 29. “O melhor que me podia acontecer...”

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência a aspetos relacionados com a saída definitiva do lar e regresso à família	“Voltar para casa da minha mãe”	15
	“Sair desta casa”	71,43%
	“Ir para casa dos meus pais”	
Referência a aspetos relacionados com a família biológica	“Os meus pais virem-me visitar”	2
	“Estar com a minha família”	9,52%
Referência a aspetos relacionados com a saída do lar por curtos períodos de tempo	“Ir a casa do meu professor”	3
	“Ir ao Jardim zoológico”	14,29%
	“Ir de férias”	
Outros	“Terminar o curso e arranjar emprego”	1 4,76%

Na tabela 30, podemos verificar que 66,67% das crianças/jovens faz referência a aspetos relacionados com o próprio, enquanto que 28,57% faz referência a aspetos

relacionados com o sentimento que nutrem pelos pais, quando lhes é pedido que refiram o que gostariam que os seus pais soubessem.

Tabela 30. *"Gostaria que os meus pais soubessem..."*

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência a aspetos relacionados com o sentimento que nutrem pelos pais	"Gosto muito deles e tenho saudades"	6
	"Que os adoro muito"	28,57%
Referência a aspetos relacionados com a própria criança/jovem	"Que estou a viver aqui no lar"	14
	"Que me porto bem"	66,67%
	"Que tive boas notas"	
	"Tudo o que se passa comigo"	
	"Que gosto de estar aqui no lar"	
Outros	"Gostava que vivessem juntos"	1
		4,76%

A tabela 31 apresenta a percepção que cada criança/jovem tem sobre as suas próprias características, onde é bem visível que a maioria das crianças/jovens entrevistados tem uma percepção positiva sobre si mesmo, uma vez que 57,14% das crianças/jovens faz referência a adjetivos positivos relacionados com características psicológicas.

Tabela 31. Percepção sobre as suas características – *"Cinco adjetivos que descrevam como sou..."*

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência a adjetivos positivos relacionados com características físicas e psicológicas	"Brincalhão, bonito, estudioso"	1
		(4,76%)
Referência a adjetivos positivos relacionados apenas com características psicológicas	"Simpático, Inteligente, atento..."	12
	"Inteligente, amigo, simpático, divertido..."	(57,14%)
	"Pontual, inteligente, obediente"	

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência a adjetivos positivos e negativos relacionados com ambas as características	“Simpático, teimoso, chato, falador...” “Brincalhão, birrento, simpático, mau...” “grande, divertido, antipático” “Teimosa, amiga, birrenta”	8 (38,10%)

À questão “gostaria que...”, a maioria das crianças/jovens (57,14%) faz referência a aspetos relacionados com a família e com a saída do lar de acolhimento (Tabela 32).

Tabela 32. “Gostaria que...”

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência a aspetos relacionados com saídas do lar e relação com a família	“Os meus pais me viessem visitar” “O meu pai casasse” “Pudesse ir para casa dos meus pais” “Pudesse ir de férias” “A minha família fosse sempre Feliz”	12 57,14%
Referência a aspetos relacionados com a sua trajetória de vida	“A minha vida fosse diferente” “A vida fosse uma maravilha” “Deixar de tomar a medicação”	4 19,01%
Referência a aspetos relacionados com os amigos	“Ter muitos amigos”	2 9,52%
Referência a aspetos relacionados com o lar	“Esta casa fosse melhor”	1 4,76%
Outros	“Estar sempre a comer doces” “Ir ao MacDonalds”	2 9,52%

A tabela 33 apresenta a percepção que cada criança/jovem tem sobre a opinião dos outros a seu respeito, onde é bem visível que a maioria das crianças/jovens entrevistados (80,95%) tem uma percepção positiva sobre o que os outros acham de si mesmo.

Tabela 33. Percepção sobre a opinião dos outros a seu respeito – “*Os meus colegas acham que sou...*”

Categorias	Exemplos	Frequência
Negativo	“Chato”	4
	“Maluco”	19,05%
	“Deficiente”	
Positivo	“Simpático”	17
	“Brincalhão”	80,95%
	“Bom amigo”	
	“Fixe”	
	“Bonita”	

Na tabela 34 podemos verificar que 52,38% das crianças/jovens faz referência a aspetos relacionados com a relação com os outros, enquanto que 38,10% faz referência a aspetos relacionados com a família, quando lhes é pedido que refiram quando são felizes.

Tabela 34. Percepção sobre os seus sentimentos – “*Sou feliz quando...*”

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência a aspetos relacionados com a família	“Estou com a minha família”	8
	“Estou com os meus pais”	38,10%
	“A minha família me visita”	
	“Vejo os meus pais”	
Referência a aspetos relacionados com a relação com os outros	“Não me tratam mal”	11
	“Estou com os meus amigos”	52,38%
	“Brincam comigo”	
	“Me oferecem coisas”	
	“Faço os outros felizes”	
	“Dou presentes aos outros”	
Referência a aspetos relacionados com a Escola	“Tenho boas notas”	2
		9,52%

Na tabela 35 podemos verificar que a maioria das crianças/jovens (57,14%) faz referência a comportamentos agressivos e intimidatórios por parte de outros como sendo aquilo que lhes provoca um sentimento de medo.

Tabela 35. Perceção sobre os seus sentimentos – “Tenho medo quando...”

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência a comportamentos agressivos e intimidatórios por parte de outros	“Os mais velhos me batem”	12
	“Me fazem mal”	57,14%
	“Os grandes me ameaçam”	
	“Me assustam”	
	“Oíço ralar”	
Referência a aspetos relacionados com o seu próprio comportamento	“Faço alguma asneira”	2
	“Me porto mal”	9,52%
Referência a aspetos relacionados com a Escola	“Os testes me correm mal”	2
	“As minhas professoras ligam para o lar”	9,52%
Outros	“Vou ao médico”	5
	“Me separo das pessoas que mais gosto”	23,81%
	“Perco alguém de quem gosto”	
	“Recebo uma má notícia”	
	“Estou sozinho na rua”	

Na tabela 36 podemos verificar que a maioria das crianças/jovens (47,62%) faz referência a aspetos relacionados com atitudes de gozo, humilhação bem como referência a comportamentos agressivos e intimidatórios por parte de outros como sendo aquilo que lhes provoca um sentimento de tristeza, seguido de aspetos relacionados com as visitas e com o convívio com a família (28,57%).

Tabela 36. Perceção sobre os seus sentimentos – “Fico triste quando...”

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência a aspetos relacionados	“Não falo com a minha mãe”	6

Categorias	Exemplos	Frequência
com a família	“Não estou com os meus pais” “Não tenho visitas” “Acontece alguma coisa com os meus pais”	28,57%
Referência a aspetos relacionados com atitudes de gozo, humilhação bem como referência a comportamentos agressivos e intimidatórios por parte de outros	“Gozam comigo” “Me batem e me fazem mal” “Me chateiam” “Alguém fala mal de mim” “Não posso trazer coisas senão roubam-me” “Se zangam comigo”	10 47,62%
Outros	“Recebo más notícias” “Me zango com a minha namorada” “As pessoas que mais gosto se vão embora” “Faço asneiras” “Me zango”	5 23,81%

Por sua vez, quando foi pedido às crianças/jovens que referissem o que lhe provoca sentimentos de zanga, a maioria dos entrevistados (71,43%) faz referência a aspetos relacionados com atitudes de gozo, humilhação bem como referência a comportamentos agressivos e intimidatórios por parte de outros. (Tabela 37)

Tabela 37. Perceção sobre os seus sentimentos – “*Fico zangado quando...*”

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência a aspetos relacionados com as relações de amizade	“Perco um amigo” “Já não querem brincar comigo”	2 9,52%
Referência a aspetos relacionados com a família	“Não posso ver os meus pais” “O meu irmão se zanga comigo”	2 9,52%
Referência a aspetos relacionados com atitudes de gozo, humilhação bem como referência a comportamentos agressivos e intimidatórios por parte de outros	“Me chamam nomes” “Estou de castigo” “Me batem e me fazem mal” “Me irritam” “Gozam comigo”	15 71,43%

Categorias	Exemplos	Frequência
	“Ralham comigo” “Me mentem”	
Outros	“Mexem nas minhas coisas sem autorização” “Faço alguma coisa de mal”	2 9,52%

À questão “O que gostaria de vir a ser...”, a maioria das crianças/jovens (90,48%) faz referência a profissões revelando capacidade de se projetar positivamente no futuro (Tabela 38).

Tabela 38. Percepção sobre o Futuro – “O que gostava de vir a ser...”

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência a profissões	“Advogado, Futebolista” “Informático, cientista” “Polícia, Bombeiro, Professor” “Pedreiro, mecânico” “Cabeleireira” “Professora, Médica”	19 (90,48%)
Referência a profissões do imaginário infantil	Pirata	1 (4,76%)
Referência a profissões e características pessoais	Professor de Matemática, Ser boa pessoa	1 (4,76%)

No que se refere à percepção que cada criança/jovem tem de si mesmo, e quando colocada a questão “Gosto de como sou quando...” - 23,81% dos entrevistados faz referência a aspectos relacionados com uma boa relação com os outros. Por sua vez, 28,57% dos entrevistados faz referência a aspectos relacionados com atitudes/características do próprio, enquanto que 38,10% das crianças/jovens faz referência a aspectos relacionadas com o sucesso escolar. (Tabela 39)

Tabela 39. Percepção sobre si próprio – “Gosto de como sou quando...”

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência a aspetos relacionados com o sucesso (escolar, ou noutra área de interesse)	“Tiro boas notas”	8
	“Faço bons bolos”	38,10%
	“Faço boas massagens”	
	“Toco bem flauta”	
	“Ganho jogos de futebol”	
Referência a aspetos relacionados com atitudes/ características do próprio	“Faço coisas que me orgulham”	6
	“Me porto bem”	28,57%
	“Estou feliz”	
Referência a aspetos relacionados com uma boa relação com os outros	“Brinco com os outros”	5
	“Divirto os outros”	23,81%
	“Não ralham comigo”	
	“Me tratam bem”	
Outros	“Tenho aquilo que quero”	2
	“Me maquilha”	9,52%

No que se refere à percepção que cada criança/jovem tem de si mesmo, e quando colocada a questão “Não gosto de como sou quando...” - 23,81% dos entrevistados faz referência a aspetos relacionados com o insucesso escolar. Por sua vez, 47,62% dos entrevistados faz referência a aspetos relacionados com atitudes/ características do próprio, enquanto que 23,81% das crianças/jovens faz referência a aspetos relacionadas com uma má relação com os outros. (Tabela 40)

Tabela 40. Percepção sobre si próprio – “Não gosto de como sou quando...”

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência a aspetos relacionados com o insucesso (escolar, ou noutra área de interesse)	“Tiro más notas”	5
	“Perco jogos”	23,81%
Referência a aspetos relacionados	“Estou irritado”	10

Categorias	Exemplos	Frequência
com atitudes/ características do próprio	“Choro” “Estou triste” “Faço asneiras” “Só quero fazer aquilo que gosto”	47,62%
Referência a aspetos relacionados com uma má relação com os outros	“Respondo mal aos outros” “Me zango com os outros” “Gozam comigo”	5 23,81%
Outros	“Estou sozinha e não me ligam”	1 4,76%

Na tabela 41 podemos verificar que a maioria das crianças/jovens (76,19%) idealiza um futuro próximo da família.

Tabela 41. Perceção sobre o Futuro – “Quando tiver 30 anos vou estar...”

Categorias	Exemplos	Frequência
Futuro próximo da família	“Em casa com a minha família” “Em casa dos meus pais” “Em França com a minha família”	16 76,19%
Futuro próximo de colegas/ amigos	“No Algarve com o Nuno”	1 4,76%
Obter independência	“A trabalhar, ter uma casa e uma família” “Na minha própria casa”	4 19,01%

Na tabela 42 podemos verificar que a maioria das crianças/jovens (95,24%) apresenta uma perceção positiva do último ano.

Tabela 42. Percepção sobre o último ano – “*Passei este ano a ...*”

Categorias	Exemplos	Frequência
Negativo	“Portar-me mal”	1 4,76%
Positivo	“Aprender coisas novas” “Estudar” “Brincar” “Divertir-me” “Cumprir os meus objetivos”	20 95,24%

No que se refere à percepção que cada criança/jovem tem sobre o último ano, e quando colocada a questão “O que mais gostei no último ano foi...” - 33,33% dos entrevistados faz referência a aspetos relacionados com atividades de lazer e diversão, e 33,33% dos entrevistados faz referência a aspetos relacionados com a escola. Por sua vez, 19,01% das crianças/jovens faz referência a aspetos relacionados com a família, e 14,29% faz referência a aspetos relacionados com os colegas e amigos. (Tabela 43)

Tabela 43. Percepção sobre o último ano – “*O que mais gostei no último ano foi ...*”

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência a aspetos relacionados com atividades de lazer e diversão	“As férias de verão” “Ir à colónia de férias” “Do carnaval” “Da festa do meu batizado”	7 33,33%
Referência a aspetos relacionados com a Escola	“Ter boas notas ” “Brincar na escola” “Entrar novamente na escola” “Convívio com as outras turmas”	7 33,33%
Referência a aspetos relacionados com os colegas e amigos	“Ouvir contar anedotas” “Ter conhecido o Nuno”	3 14,29%
Referência a aspetos relacionados		

Categorias	Exemplos	Frequência
com a família	“Ir a casa nos fins-de-semana”	4
	“Estar com os meus pais”	19,01%

No que se refere à percepção que cada criança/jovem tem sobre o último ano, e quando colocada a questão “O que menos gostei no último ano foi...” - 28,57% dos entrevistados faz referência a aspetos relacionados com a escola, e 23,81% faz referência a aspetos relacionados com o lar. Por sua vez, 14,29% das crianças/jovens faz referência a aspetos relacionados com a família, e 14,29% faz referência a aspetos relacionados com os colegas e amigos. (Tabela 44)

Tabela 44. Percepção sobre o último ano – “O que menos gostei no último ano...”

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência a aspetos relacionados com atividades	“O Halloween”	2
	“A festa do ATL”	9,52%
Referência a aspetos relacionados com a Escola	“Os exames de 6º ano”	6
	“Quando tive negativas”	28,57%
	“Ter tido más notas”	
Referência a aspetos relacionados com a relação com os colegas e amigos	“Quando me batiam”	3
	“Gozarem comigo”	14,29%
Referência a aspetos relacionados com o lar	“Ter vindo para o lar”	5
	“Passar a passagem de ano no lar”	23,81%
Referência a aspetos relacionados com o contacto com a família	“Não ir de férias”	3
	“Não poder passar o Natal com a minha família”	14,29%
Outros	“De nada”	2
	“Ter que dormir a sesta”	9,52%

No que se refere à percepção que cada criança/jovem tem sobre o último ano, e quando colocada a questão “Em comparação com o ano passado acho que mudei no

que respeita a ...” – a maioria das crianças jovens/entrevistadas (80,95%) faz referência a aspetos relacionados com o comportamento. (Tabela 45)

Tabela 45. Perceção sobre o último ano – *“Em comparação com o ano passado acho que mudei no que respeita a...”*

Categorias	Exemplos	Frequência
Referência a aspetos relacionados com o comportamento	“Ao comportamento”	17
	“Às atitudes”	80,95%
	“Ao comportamento com os adultos”	
Referência a aspetos relacionados com uma boa educação	“À educação”	1
		4,76%
Referência a aspetos relacionados com o sucesso escolar	“À inteligência”	2
	“Ao aproveitamento escolar”	9,52%
Outros		
	“À minha saúde”	1
		4,76%

Como foi possível observar através da análise das tabelas 19 a 46, o terceiro e último objetivo da presente investigação “conhecer as representações das crianças/jovens acolhidas em lar sobre: a instituição que os acolheu, a escola, os colegas, os amigos, os técnicos, os educadores e sobre si próprio”, foi alcançado com a aplicação da entrevista de frases incompletas às crianças/jovens.

A análise de conteúdo das 21 entrevistas revelou que a maioria das crianças/jovens apresenta uma representação positiva das diversas pessoas bem como da escola e lar de acolhimento, uma vez que mais de metade das crianças/jovens inquiridas deram respostas positivas quando questionados sobre as suas perceções, embora o desejo de regresso à família e/ou saída do lar constitua também uma prioridade, quando explicitam objetivos ou desejos para o futuro.

6. Conclusões e Discussão de Resultados

6.1 Situações de vitimação e agressão nos lares de acolhimento

O presente trabalho, estudou o fenómeno dos maus-tratos entre pares em contexto institucional em função de várias variáveis sociodemográficas e psicossociais. Como tal, foram objetivos da presente investigação: comparar a frequência e os tipos de condutas de agressão e vitimação manifestados numa amostra de adolescentes acolhidos em três lares da região do Alentejo; saber qual a relação entre a integração social no grupo de pares (através do estatuto sociométrico) e vários padrões de comportamento social, nomeadamente comportamentos pró-sociais, liderança, isolamento social e, em particular, agressão e vitimação (quer na perspetiva do próprio, quer na perspetiva dos pares); e por fim, conhecer as representações das crianças/jovens acolhidas em lar sobre: a instituição que os acolheu, a escola, os colegas, os amigos, os técnicos, os educadores e sobre si próprio.

Tal como no estudo realizado por Martins (2009a), com adolescentes em escola regular, as crianças/jovens que participaram no presente estudo, sentem-se bem na maioria das situações e com a maior parte das pessoas com as quais se relacionam. Contudo, ao invés dos adolescentes em escola regular, onde se destacam como melhores que as restantes, as relações com os amigos, com a família e com os tempos livres (Martins, 2009a), no caso das crianças/jovens inquiridas na presente investigação, as relações com o namorado/namorada e as relações com os amigos destacam-se como melhores que as restantes, no entanto as restantes pessoas/situações continuam a situar-se acima da média. Tal facto vai ao encontro da conclusão obtida por Alexandre e Vieira (2004) no seu estudo sobre as relações de apego entre crianças institucionalizadas, onde estes autores verificaram que, na ausência de um adulto significativo, as crianças criavam relações de apego entre si, consistindo numa importante fonte de resiliência.

O presente estudo colocou em evidência que o problema da vitimação e agressão entre crianças e jovens está presente nos lares de acolhimento. Foi possível perceber, através da investigação, que a forma ou tipo de vitimação e de agressão mais frequente entre as crianças/jovens acolhidas em lar é a exclusão social, destacando-se como mais frequentes, as condutas “ignorar” e “falar mal de”, tanto nos

registos de vitimação, como nos de agressão. Trata-se assim de um tipo de vitimação e agressão de natureza mais relacional do que física. De seguida surgem as condutas que remetem para a agressão verbal (“insultar”; “chamar nomes”) e só depois as que remetem para a agressão física (“bater”).

Este tipo de resultados não é invulgar nas amostras de adolescentes, uma vez que, tanto Díaz-Aguado (2004) como Martins (2009a) obtiveram evidência no mesmo sentido, com uma amostra de adolescentes, em escola regular, Madrilenos e Portalegrenses, respetivamente.

Os nossos resultados, de um modo geral, revelam uma frequência de vitimação, agressão e observação de vitimação, superiores aos encontrados por Martins (2009a; 2009b) com uma amostra de adolescentes de escola regular, à exceção da conduta “falar mal de” que foi mais frequente nos adolescentes da amostra normativa, comparativamente aos da amostra do nosso estudo. De facto, o instrumento utilizado era similar, contudo os contextos temporais são diferentes, uma vez que os dados de Martins (2009a) foram recolhidos em 2001, e os nossos em 2012. Porém, estes dados não são surpreendentes uma vez que o relatório CASA (2012) revela que um dos problemas mais frequentes entre crianças e jovens acolhidos em lar são os problemas de comportamento.

Os nossos resultados, no que respeita aos restantes itens, revelam percentagens superiores às obtidas na investigação de Martins (2009a), o que nos permite dar resposta à primeira questão da presente investigação, uma vez conseguimos concluir que existem diferenças expressivas entre as crianças/jovens acolhidas em lar e as crianças/jovens em escola regular.

No que se refere às condutas de observação de situações de vitimação/agressão no lar, os dados obtidos na presente investigação apresentam percentagens bem mais elevadas na maioria dos itens face aos dados recolhidos no estudo de Martins (2009a). Todavia, tanto no nosso estudo, como no estudo realizado com jovens em escola regular, os dados relativos às condutas de observação de situações de vitimação/agressão no lar, (escola), são superiores às percentagens relativas às condutas de vítima e de agressor. O facto da percentagem de respostas na escala do observador, ser superior às percentagens relativas às escalas de vítima e de agressor, pode revelar que alguns agressores ou algumas vítimas esconderam a sua condição ou simplesmente não responderam por receio (Martins, 2009a).

Por outro lado, os resultados do nosso estudo indicam que, face às ocorrências de vitimação/agressão, as pessoas a quem as crianças/jovens recorrem e pedem ajuda,

são os educadores e os técnicos, seguidos do diretor do lar. Inversamente aos dados recolhidos por Martins (2009a), as crianças/jovens que participaram no nosso estudo recorrem com menor frequência aos amigos e aos colegas. Segundo a percepção da maioria das crianças/jovens, os técnicos, os educadores e o diretor do lar, tentam prevenir as situações de agressão e vitimação que ocorrem no lar, intervindo ativamente e atuando como mediadores.

No que se refere às atitudes dos próprios alunos perante tais situações, a maioria admite ajudar, quando se trata de um amigo ou colega. Por outro lado, mais de metade das crianças/jovens admite pedir ajuda a um técnico ou educador. Cerca de quase metade afirma que não faz nada, e apenas uma pequena percentagem admite a possibilidade de se juntar àqueles que maltratam. Parte dos resultados são similares aos obtidos por Martins (2009a), à exceção do dado “junto-me ao grupo”, que no nosso caso apresenta percentagens mais baixas, e os dados “peço ajuda a um técnico” e “peço ajuda a um educador” que apresentam percentagens mais elevadas comparativamente aos dados de Martins (2009a) relativamente às opções “peço ajuda a um professor” e “peço ajuda a outra pessoa”, no contexto escolar. Apesar da alternativa “junto-me ao grupo” apresentar percentagens mais baixas face ao estudo de Martins (2009a), não deixa de estar presente, demonstrando claramente a existência do papel de cúmplice.

Ao compararmos as crianças/jovens por género, verificou-se que as médias obtidas pelos rapazes são superiores às das raparigas, em todas as condições (vítima, agressor, observador) embora de forma estatisticamente significativa, apenas para as escalas da vítima e do observador e de modo similar ao estudo de Martins (2009a). Contudo, as médias obtidas no nosso estudo foram superiores às médias obtidas por Martins (2009a) nas três subescalas referidas.

Por sua vez, ao compararmos o grupo das crianças com o grupo dos adolescentes, os resultados apontam no sentido de que as crianças surgem mais na condição de vítima, agressor e observador, uma vez que as médias obtidas pelas crianças são superiores às dos adolescentes, em todas as condições, sendo mais acentuada a diferença para a escala da vítima, embora os valores não atinjam valores estatisticamente significativos. No estudo com adolescentes em escola regular (Martins, 2009a), a autora obteve evidência no mesmo sentido, uma vez que também se assistiu a uma diminuição da condição de vítima, agressor e observador à medida que se avançou no grupo etário. Contudo, no contexto das instituições de acolhimento, este facto aponta no sentido da necessidade de uma melhoria da supervisão dos mais

novos, por parte dos adultos, e de uma maior responsabilização dos mais velhos pelo bem estar dos mais novos, afim de minimizar a possibilidade de perpetração de maus tratos por parte dos mais velhos aos mais novos, que parecem estar subjacentes a estes dados.

6.2 Índices sociométricos e atributos psicossociais

No que se refere às preferências e rejeições globais das crianças/jovens, podemos observar no nosso estudo, que não existem diferenças expressivas entre as crianças/jovens acolhidas nos diferentes lares, uma vez que em todos os lares existem crianças/jovens que se destacam dos restantes elementos do grupo pela elevada percentagem de preferências, bem como crianças/jovens que se destacam pela elevada percentagem de rejeições, contudo em todos os lares existem crianças preferidas, bem como crianças rejeitadas.

No que se refere aos índices sociométricos verificou-se que os agressores e as vítimas foram em todos os lares, os mais rejeitados pelos pares, comparativamente às crianças/jovens não envolvidas nesses problemas quer nas tarefas do lar, quer nos tempos livres. Estes resultados são similares aos obtidos por Martins (2009a), bem como aos obtidos por muitos outros autores com adolescentes em escola regular (Martins, 2009a).

Foi possível também observar que os agressores de todos os lares dispõem de um grupo restrito de amigos que os prefere, o que apoia a ideia de que a agressão tende a ser um fenómeno de grupo (Martins, 2009a).

Por outro lado, e de um modo geral, considerando os dados relativos às crianças/jovens dos três lares de infância e juventude, e após terem sido calculadas as correlações de Spearman entre índices sociométricos, atributos psicossociais e as subescalas do QEVL, foi possível observar que a escala da vítima apresenta correlações positivas e significativas com a escala do agressor, com a escala do observador e com a vitimação percecionada pelos pares, apresentando ainda correlações negativas com os atributos psicossociais da liderança e da conduta pró-social.

Desta forma, podemos concluir que muitas destas crianças e adolescentes desempenham simultaneamente o papel de vítimas, e de agressores. Estas mesmas

crianças/jovens assistem frequentemente a episódios de agressão, uma vez que a escala da vítima também se correlaciona positivamente com a escala do observador.

Por outro lado, as vítimas não se revelam como bons líderes, uma vez que a escala da vítima se correlaciona de forma negativa com a liderança, nem parecem exibir conduta pró-social, visto que a escala da vítima também se correlaciona negativamente de forma estatisticamente significativa com a conduta pró social.

A escala do agressor, por sua vez, apresenta uma correlação positiva e significativa com a escala do observador. Assim, podemos concluir que os jovens que são agressores, assistem com frequência a situações de agressão.

Relativamente à escala do observador, verificam-se correlações negativas e significativas com a agressão, com a liderança e com a conduta pró-social. As crianças/jovens que observam situações de agressão, não se apresentam como agressores, por outro lado não se revelam como bons líderes, nem apresentam uma boa conduta pró-social.

Quanto ao índice preferências no lar este apresenta correlações positivas e significativas com o índice preferências nos tempos livres, o índice preferências total, o índice liderança e com o índice conduta pró-social. Apresenta também correlações negativas e significativas com o índice rejeições nos tempos livres, com o índice agressão e com o índice vitimação. Estes dados são intrinsecamente coerentes e consistentes com a investigação sobre este tópico, contribuindo para validar os dados por nós obtidos.

Como se pode verificar, os preferidos no lar, são os mais preferidos nos tempos livres, uma vez que a correlação entre o índice preferências no lar e o índice preferências nos tempos livres é elevada. Estas crianças/jovens são ainda as mais preferidas no total. Os mais preferidos no lar, são também percecionados como líderes e exibindo conduta pró-social.

Por sua vez, os preferidos no contexto do lar são menos rejeitados nos tempos livres, uma vez que a correlação entre o índice preferências no lar e o índice rejeições nos tempos livres é negativa. Por outro lado, estas crianças/jovens apresentam-se como não sendo agressores, nem vítimas.

Relativamente ao índice rejeições no lar, este apresenta uma correlação negativa e significativa com o índice preferências nos tempos livres e correlações positivas e significativas com o índice rejeições nos tempos livres, índice rejeições total, índice agressão e índice vitimação.

Os rejeitados no lar são os menos preferidos nos tempos livres, bem como, os mais rejeitados nos tempos livres. Estes são ainda os mais rejeitados no total, apresentando-se como mais perseguidos quer como agressores, quer como vítimas.

Quanto ao índice preferências nos tempos livres, este apresenta correlações negativas e significativas com o índice rejeições nos tempos livres, índice rejeições total, índice agressão e índice vitimação, e apresenta correlações positivas e significativas com o índice preferências total, o índice liderança e o índice conduta pró-social. Os mais preferidos nos tempos livres, são os menos rejeitados nos tempos livres, bem como, os menos rejeitados no total. Estas crianças/jovens não são consideradas agressores nem vítimas. Mediante os resultados, pode ainda referir-se que, os mais preferidos nos tempos livres são os mais preferidos no total sendo também perseguidos como líderes e pró-sociais.

No que se refere ao índice de rejeições nos tempos livres, este apresenta uma correlação negativa e significativa com o índice preferências total, apresenta ainda correlações positivas e significativas com o índice rejeições total e índice agressão. Os rejeitados nos tempos livres são os menos preferidos, logo os mais rejeitados e agressores.

Relativamente ao índice de preferência total, este apresenta correlações negativas e significativas com o índice rejeições total, índice de agressão e índice vitimação, apresenta por outro lado, correlações positivas e significativas com o índice liderança e índice conduta pró-social. Desta forma, os preferidos no total, são os menos rejeitados no total, são considerados como não agressores, e não são vítimas. Por outro lado, os mais preferidos no total, são aqueles que apresentam melhores condições para a liderança e para uma melhor conduta pró-social.

O índice de rejeições total correlaciona-se positiva e significativamente com o índice agressão e com o índice vitimação. Assim os mais rejeitados são também referenciados, ou como agressores ou como sendo mais vítimas.

A liderança, por um lado, correlaciona positivamente, e de forma estatisticamente significativa, quer com a conduta pró-social e as preferências, sugerindo crianças e jovens socialmente competentes, por outro lado, correlaciona positivamente com a agressão, sugerindo a competência para mobilizar um grupo que permite potencializar o comportamento agressivo.

Os resultados obtidos permitiram diferenciar, as vítimas dos agressores, bem como as crianças/jovens envolvidas em situações de vitimação e de agressão, das

crianças/jovens não envolvidos nesse tipo de problemas, bem como os padrões de comportamento social que se lhes associam.

6.3 Representações do lar e dos adultos e pares significativos no cotidiano das crianças e jovens

Relativamente às representações das crianças/jovens acolhidas em lar sobre a escola, bem como sobre a instituição de acolhimento, foi possível verificar ao longo da presente investigação que as crianças/jovens inquiridas apresentam uma percepção mais positiva do lar de acolhimento comparativamente à percepção que têm da escola.

Esta diferença não é muito expressiva, uma vez que, cerca de metade dos inquiridos revelou ter uma percepção positiva da escola, caracterizando-a como “um local de aprendizagem”, “alegria”, e “felicidade” bem como uma “coisa boa”. Inversamente, cerca de um terço dos inquiridos revelou ter uma percepção negativa da escola, caracterizando-a como “uma treta”, “uma porcaria” e uma coisa má”.

Paralelamente, no que se refere à percepção que cada criança/jovem tem do lar de acolhimento, mais de metade dos inquiridos revelou ter uma percepção positiva do lar, caracterizando-o como “uma salvação”; “a minha casa”, bem como “uma coisa boa”. Inversamente apenas uma pequena percentagem das crianças/jovens revelou uma percepção negativa do lar, caracterizando-o como “uma seca” e “um inferno”.

Por sua vez, quando questionados sobre aquilo que mais gostam na escola e no lar de acolhimento, a maioria das crianças/jovens faz referência a aspetos relacionados com a boa convivência com os pares, como sendo aquilo que mais gostam em ambos os contextos, tanto na escola como no lar. Paralelamente, quando questionados sobre aquilo que menos gostam na escola e no lar, a maioria dos inquiridos faz referência às dificuldades com as aprendizagens como aquilo que menos gosta na escola, enquanto que, no que se refere ao que menos gostam no lar de acolhimento, cerca de um terço dos inquiridos faz referência a aspetos relacionados com a má convivência com os pares.

No que se refere à percepção das crianças/jovens inquiridas face aos colegas do lar e aos amigos, a grande maioria revelou ter uma percepção positiva dos colegas do lar de acolhimento, caracterizando-os como “simpáticos”; “amigos”; e “bons”. Por outro lado, mais de metade dos inquiridos fez referência a aspetos relacionados com o feito

e características pessoais, quando questionados sobre aquilo que mais gostam nos amigos.

Por sua vez, quando foi pedido às crianças/jovens acolhidas que referissem uma coisa que queriam dizer a um professor, bem como a um técnico ou educador, as respostas divergiram. No caso do professor, as respostas dividiram-se entre a referência a aspetos relacionados com a vida pessoal do professor e a referência a aspetos relacionados com as aulas. Paralelamente, no que se referia aos técnicos e educadores, mais de metade dos inquiridos fizeram referência a aspetos relacionados com a relação que estabelecem com estes. Esta diferenciação de respostas poderá estar relacionada com a proximidade que as crianças/jovens têm com os técnicos e educadores do lar de acolhimento.

Por fim, no que se refere à percepção que a criança/jovem tem sobre si próprio surgem aspetos ligados ao sucesso/ insucesso escolar, competência para realizar tarefas e comportamento (bom ou mau comportamento no lar e na escola).

Posto isto, podemos afirmar que o último objetivo da presente investigação “conhecer as representações das crianças/jovens acolhidas em lar sobre: a instituição que os acolheu, a escola, os colegas, os amigos, os técnicos, os educadores e sobre si próprio” foi alcançado, uma vez que se conseguiu perceber claramente que grande parte das crianças/jovens apresenta uma representação positiva das diversas pessoas com que se relaciona, bem como da escola e do lar de acolhimento, uma vez que mais de metade das crianças/jovens inquiridas deram respostas positivas quando questionados sobre as suas percepções.

6.4 Papel dos técnicos e das instituições na prevenção da violência institucional

Para finalizar, podemos concluir que os problemas de agressão e de vitimação entre as crianças/jovens estão presentes nos lares de acolhimento da região do Alentejo, mais especificamente no distrito de Évora, em frequências superiores ao que acontece nas escolas regulares. Como tal, existe a necessidade de se elaborar e implementar programas de intervenção eficazes para prevenir este tipo de problemas, no entanto é importante ter em atenção que os programas de prevenção se deverão dirigir mais aos grupos do que aos indivíduos, na medida em que são vários os indicadores que sugerem que o problema da vitimação/agressão é essencialmente um fenómeno grupal (Salmivalli et al., 1998, in Martins, 2009a).

É importante ter em conta que os lares de infância e juventude se devem constituir como um meio facilitador para o desenvolvimento psíquico das crianças/jovens, onde existam meios adequados e estruturantes capazes de produzir e manter relações afetivas estáveis e de boa qualidade (Gomes, 2010).

Os lares de Infância e Juventude devem dispor de equipas multidisciplinares, capacitadas para trabalhar em rede, profissionalizadas, com modelos educativos e terapêuticos adequados às crianças/jovens que acolhem. É importante que estas instituições proporcionem às crianças/jovens um ambiente semelhante ao familiar, um ambiente securizante e acolhedor, onde seja possível promover e potenciar um bom e adequado desenvolvimento integral (Gomes, 2010).

É fundamental que a criança/jovem tenha no lar de acolhimento um adulto de referência, com quem possa desenvolver relações próximas e continuadas, que lhe dê uma atenção preferencial e que ambos mantenham uma relação de qualidade. Estes adultos vão constituir-se como modelos relacionais de qualidade, ajudando a criança/jovem a reparar as relações disfuncionais a que esteve sujeito e a integrar uma diferente forma de estar (Gomes, 2010).

É também muito importante que cada criança/jovem possua o seu espaço pessoal, onde possa ter as suas coisas pessoais, permitindo-lhe preservar a sua intimidade, bem como, usufruir de momentos de privacidade sempre que desejar (Gomes, 2010).

Os técnicos, os educadores, bem como o diretor do lar, devem prestar maior atenção às dinâmicas relacionais das crianças/jovens. É importante repensar os espaços, estudar as práticas das crianças/jovens e promover atividades lúdicas e pedagógicas nos tempos livres.

Relativamente às crianças/jovens que referem juntar-se ao grupo, quando presenciam uma situação de agressão, apesar de se tratar de uma pequena percentagem, é necessário sensibilizar estas crianças/jovens para estas situações, e por outro lado, é importante reforçar o comportamento daqueles que apresentam boas práticas.

Em suma, podemos concluir que este tipo de estudo permite às instituições conhecer melhor as dinâmicas relacionais do grupo, ajudando-as por exemplo a redistribuir as crianças/jovens nos quartos, nos lugares do refeitório, nos grupos para elaboração de tarefas, etc. Através destes resultados é possível, afastar as crianças/jovens percecionados como agressoras pelos pares, de modo a evitar a potencialização do comportamento agressivo, e por outro lado, afastar as

crianças/jovens percebidas como vítimas dos agressores, bem como, mobilizar as competências das crianças/jovens pró-sociais, sobretudo quando esta se associa à liderança, para dissuadir os agressores de maltratarem os outros ou protegerem as vítimas. Este tipo de ajustes permitirá a construção de grupos nos lares, não excluindo os agressores nem as vítimas, por forma a melhorar o clima relacional do lar de Infância e Juventude.

Referências bibliográficas

- Alberto, I. M. (2003). "Como pássaros em gaiolas"? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In. C. Machado e R. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes* (2ª Ed.). Vol. 2 – Crianças (pp. 223 – 244). Coimbra: Quarteto Editora.
- Alexandre, D. P. (2006). *A importância do holding na reorganização afetivo-social de crianças que manifestam tendência anti-social*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, apresentada à Universidade federal do rio Grande do Norte, Natal, Brasil. Consultado a 20 de Junho de 2012 em http://bdtd.bczm.ufrn.br/teses/implificado/tde_arquivos/1/TDE-2006-11-24T080130Z-412/Publico/DulcineiaPA A.pdf.
- Alexandre, D., & Vieira, M. (2004). Relações de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. *Psicologia em Estudo*, 2(9), 207-217.
- Alves, S. (2007). *Filhos da Madrugada: percursos de jovens em lares de infância e juventude*. Lisboa: ISCSP.
- American Psychological Association (2010). *Publication manual of the American Psychological Association*. 6th. Ed. Washington, D. C.: Author.
- Anaut, M. (2005). *A resiliência - Ultrapassar os Traumatismos*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bairrão, J. (1994). A perspetiva ecológica na avaliação de crianças com necessidades educativas especiais e suas famílias. O caso da intervenção precoce. *Inovação*, 7, 37-48
- Bertão, A. (2004). Violência, agressividade e indisciplina em meio escolar: perdidos em busca do amor. *Pshychologica*, 36, 149-162

- Breia, G., Almeida, I. C., & Colôa, J. (2004). *Conceitos e Práticas em Intervenção Precoce*. Lisboa: Ministério da Educação. Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development. Research perspectives. *Developmental Psychology*, 22, pp. 723-742.
- Carvalho, M. J. L. (2013). *Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CNPCJR, & MSS (2011). Promoção e protecção dos direitos das crianças. *Guia de orientações para os profissionais da acção social na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo*. Lisboa: CNPCJR e MSS.
- Corte Real, F. (1997). *A relação entre fatores de risco e o recurso a suportes sociais numa amostra de crianças com Necessidades Educativas Específicas*. Trabalho de fim de curso não publicado. Universidade de Évora, Évora.
- Costa, A. (1997). *A intervenção precoce: Contributos para uma intervenção centrada na família*. Trabalho de fim de curso não publicado. Universidade de Évora, Évora.
- Costa, M., & Vale, D. (1998). *A Violência nas Escolas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Debarbieux, E. (2002). Risk factors for youth violence. In: E. Debarbieux, C. Blaya (eds.), *Violence in Schools and Public Policies*, pp.6-31. France: Elsevier.
- Department of Health, Department for Education and Employment and the Home Office (2000). *Framework for the Assessment of Children and Their Families*. London: The Stationery Office.

Diário da República, 1.^a Série - A - N.º 204 – 1 de setembro de 1999. Lei n.º 147/99 de 1 de setembro. (<http://www.dre.pt/pdf1sdip/1999/09/204A00/61156132.PDF>).

Díaz-Aguado, M. (1996). *Escuela y tolerancia*. Madrid: Ed. Pirámide.

Díaz-Aguado, M. (Dir.) (2004). *Prevención de la violencia y lucha contra la exclusión desde la escuela*. Madrid: Instituto de la Juventud.

Díaz-Aguado, M.; Segura, M., & Garcia, P. (1995). *Niños com dificultadessocioemocionales*. Instrumentos de evaluación. Volume 4. Madrid: Ministério dos assuntos sociais.

Díaz, J., & Resa, J. (1993). A criança socioculturalmente desfavorecida In Batista, R. (coord.). *Necessidades Educativas Especiais* (pp. 185 - 207). Lisboa: Dinalivro.

Doron, R., & Parot, F. (2001). *Dicionário de Psicologia*. Lisboa: Climepsi Editores.

Fernandes, M. A., & Silva, M. G. (1996). *Lar para Crianças e Jovens – Condições de implantação, localização, instalação e funcionamento*. Lisboa: Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação. http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13096&m=PDF

Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Lisboa: Texto Editora.

Gulbenkian Foundation (1995). Children and Violence. In: *Report of the Commission on Children and violence*, pp.31-209. London: Calouste Gulbenkian Foundation.

Instituto de Segurança Social (2013). *CASA 2012 - Relatório de Caracterização anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto de Segurança Social, I.P.

- Instituto para o Desenvolvimento Social (2000a). *Crianças e jovens que vivem em Lar - Caracterização sociográfica e percursos de vida*. Lisboa: Instituto para o desenvolvimento Social.
- Instituto para o Desenvolvimento Social (2000b). *Lares de crianças e jovens - Caracterização e dinâmicas de funcionamento*. Lisboa: Instituto para o desenvolvimento Social.
- Mackal, P. (1983). *Teorías psicológicas de la agresión*. Madrid: Ediciones Pirámide.
- Martins, M. J. D. (2007). Violência interpessoal e maus tratos entre pares, em contexto escolar. *Revista de Educação*, XV, 2, pp. 51-78.
- Martins, M. D., & Branquinho, M. (2008). Avaliação e intervenção educativa com vista à promoção da convivência social positiva entre crianças. *Egitânia Scientia*, pp. 47-59.
- Martins, M. J. D. (2009a). *Maus Tratos entre Adolescentes na Escola*. Penafiel: Editorial Novembro.
- Martins, M. J. D. (2009b). Agressão e vitimação entre adolescentes, em contexto escolar e de lazer. *Interações*, 13, pp. 187-207.
- Marujo, H. A. (1992). Fatores de risco na infância: o despiste precoce e a ação educativa. *Psicologia VII* (2), (pp.185-192).
- Ortega, R. (1994). Investigaciones Y Experiencias: violencia interpersonal en los centros educativos de enseñanza secundaria. Un estudio sobre maltrato e intimidación entre compañeros. *Revista de Educacion*, 304, p. 253-279.
- Pinto, A. (2001). *Psicologia Geral*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Pracana, S. M., & Santos, S. V. (2010). Depressão em crianças e adolescentes em acolhimento institucional: Caracterização e relação com variáveis do

acolhimento, (pp. 721-735). *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. Universidade do Minho, Braga.

Raimundo, R., & Pinto, A. M. (2007). Questionário de Comportamentos agressivos (QCA). In M. R. Simões, C. Machado, M. M. Gonçalves & L. S. Almeida (Coords), *Avaliação Psicológica: instrumentos validados para a população portuguesa* (Vol.3) (pp.249-263). Coimbra: Quarteto Editora.

Ramírez, F. C. (2001). *Condutas agressivas na idade escolar*. Lisboa: MacGraw-Hill.

Ramalho, M. (1997). Análise multidimensional do recreio pré-escolar. In C. Neto (1ª ed.), *Jogos & Desenvolvimento da Criança*, pp. 258-267. Lisboa: Edições FMH – Universidade Técnica de Lisboa.

Ramião, T. d'A. (2007). *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*, Anotada e Comentada, 5ª Edição, Revista e Aumentada. Lisboa: Quid Juris.

Sani, A. (2002) *As crianças e a violência. Narrativas de crianças vítimas e testemunhas de crimes*. Coimbra: Quarteto.

Seixas, S. R. (2006). *Comportamentos de bullying entre pares, bem estar e ajustamento escolar*. Tese de Doutoramento não publicada. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Serrano, J., & Neto, C. (1997). As rotinas da vida diária das crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 10 anos nos meios rural e urbano. In C. Neto (1ª ed.), *Jogos & Desenvolvimento da Criança*, pp. 206-225. Lisboa: Edições FMH – Universidade Técnica de Lisboa.

Smith, P.K., & Sharp, S. (1994). *School bullying. Insights and perspectives*. London and New York: Routledge.

Strecht, P. (2001). *Preciso de ti - perturbações psicossociais em crianças e adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvim

Strecht, P. (2004). *Crescer vazio - repercursões psíquicas do abandono, negligência e maus tratos em crianças e adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvim

Velez, M. R. (2010). *Indisciplina e violência na escola: Factores de Risco - um Estudo com alunos do 8º e 10º ano de escolaridade*. Tese de Mestrado não publicada. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Consultado a 22 de Agosto de 2013 em [HYPERLINK "http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2565/1/ulfp035799_tm.pdf"](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2565/1/ulfp035799_tm.pdf)
http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2565/1/ulfp035799_tm.pdf

Winnicott, D. W. (2002). *Privação e Delinquência* (3ª Ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Zurita, J., & del Valle, J.F. (2005). Acogimiento residencial. In J. P. Ochotorena, & M. I. Madariaga (Eds.), *Manual de protección infantil* (pp. 409-470). Barcelona: Masson.

ANEXO I

FICHA DE DADOS PESSOAIS DO JOVEM – FDP



INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



MESTRADO EM EDUCAÇÃO E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

FICHA DE DADOS PESSOAIS DO JOVEM

FDP

(Carmo, 2012)

Lar de Infância e Juventude: _____

Data do preenchimento da ficha ____/____/____

1. Nome: _____

2. Sexo: _____

3. Data de nascimento: ____/____/____

4. Idade: _____

5. Data de admissão: ____/____/____

6. Idade aquando do acolhimento: _____

7. Tempo de acolhimento: _____

8. Distrito de origem: _____

9. Visitas da família: Nunca ____

Todos os fins-de-semana e férias ____

Alguns fins de semana e férias ____

Apenas férias ____

Doenças crónicas, deficiência ou outro problema registado:

Obrigada pela sua colaboração!

Raquel Carmo

Todos os dados são confidenciais

ANEXO II

QUESTIONÁRIO DE EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA EM LAR DE ACOLHIMENTO PROLONGADO – QEV L



INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



MESTRADO EM EDUCAÇÃO E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

**QUESTIONÁRIO DE EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA EM LAR DE
ACOLHIMENTO PROLONGADO - QEVL**

(QEVE DE DÍAZ-AGUADO, 2004)

(ADAPTADO DE M.J.D MARTINS, 2009, POR R. CARMO, 2012)

Lar de Infância e Juventude _____ Data ____/____/____

Nome _____ Idade _____ anos

Data de nascimento ____/____/____ Ano escolaridade _____

A – Em seguida, encontrarás uma série de perguntas sobre como te sentes em vários lugares e sobre como te sentes nas relações com os outros. Lê cada um dos itens e pontua-os de 1 a 7, rodeando com um círculo o número correspondente, tendo em conta que 7 reflete que te sentes muito bem e que o 1 reflete que te sentes muito mal. Este questionário é anónimo.

Assinala de 1 a 7 como vais ou como te sentes.: 1: Muito mal 7:Muito bem

- | | | | | | | | |
|---------------------------------------|---|---|---|---|---|---|---|
| 1. No Lar | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 2. Com os educadores do Lar | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 3. Com os técnicos do Lar | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 4. Na escola, em geral | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 5. Na tua turma | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 6. Com os(as) professores(as) | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
| 7. Com o que aprendes na escola | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |

8. Com os teus amigos	1	2	3	4	5	6	7
9. Com os teus colegas	1	2	3	4	5	6	7
10. Com os tempos livres	1	2	3	4	5	6	7
11. Contigo mesmo	1	2	3	4	5	6	7
12. Com o teu futuro	1	2	3	4	5	6	7
13. Com a tua namorada	1	2	3	4	5	6	7

B – De seguida, encontrarás uma série de perguntas que descrevem algumas situações sofridas por alguns rapazes e raparigas nas relações com os seus colegas e que ocorrem no Lar. Se já sofreste alguma das situações descritas rodeia com um círculo a resposta que reflecte a frequência com que isso aconteceu no Lar durante os últimos dois meses, tendo em conta que 1 equivale a que isso nunca se passou contigo, o 2 que aconteceu contigo algumas vezes, o 3 que aconteceu contigo muitas vezes, e o 4 que te acontece quase sempre.

	Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Quase sempre
14. Os meus colegas ignoram-me	1	2	3	4
15. Os meus colegas impedem-me de participar nas suas actividades	1	2	3	4
16. Os meus colegas falam mal de mim	1	2	3	4
17. Os meus colegas rejeitam-me	1	2	3	4
18. Os meus colegas insultam-me e gozam-me	1	2	3	4
19. Os meus colegas chamam-me nomes que me ofendem e ridicularizam	1	2	3	4
20. Os meus colegas escondem-me coisas	1	2	3	4
21. Os meus colegas estragam-me coisas	1	2	3	4
22. Os meus colegas roubam-me coisas	1	2	3	4
23. Os meus colegas batem-me	1	2	3	4
24. Os meus colegas ameaçam-me para me meter medo...	1	2	3	4
25. Os meus colegas obrigam-me a fazer coisas que não quero com ameaças (trazer e dar-lhes dinheiro, fazer-lhes tarefas, dar-lhes as minhas coisas)	1	2	3	4
26. Os meus colegas intimidam-me com frases ou insultos de carácter sexual	1	2	3	4
27. Os meus colegas obrigam-me, através de ameaças, a				

ter comportamentos ou a participar em situações de carácter sexual, contra a minha vontade	1	2	3	4
28. Os meus colegas ameaçam-me com armas (facas, bastões,...)	1	2	3	4

C – Durante os últimos dois meses alguma vez participaste, no Lar, nas situações que a seguir se descrevem aborrecendo um(a) ou mais colegas no Lar?

	Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Quase sempre
29. Ignorei um(a) colega	1	2	3	4
30. Impedi um(a) colega de participar nas minhas actividades	1	2	3	4
31. Falei mal de um(a) colega	1	2	3	4
32. Rejeitei um(a) colega	1	2	3	4
33. Insultei e/ou gozei um(a) colega	1	2	3	4
34. Chamei nomes que ofendem e ridicularizam a um(a) colega	1	2	3	4
35. Escondi as coisas de um(a) colega	1	2	3	4
36. Estraguei as coisas de um(a) colega	1	2	3	4
37. Roubei as coisas de um(a) colega	1	2	3	4
38. Bati num(a) colega	1	2	3	4
39. Ameacei um(a) colega, para lhe meter medo.....	1	2	3	4
40. Obriguei, através de ameaças um(a) colega a fazer coisas que não quer (trazer e dar-me dinheiro, fazer-me tarefas, dar-me as suas coisas)	1	2	3	4
41. Intimidei um(a) colega com frases ou insultos de carácter sexual	1	2	3	4
42. Obriguei um(a) colega a ter comportamentos ou a participar em situações de carácter sexual, contra a sua vontade	1	2	3	4
43. Ameacei um (a) colega com armas (facas, bastões,...).	1	2	3	4

D – Durante os últimos dois meses observaste, no Lar, um (a) ou mais colegas nas situações que a seguir se descrevem, sem que nada tenhas feito para as provocar nem para as evitar?

	Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Quase sempre
44. Ignorarem um(a) colega	1	2	3	4
45. Um(a) colega ser impedido de participar em actividades	1	2	3	4
46. Falarem mal de um(a) colega	1	2	3	4
47. Rejeitarem um(a) colega	1	2	3	4
48. Insultarem e gozarem um(a) colega	1	2	3	4
49. Chamarem nomes que ofendem e ridicularizam a um(a) colega	1	2	3	4
50. Esconderem as coisas de um(a) colega	1	2	3	4
51. Estragarem as coisas de um(a) colega	1	2	3	4
52. Roubarem as coisas a um(a) colega	1	2	3	4
53. Baterem num(a) colega	1	2	3	4
54. Ameaçarem um(a) colega, para lhe meter medo.....	1	2	3	4
55. Obrigarem com ameaças um(a) colega a fazer coisas que não quer (trazer e dar dinheiro, fazer tarefas, dar as suas coisas)	1	2	3	4
56. Intimidarem um(a) colega com frases ou insultos de carácter sexual	1	2	3	4
57. Obrigarem um(a) colega a ter comportamentos ou a participar em situações de carácter sexual, contra a sua vontade	1	2	3	4
58. Ameaçarem um (a) colega com armas (facas, bastões,...).....	1	2	3	4

E – Quando os problemas anteriormente descritos acontecem contigo ou com algum dos teus ou das tuas colegas, quem são as pessoas que intervêm para ajudar e até que ponto o fazem – ou a quem pedirias ajuda para que interviesse?

	Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Quase sempre
59. Os amigos ou amigas	1	2	3	4
60. Os colegas	1	2	3	4
61. O director do Lar	1	2	3	4
62. Os educadores do Lar	1	2	3	4
63. Os técnicos do Lar	1	2	3	4
64. Outra pessoa	1	2	3	4
Quem?				

F – Durante os últimos dois meses, qual tem sido a atitude ou o comportamento dos técnicos e educadores do Lar perante os problemas anteriormente referidos?

	Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Quase sempre
65. Tentam activamente prevenir esses problemas	1	2	3	4
66. Nem se dão conta	1	2	3	4
67. Não querem sequer saber, olham para outro lado	1	2	3	4
68. Não sabem impedi-los	1	2	3	4
69. Intervêm activamente para resolver esses problemas...	1	2	3	4
70. Actuam como mediadores para ajudar-nos a resolver problemas	1	2	3	4
71. Podemos contar com um técnico/educador quando alguém tenta abusar	1	2	3	4

G – Durante os dois últimos meses qual tem sido a tua atitude ou comportamento quando algum dos teus colegas agride ou se mete com algum(a) outro(a) colega?

	Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Quase sempre
72. Tento resolver a situação se é um amigo meu	1	2	3	4
73. Tento resolver a situação embora não seja meu amigo.	1	2	3	4
74. Peço ajuda a um técnico.....	1	2	3	4
75. Peço ajuda a um educador	1	2	3	4
76. Não faço nada, embora pense que deva fazê-lo	1	2	3	4
77. Não faço nada, o problema não é meu	1	2	3	4
78. Meto-me com ele, juntamente com o resto do grupo	1	2	3	4

ANEXO III

QUESTIONÁRIO DE NOMEAÇÃO DE PARES – QNP



INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



MESTRADO EM EDUCAÇÃO E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

QUESTIONÁRIO DE NOMEAÇÃO DE PARES

(Sociometria e atributos psicossociais)

(QNP DE DÍAZ-AGUADO *ET AL.*, 1996)(ADAPTADO DE DODGE, 1983, *por* Carmo, R., & Martins, M. J. D., 2012)

Lar de Infância e Juventude _____ Data ____/____/____

Nome _____ Idade _____ anos

Data de nascimento ____/____/____ Ano escolaridade _____

1) Indica, por ordem de preferência, os nomes dos três rapazes ou raparigas do teu Lar com os quais gostas mais de partilhar tarefas da casa ou do Lar atribuídas pelos adultos?

2) Indica os nomes de três rapazes ou raparigas do Lar com os quais não gostas de partilhar tarefas da casa ou do Lar atribuídas pelos adultos?

3) Indica, por ordem de preferência, os nomes de três rapazes ou raparigas do Lar com os quais gostas mais de estar durante o teu tempo livre?

4) Indica os nomes dos três rapazes ou raparigas do Lar com os quais não gostas de estar durante os tempos livres?

5) Quem são os rapazes ou raparigas do Lar, que costumam bater nos outros e começar brigas? (indica os nomes)

6) Quem são os rapazes ou raparigas tímidos do Lar, isto é, que não costumam brincar com os outros? (indica os nomes)

7) Quem são os rapazes e raparigas do Lar, que dizem aos outros o que devem fazer e que orientam os jogos? (indica os nomes)

8) Quem são os rapazes e raparigas do Lar que costumam ajudar e emprestar coisas aos outros? (indica os nomes)

9) Quem são os rapazes e raparigas do Lar que são mais gozados e maltratados pelos colegas? (indica os nomes)

Muito obrigada pela sua colaboração!

Raquel Carmo

Todos os dados são confidenciais

ANEXO IV

ENTREVISTA DE FRASES INCOMPLETAS



ENTREVISTA DE FRASES INCOMPLETAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

(Adaptado de Díaz-Aguado *et Al.*, 1995 por Carmo, R., & Martins, M. J. D., 2013)

Vou ler-te uma série de frases incompletas e tu tens que me dizer a primeira coisa em que pensas ao ouvi-las, até completar o espaço que está à frente de cada frase. Não há respostas corretas ou incorretas. O importante é a tua sinceridade, que me digas a primeira coisa que te vem à cabeça.

Nome: _____

Sexo: _____ Data de nascimento: ____/____/____

1. Em geral, a escola para mim é

2. Em geral, o Lar para mim é

3. Os meus colegas da escola são

4. Os meus colegas do Lar são

5. O que mais gosto nos meus amigos e amigas é

6. O que mais gosto na escola é

7. O que menos gosto na escola é

8. O que mais gosto no Lar é

9. O que menos gosto no Lar é

10. Uma coisa que queria dizer a um professor é

11. Uma coisa que queria dizer a um Técnico ou Educador do Lar é

12. O melhor que me podia acontecer é

13. Gostaria que os meus pais soubessem

14. Cinco adjetivos que descrevam como sou

15. Gostaria que

16. Os meus colegas acham que sou

17. Sou feliz quando

18. Tenho medo quando

19. Fico triste quando

20. Fico zangado quando

21. Três coisas que gostaria de vir a ser

22. Gosto de como sou quando

23. Não gosto de ser como sou quando

24. Quando tiver 30 anos vou estar

Recordas que no ano passado estava aqui convosco. Agora vamos falar sobre o que fizeste desde então e o que te pareceu que ocorreu durante esse tempo.

1. Passei este ano a

2. O que gostei mais foi

3. O que menos gostei foi

4. Em comparação com o ano passado, acho que mudei no que respeita

Obrigada pela colaboração!

Raquel Carmo

Todos os dados são confidenciais

ANEXO V

MATRIZ SOCIOMÉTRICA DOS TRÊS LARES DE INFÂNCIA E JUVENTUDE